**O CONCEITO DE DIREITO À SAÚDE: INTRODUÇÃO AO
ENTENDIMENTO DO PAPEL DAS INSTITUIÇÕES
RELACIONADAS A ESTE CONCEITO EM QUITO-
EQUADOR ENTRE 1997-1999**

MYRIAM ELIZABETH VÉLEZ GONZÁLEZ

**Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de Prática de Saúde
Pública da Faculdade de Saúde
Pública da Universidade de São Paulo,
para obtenção do Grau de Doutor.**

**Área de concentração:
Serviços de saúde**

**ORIENTADORA: PROF. DRA. SUELI
GANDOLFI DALLARI**

SÃO PAULO

2000

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total desta tese, por processos fotocopiadores.

Assinatura:

Data:

40717/2001 (doc)

Dedico este trabalho:

À memória de meus pais, LUIS ALBERTO e AMABLE CARMELINA, por terem sido a luz que iluminou sempre a minha vida.

À MINHA FAMÍLIA, fortaleza que sustenta meu caminhar.

AGRADECIMENTOS

A professora SUELI GANDOLFI DALLARI, o mais grato reconhecimento pelo estímulo constante, a orientação segura, pela compreensão encontrada quando os desígnios do destino obrigaram-me a deter o percurso do Doutorado.

Aos membros da Comissão julgadora da Tese de Doutorado, pela atenção e dedicação com que leram a minuta desta Tese, oferecendo valiosas e significativas contribuições para sua versão final.

Aos Diretores Provinciais de Saúde, Doutores Chefes das Áreas de Saúde, Presidentes do Tribunal Supremo de Justiça, Senhores Juizes das Áreas Civil, Penal e de Trabalho de Quito-Ecuador, pelas facilidades dadas e pela colaboração encontrada para o efetivo desenvolvimento desta pesquisa.

Aos funcionários da Pro-reitoria da pós-graduação e da FSP da USP, pela carinhosa colaboração nos diferentes momentos deste percurso.

Ao Convênio CAPES PEC-PG, pelo apoio brindado

A Eliane Araújo, Livia Pedalini e Marília Torres Fernandes, pela amizade, companherismo e solidariedade demonstradas em todos os momentos que precisei de seu apoio e compreensão.

A todos os amigos e familiares que estiveram perto de mim como o imperescindível estímulo dando-me força, valor e compreensão na trajetória deste desafio concretizado.

Para todos vocês : MUITO OBRIGADA

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo descrever e identificar conhecimentos sobre direito à Saúde dos atores sociais - institucionais das áreas jurídicas e de saúde, na busca de relações de interdisciplinariedade em um contexto específico, localizado em Quito - Equador.

O Estudo desenvolveu-se partindo do enunciado “Direito à Saúde é um direito humano fundamental, sendo responsabilidade do Estado garanti-lo”, o qual está legitimado na Organização mundial da Saúde e especificado na Constituição equatoriana. Sustenta-se teoricamente na recuperação retrospectiva desse conceito dentro da Organização do Estado desde suas origens.

Com a participação dos atores institucionais, recuperam-se suas declarações. As informações, através da análise dinâmica das mesmas, permitiram identificar os conhecimentos em torno do conceito de Direito à Saúde, em um estudo qualitativo de tipo descritivo - comparativo, que as recupera e categoriza, demonstrando muitas contradições entre a doutrina e a prática.

Concluiu-se que o direito à Saúde está reconhecido como um Direito humano fundamental garantido pelo Estado no sentido teórico. No entanto, em sentido prático transforma-se em um ideal que ainda não está realmente desenvolvido no Estado equatoriano. Recomenda-se a difusão de conhecimento para inserir uma nova dimensão desse conceito na população do Equador, através da criação e desenvolvimento de programas educacionais nos diferentes níveis de instrução.

ABSTRACT

The aim of this study is describe and identify knowledge about institutional and social actors of Health Law , in search of interaction between both areas in a specific field, based at Quito - Ecuador .

The work came of the precept “ Health Law is a basically human right and it is a State guarantee“ whose is legitimated at World Health Organization and specified in the Ecuadorian Constitution . The theoretical framework is based on the historical recover of this concept inside the State Organization since the beginning until now,

With the participation of the institutional actors, it's possible to regain the information with a dynamic analysis allow the knowledge around Health Law in describe and comparative study , to show many contradictions between practice and doctrine .

This thesis concludes health rights are recognized like human rights and state guaranties just on theoretical meaning, otherwise in practice, that becomes a conceptual idea not yet realized in the Ecuadorian State. It concludes is a must create and development educational programs on different academic degrees, to give a new sight of these concepts to most of Ecuador 's people.

ÍNDICE

Páginas

APRESENTAÇÃO

I.- INTRODUÇÃO..... 1

II.- OS DIREITOS HUMANOS, O ESTADO E A

CONSTITUIÇÃO..... 4

II.1.- O Estado Equatoriano..... 21

III.- O DIREITO À SAÚDE 31

III.1.-O Direito à Saúde no Estado
Equatoriano..... 42

IV.- JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DO TEMA..... 53

V.- OBJETIVOS 58

VI.- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 59

VI.1.- Princípios Normativos 59

VI.2.- Local de Estudo 61

VI.3.- População-Alvo 61

VI.4.- Instrumento de Investigação 63

VI.5.- Coleta de Dados.....	63
VI.5.1 Organização, Ordenação e Classificação dos Dados	65
VI.6.- Elaboração de Categorias de Análise	67
VI.7.- Plano de Análise e Interpretação dos Dados...	68
VII.-ESTRUTURAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	70
VII.1.-Concepção de Direito à Saúde.....	70
VII.2.- Reconhecimento do Direito à Saúde na Lei Máxima.....	79
VII.3.- Reivindicação do Direito à Saúde como Responsabilidade do Estado	87
VIII.- CONFIGURAÇÃO DAS INFORMAÇÕES.....	101
VIII.1.- Concepção do Direito à Saúde.....	101
VIII.2.- Reconhecimento do Direito à Saúde na Lei Máxima	108
VIII.3.- Reivindicação do Direito à Saúde como Responsabilidade do Estado	113
IX.- DESCREVENDO AS INFORMAÇÕES.....	121
X.- ANÁLISE.....	125
XI.- CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
XII.-BIBLIOGRAFIA.....	134
ANEXOS	

APRESENTAÇÃO

Este trabalho é resultado de uma reflexão sobre o direito à saúde, motivada pelo interesse e caráter interdisciplinar com que este tema é abordado em países como Brasil, França, Estados Unidos. Tem por objetivo descrever as informações obtidas relativamente ao direito à saúde em um contexto localizado especificamente em Quito-Ecuador, identificando os elementos que compõem essas informações, buscando sua interdisciplinariedade. Tem por objeto de estudo o conceito de direito à saúde, que se encontra legitimado na Constituição da Organização Mundial da Saúde e especificado na Constituição Equatoriana. Apresenta retrospectivamente o processo de construção e fortalecimento desse conceito dentro da organização do Estado desde suas origens. Trata-se de um estudo qualitativo, de tipo descritivo comparativo, com a participação de atores sociais institucionais cujas declarações são contextualizadas, interpretadas e convertidas em informações que auxiliem a reflexão dentro da concepção atual de direito à saúde.

Espera-se que este trabalho seja uma contribuição para universalizar conhecimentos, para ampliar as bases de discussão relacionadas ao direito à saúde e para incentivar uma participação mais dinâmica na estruturação de um Sistema Único de Saúde que responda às necessidades de saúde dos Equatorianos.

A delimitação deste trabalho se encontra organizada nos primeiros 4 capítulos, desde a introdução até a justificativa do estudo. Inicia-se com a construção dos marcos teóricos referenciais, situando o objeto de estudo primeiro de forma geral e em seguida particularizadamente no Ecuador, para - no capítulo 5 - especificar os objetivos e, no capítulo seguinte, determinar os procedimentos metodológicos.

Nos capítulos 7, 8 e 9, as informações obtidas são estruturadas e configuradas e descritos os resultados que dizem respeito ao objeto estudado, na forma de uma análise dinâmica, para no próximo capítulo - seguindo a proposta de caminhos de pensamento - apresentar uma análise complementar sobre os resultados referentes ao direito à saúde e sua interdisciplinariedade. O capítulo 11 encerra o trabalho com algumas considerações finais.

I.- INTRODUÇÃO *

Tendo por enunciado que o DIREITO À SAÚDE "é um direito humano fundamental de todos os homens e é responsabilidade do Estado garanti-lo", a adoção deste conceito como objeto de estudo representa um desafio: será necessário buscar as orientações teóricas adequadas que nos levem a compreendê-lo. Estudar um conceito pré-concebido é uma reflexão dialética continua. Se definimos como conceito o conjunto de idéias que se transformam em conhecimentos e que devem ser postos em prática, a reconstrução teórica do conceito pré-concebido de direito à saúde envolverá as teorias que lhe deram origem.

Parte-se do enunciado, proclamado na Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS). O que se procura em primeiro lugar é verificar se o Equador, como membro dessa Organização, reconhece o direito à saúde dentro desse marco conceitual e o proclama em sua Constituição. Em segundo lugar, com base nas doutrinas teóricas levantadas, buscam-se conhecimentos referentes ao objeto de estudo dentro de um contexto interdisciplinar: o direito e a saúde.

Encontrar os caminhos teóricos para tanto se revela uma tarefa difícil, porque dentro desse conceito se vinculam duas áreas muito amplas e de um conteúdo teórico extenso e dinâmico, como

* Os textos originalmente em Espanhol referidos em notas de rodapé foram livremente traduzidos para o Português.

testemunhos inatos do desenvolvimento histórico da sociedade.

Apesar de correr o risco de simplificar os enfoques teóricos, tomam-se como referência os elementos que, em nosso entender, compõem o conceito de direito à saúde: Direito, Constituição, Saúde e Estado.¹

São concepções que estão ligadas ao objeto de estudo porque, se o direito regula as relações sociais e a saúde é o reflexo do equilíbrio interno do homem com a sociedade, os dois conceitos têm um ponto de encontro: a sociedade. Se o Estado é a autoridade que fixa as regras da sociedade, este complementa toda essa inter-relação; e se a Constituição, como estatuto jurídico da comunidade, envolve todos os conceitos anteriores, pode-se afirmar que o direito à saúde se situa no eixo central de um círculo fechado cujo universo de atuação é a sociedade. Dentro dessa perspectiva, para entender nosso objeto de estudo, encontramos como caminhos de orientação as seguintes questões:

Como aparecem os direitos que se convertem em normas que regulam as relações sociais e de onde nascem essas relações sociais?

¹ Entende-se como *Direito* o conjunto de leis ou normas que têm como objetivo explícito regular as relações sociais, estabelecidas em códigos, tratados ou legislações, neste caso a Constituição (REALE, 1984).

Constituição é "o estatuto jurídico fundamental da comunidade". Analisando a área de abrangência da Constituição, Virgílio de Jesus Miranda Carvalho entende que assim é como ela melhor se define. In: MORAES, A. *Direito Constitucional*. São Paulo: Atlas, 1999, p.34.

Saúde se define como o "estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença e de outros agravos, reconhecendo assim o equilíbrio interno do homem com a sociedade" (ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. *Documentos básicos*. 40.ed. Ginebra, 1994, p.1).

Estado é "a sociedade política que com autoridade superior fixa as regras de convivência de seus membros" (DALLARI, D.A. *Elementos de Teoria Geral do Estado*. 20ed. São Paulo: Saraiva, 1998, p52.).

Como evolui o Estado e por que fixa as regras de convivência humana dentro da Constituição considerada o estatuto que rege a comunidade?

Porque, sendo o Estado que determina as regras de convivência do homem dentro da sociedade, o direito à saúde se torna um direito de caráter específico?

Desde quando o direito à saúde é reconhecido como um direito humano que, para ser garantido, tem de estar declarado em documentos internacionais e na Constituição?

E as últimas questões, as mais importantes porque se direcionam aos objetivos estabelecidos: o Estado Equatoriano reconhece o direito à saúde em sua Constituição?

Este conceito é conhecido pelos atores sociais que fazem parte do aparato estatal e prestam serviços relacionados à manutenção do bem-estar da sociedade?

Encaminhar a discussão teórica deste trabalho por meio dessas questões exige, em primeiro lugar, buscar uma aproximação com o processo de desenvolvimento histórico da sociedade e as relações entre Direito, Estado e Constituição; em segundo lugar, transpor essas aproximações a uma sociedade concreta; e por último, buscar a interligação da compreensão entre os conceitos legitimados e como são entendidos dentro da dinâmica das relações sociais em um determinado momento histórico.

Recorreremos à Teoria Geral do Estado, como base para a aproximação do conhecimento de todo o processo histórico da origem, criação e aperfeiçoamento do Estado; ao Direito Constitucional, como complemento na compreensão da organização e funcionamento do

Estado; e à Advocacia em Saúde como ajuda ao conhecimento e sistematização das ações praticadas pelos poderes públicos na concretização do direito à saúde.

II.- OS DIREITOS HUMANOS, O ESTADO E A CONSTITUIÇÃO

O processo de reconhecimento dos direitos do homem é tão antigo que BICUDO (1987) afirma: "A luta por este reconhecimento se inicia desde que o homem aparece no universo e sente a necessidade de se comunicar e transmitir seus pensamentos".

Séculos e séculos se passaram no processo de aperfeiçoamento para a expressão dos direitos humanos ² se desenvolver, à medida que o homem foi tomando consciência de seus direitos e deveres ante seus semelhantes. Essa tomada de consciência foi acompanhada da necessidade de transmitir e universalizar esses direitos: do homem ao grupo e deste a outros grupos, assim como a sociedade foi organizando e vinculando esses direitos como próprios da natureza humana.³

Dentro desta reflexão, destacamos o pensamento de Pitágoras - que define "o homem como a medida de todas as coisas" - e de

² Os direitos humanos são as faculdades que todo ser humano tem pelo fato de ser humano. São ao mesmo tempo as que o homem tem como indivíduo e como ser social, isto é, como membro da sociedade, conjunto de seres humanos sobre a Terra. In: CAMARGO.P., *Los derechos humanos*. Bogotá, Ed.Sierra. 1970.

³ O direito não é apenas um mero pensamento, mas surge da vitalidade e instinto humano e do grupo de que participa o homem, porque não apenas ele tem seus direitos e os defende, mas também os grupos pequenos ou grandes, que são as sociedades ou nações. GOMEZ N., *Declaración de los Derechos Humanos*. Quito, 1996 [Tese de Doutorado da Facultad de Jurisprudencia de la Escuela de Derecho de la Universidad Central del Ecuador].

Aristóteles - para quem "o homem é naturalmente político", ⁴ que são as doutrinas que semeiam todas as teorias filosóficas e jurídicas para Grécia e Roma e ao mundo inteiro, defendendo a organização da sociedade pela natureza social do homem.

Considerando que a sociedade se organiza pela natureza associativa do homem, não se pode conceber uma pessoa fora de um grupo social, assim como, tampouco, se pode imaginar uma sociedade desprovida de direitos. Essas reflexões articulam a inter-relação existente entre homem e sociedade. Seu desenvolvimento segue um processo histórico evolutivo que está vinculado à manutenção dos direitos do homem.

Dentro desse processo evolutivo DALLARI(1998) afirma que a sociedade está formada de agrupamentos humanos que têm finalidades próprias e promovem manifestações conjuntas em busca de bem-estar comum. Bem-estar comum entendido como as condições que permitem ao homem e ao grupo social conseguir seus fins, entre os quais se destaca a manutenção de seus direitos fundamentais, que se convertem em um elemento universal da organização social.

Dentro do mesmo processo evolutivo, à medida que se desenvolvem os instrumentos de defesa e de trabalho para controlar e aproveitar a natureza, se organizam grupos para realizar atividades específicas, o que vai tornando a sociedade mais complexa, de modo que estabelecer regras de atuação passa a ser uma necessidade própria de sua evolução.

As garantias dos direitos do homem se encontram implícitas, na

⁴ "Em Aristóteles o homem é visto como animal político por natureza, ou seja, habitante da polis, que é a forma essencial de Estado..." In: REZENDE, A., *Saúde dialética do pensar e do fazer*. São Paulo, Cortez, 1989, p.38.

maioria das vezes, nas regras que regem a sociedade. Quando esta sociedade se torna mais complexa, suas finalidades sociais tendem a se manifestar por meio de normas ou leis, instituídas por um poder pré-estabelecido. O objetivo é ter relações harmônicas que garantam o bem-estar comum; assim, as finalidades sociais, as normas e o poder que as institui são as características que, ao se desenvolverem paulatinamente, se convertem nos elementos básicos que devem ter as chamadas sociedades políticas.⁵

Portanto, as sociedades políticas se caracterizam por ter uma autoridade superior que estabelece as regras de convivência de seus membros. Esta é a primeira definição de Estado (DALLARI, 1998).

Existem muitas teorias sobre a origem e organização do Estado⁶. Para este estudo, toma-se como ponto inicial a discussão de Estado como sociedade política, que aparece concretamente na Itália, entre os séculos XV e XVI, como resposta às constantes disputas pelo poder, entre as famílias da nobreza italiana e a burguesia enriquecida pelo

⁵ “.... Assim, pois, são sociedades políticas todas aquelas que, visando a criar condições para a consecução dos fins particulares de seus membros, ocupam-se da totalidade das ações humanas, coordenando-as em função de um bem comum. Isso não quer dizer, evidentemente, que a sociedade política determina as ações humanas, mas tão só que ela considera todas aquelas ações. Entre as sociedades políticas, a que atinge um círculo mais restrito de pessoas é a família, que é um fenômeno universal. Além dela existiram muitas espécies de sociedades políticas localizadas no tempo e espaço, como as tribos e clãs. Mas a sociedade política de maior importância, por sua capacidade de influir e condicionar, bem como sua amplitude, é o Estado ...” (DALLARI, D.A., *Elementos de Teoria Geral do Estado*, pp.48-9).

⁶ Sob o ponto de vista da época do aparecimento do Estado, as inúmeras teorias existentes podem ser reduzidas a três posições fundamentais: a) Para muitos autores, o Estado, assim como a própria sociedade, existiu sempre, pois desde que o homem vive sobre a terra acha-se integrado numa organização social dotada de poder e com autoridade para determinar o comportamento de todo o grupo (...); b) uma segunda ordem de autores admite que a sociedade humana existiu sem o Estado durante certo período (...) Este foi constituído para atender as necessidades ou as conveniências dos grupos sociais (...); c) a terceira posição é a que já foi referida, que só admite o Estado como sociedade política (...) Examinando-se as principais teorias que procuram explicar a formação originária do Estado, chega-se a uma primeira classificação, com dois grandes grupos, a saber: a) Teorias que afirmam a formação natural ou espontânea do Estado, não havendo entre elas uma coincidência quanto a causa, mas tendo todas em comum a afirmação de que o Estado se forma naturalmente, não por um ato puramente voluntário (*Idem*, pp.52-8).

comércio e as indústrias nascentes. Maquiavel, em sua obra "O Príncipe", cria uma teoria de Estado na qual a sociedade como um todo se mantém unida ao redor de um personagem que exerce o poder não apenas por direito divino ou por herança, mas porque tem os conhecimentos necessários que lhe dão a capacidade de manter a ordem e a autoridade para resolver os conflitos entre os diferentes grupos sociais existentes (SECCOELLAURI,1987).

Os conflitos sociais que se prolongam durante o século XVII deixam como conseqüências prejuízos na vida social e econômica das sociedades, o que as obriga a encontrar soluções para restabelecer as perdas, trazendo como resultado o reconhecimento do Poder Soberano dentro de um determinado território⁷.

Essas características do Estado Moderno, de grande conteúdo teórico, representam os elementos para definir o Estado como "a ordem jurídica soberana que tem por finalidade proporcionar bem-estar comum ao povo que habita em determinado território" (DALLARI,1998).

No transcurso do século XVIII, o projeto político de organização dos Estados é hegemônico. Os povos europeus pretendem se constituir como unidades políticas sólidas. Nasce o conceito de Nação como um símbolo da luta contra as monarquias, conceito que foi aproveitado pelas burguesias economicamente poderosas para conquistar o poder político do Estado em nome do povo.

⁷ Poder Soberano, no sentido supremo, reconhecido como o mais alto de todos dentro de uma precisa delimitação territorial. Os tratados de paz de Westfália tiveram o caráter de documentação da existência de um novo tipo de Estado, com a característica básica de unidade territorial dotada de um poder soberano. Era já o Estado moderno cujas marcas fundamentais, desenvolvidas espontaneamente, foram-se tornando mais nítidas com o passar do tempo. (*Ibidem*, p.70).

A propagação deste pensamento tem como resposta três grandes movimentos revolucionários que marcam as diretrizes da organização do Estado e a legitimação de direitos. Inicia-se com a declaração conseguida depois da Revolução Inglesa, expressa na "Bill of Rights", em 1689"⁸. Segue-se a Declaração de Direitos de Virginia ⁹ (1776), como expressão da Revolução Americana em prol de sua Independência, concluindo-se com a Revolução Francesa, que se constituiu na consagradora das aspirações democráticas da época e reafirmadora dos direitos fundamentais do homem. Essas aspirações foram expressas na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão em 27 de Agosto de 1789 (BICUDO, 1987).

Nesta Declaração são resgatadas as propostas feitas pelos enciclopedistas da época e sintetizados os ideais de manter o direito à liberdade, à propriedade, à segurança e de resistência à opressão, assim como os princípios de soberania e de igualdade de todos perante a lei. Ela cristaliza o ideal da separação de poderes do Estado como a melhor maneira de controlá-los. ¹⁰ Na medida em que se legitima o Estado, a reafirmação dos direitos naturais da pessoa humana propõe

⁸ "No ano de 1689, o parlamento britânico aprovou um documento que passou a ser conhecido como 'Bill of Rights' e que para muitos teve o sentido de uma nova Magna Carta. O título oficial desse documento era 'Um ato declarando os direitos e liberdades da pessoa e ajustando a sucessão da coroa'" (DALLARI, D., 1998, p.207).

⁹ "Na ainda colônia de Virginia surgiu a primeira Declaração de Direitos. Antes mesmo de se declararem independentes, as colônias inglesas da América se reuniram num Congresso Continental, em 1774, tendo o Congresso recomendado às colônias que formassem governos independentes. Quem deu os primeiros passos para isso foi a Virginia, que em 12 de janeiro de 1776 publicou uma Declaração de Direitos que proclamava 'que todos os homens são por natureza livres e independentes e têm certos direitos inerentes' " (*Idem*, p.207).

¹⁰ "A Assembléia Nacional constituinte, na presença e sob os auspícios do Ser Supremo, declarou os seguintes direitos do homem e do cidadão: 'Art.XV - Uma sociedade em que a garantia dos direitos não esteja assegurada, nem determinada a separação dos Poderes, não tem Constituição.' Quer dizer que ao estabelecer a divisão dos Poderes e a necessidade de uma Constituição, a França não pode viver sem Constituição. Ou seja, é o povo que elege seus representantes para que ditem a Constituição e se dividam nos três poderes que são Legislativo, Executivo e Judicial." In: *Manual Básico de Derechos Humanos*. Quito, Editado pela Comisión de Derechos Humanos del Tribunal de Garantías Constitucionales, 1990.

a divisão do poder, por meio da separação do Estado em três funções: legislativa, executiva e judicial, exercidas por organismos ou pessoas diferentes (BECERRA,1998).

Ao declarar que os homens nascem livres e permanecem livres com direitos iguais e que, por meio de sua participação, expressam sua vontade nas leis, assegura que serão estas leis que limitarão os direitos e deveres de seus participantes. O Estado continuará com o objetivo de garantir e preservar os direitos naturais do homem. A participação popular no governo como base da organização do Estado e a preservação da liberdade e a igualdade de direitos como sinônimos da garantia dos direitos naturais são as características com as quais se estabelece o Estado Democrático.

Paralelamente e sob os mesmos princípios normativos surge o Estado Constitucional, com influência das correntes jusnaturalistas segundo as quais o homem é um ser dotado de direitos naturais e inalienáveis e é obrigação do Estado mantê-los e protegê-los. O Estado Constitucional será o sistema normativo fundamental que cuidará das mudanças políticas e sociais da época. O caráter revolucionário do constitucionalismo tem como objetivo consagrar essas mudanças por meio de documentos legislativos denominados Constituição.

Por isso é que a maioria das constituições escritas do século XVIII e da primeira parte do século XIX se apresentam como leis dedicadas à definição, divisão e coordenação dos poderes do Estado junto com o estabelecimento dos direitos e garantias, como princípios fundamentais que definem a Constituição, sendo, assim, o documento legislativo mais importante dentro do Estado.

O que interessa aqui é considerar que a Constituição¹¹, no sentido material, é a expressão reguladora dos valores e das ações referentes aos direitos do povo, que estão configurados na organização do Estado. O conjunto de regras jurídicas que controla o funcionamento e organização do Estado é o que dá o sentido formal à Constituição.

O povo constitui o poder (característica própria da democracia) e a Constituição é o estatuto jurídico fundamental da comunidade. Nela se encontram as normas referentes à estrutura do Estado, à formação dos poderes públicos, à forma de governo, à distribuição de competências, os direitos, deveres e garantias dos cidadãos¹².

O desenvolvimento do Estado como sociedade política avança tanto que ao final do século XIX e durante o transcurso do século XX se desenvolvem diversas teses relacionadas à organização e funcionamento do Estado. O Estado se define como uma organização complexa composta por vários órgãos interdependentes que cumprem

¹¹ “A constituição é algo que tem, como forma, um complexo de normas (escritas ou costumeiras); como conteúdo, a conduta motivada pelas relações sociais (econômicas, políticas, religiosas, etc.); como fim, a realização dos valores que apontam para o existir da comunidade: e, finalmente como causa criadora e recriadora, o poder que emana do povo....”

“A constituição material é concebida em sentido amplo e em sentido estrito. No primeiro identifica-se com a organização total do Estado, com regime político. No segundo, designa as normas constitucionais escritas ou costumeiras, inseridas ou não num documento escrito, que regulam a estrutura do Estado, a organização de seus órgãos e os direitos fundamentais... A constituição formal é o peculiar modo de existir o Estado, reduzido sob forma escrita, a um documento solenemente estabelecido pelo poder constituinte e somente modificável por processos e formalidades especiais nela própria estabelecidos” In: DA SILVA, J., A. *Curso de direito constitucional positivo*. São Paulo. Malheiros. 1998. 15ed. pp 41-43.

¹² CANOTILHO, J., na definição de Constituição, afirma: “Constituição é o ato de constituir, de estabelecer, de firmar, ou ainda o modo pelo qual se constitui uma coisa, um ser vivo, um grupo de pessoas; organização, formação. Juridicamente, porém, Constituição deve ser entendida como a lei fundamental e suprema de um Estado que contém normas referente à estruturação do Estado, à formação dos poderes públicos, à forma de governo e aquisição do poder de governar, à distribuição de competências, aos direitos, garantias e deveres dos cidadãos. Além disso, é a Constituição que individualiza os órgãos competentes para a edição de normas jurídicas, legislativas ou administrativas”. In: MORAES, A. de. *Direito Constitucional* São Paulo, Atlas, 1999.

simultaneamente funções específicas e coletivas, com uma única finalidade: manter a coletividade em harmonia¹³.

O constitucionalismo se desenvolve paralelamente à democracia, mas apesar de ter objetivos básicos universais, as características com as quais se desenvolvem são particulares a cada Estado, respondendo às circunstâncias e aos interesses políticos, sociais e econômicos de seus membros. DALLARI (1998) afirma que o constitucionalismo, em alguns Estados, serviu de instrumento para a afirmação política das novas classes econômicas. O caráter revolucionário do constitucionalismo é que consagra as mudanças estruturais e estabelece os limites de ação do Estado e do governo. Ao contrário, para outros Estados, o constitucionalismo foi a expressão de seus anseios intelectuais, que não têm aplicação prática, mas que contribuem para o aparecimento das monarquias constitucionais, onde o absolutismo perde o caráter pessoal e se transforma em um fundamento legal.

As características diferenciadas entre os Estados e o desenvolvimento econômico industrial do século XIX trazem como conseqüências: - O aparecimento de um proletariado com desigualdades econômicas e sociais; - A presença de uma doutrina econômica liberal, que legaliza um "Poder liberal", que atua favorecendo e sustentando a classe burguesa predominante; - A presença visível de intelectuais que, por meio de suas reflexões

¹³ Com referência à construção do Estado, POGGI comenta "...Até que ponto é plausível a noção de que o estado é feito ou construído?.. Na noção de que os eventos históricos envolvidos concretizaram um propósito consciente, muitos fatores tem intervenção na concretização do estado. "se consideramos que o estado se dedica ao derradeiro e supremo interesse social básico (a preservação da própria existência e integridade da coletividade) (*A evolução do Estado Moderno: uma introdução sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980, pp.108-9).

incentivam a reafirmação da verdadeira função do Estado: proteger o indivíduo. Estes são os motivos que levam a grandes movimentos a favor da verdadeira reivindicação dos direitos e liberdades do indivíduo.

Como afirma BOBBIO (1992), o pressuposto filosófico do Estado Liberal foi criado com base na doutrina dos Direitos do Homem, elaborada pelos jusnaturalistas (escola do direito natural), segundo a qual o homem de modo geral e/ou particular, por natureza e independentemente de sua própria vontade e menos ainda da de outros, tem direitos fundamentais. Especificamente, o direito a que o Estado e concretamente aqueles que se encontram no poder em determinados momentos históricos tenham a legítima obrigação de exercer qualquer tipo de ação para defender tais direitos e fazê-los respeitados.

A falta de cumprimento dos princípios democrático-liberais causou insatisfações que incitaram o anseio de implantar uma nova ordem social que contemplasse o respeito de fato às liberdades civis e políticas. As ambições de poder das grandes potências são as causas para que a humanidade comece o século XX em um ambiente pleno de instabilidade e tensões, provocando flagelos entre Estados, revoluções para produzir mudanças de regimes políticos e duas guerras mundiais (1914 e 1939), que deixam como resultado miséria e desolação. Fatos estes que repercutem na vida de todos os habitantes da Terra, que se vêem afetados em todos os níveis, especialmente em seus direitos e liberdades,¹⁴ e que fazem surgir novamente a discussão do problema

¹⁴ “As crenças fundamentais de toda a humanidade guardam relação com a vida, o sofrimento e a morte e têm sua origem nas explicações dadas pelas diferentes sociedades.” (*Foro Mundial de la Salud*. Vol.17. 1996, p.153).

dos direitos humanos e a necessidade de impor normas que garantam o respeito aos mesmos tanto por parte dos Estados como dos povos. Como veremos a seguir, essa discussão redundará em uma nova geração de direitos que refletem a necessidade de obter meios igualitários de acesso ao bem-estar social.

Na Carta do Atlântico, de 6 de Janeiro de 1941, são proclamadas as quatro liberdades essenciais: a liberdade de pensamento, ao medo, à livre expressão e à religião. (Lafer,C.,1995). Essa carta surgiu como uma expressão do ideal de justiça, fruto sobretudo da luta de cada povo em busca de um futuro melhor.

Em 1945, firma-se a Carta das Nações Unidas, documento básico da Organização das Nações Unidas, por meio da qual se convocam os Estados a desenvolver ações conjuntas para estimular o respeito aos direitos e liberdades do homem e conseguir a paz mundial.¹⁵

O parágrafo 3 do artigo 1 enfatiza:

"Realizar a cooperação internacional na solução de problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário e no desenvolvimento e estímulo do respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais de todos sem distinção por motivos de raça, sexo, idioma ou religião".(grifo da autora)

Os artigos 55 e 56 da mesma Carta destacam:

Artigo 55:

Com o propósito de criar as condições de estabilidade e bem-estar necessárias para as relações pacíficas e

¹⁵ LAFER, C. faz a reflexão histórica sobre as origens dos direitos humanos na Carta da ONU. (Rev. Estudos Avançados. São Paulo, 9(25):169-85.1995).

amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio da igualdade de direitos e ao da livre determinação dos povos, a Organização promoverá:

a) níveis de vida mais elevados, trabalho permanente para todos e condições de progresso e desenvolvimento econômico e social;

b) a solução de problemas internacionais de caráter econômico, social e sanitário, e de outros problemas conexos; e a cooperação internacional na ordem cultural e educacional; e

c) o respeito universal aos direitos humanos e às liberdades fundamentais de todos, sem distinção por motivos de raça, sexo, idioma ou religião, e a efetividade de tais direitos e liberdades"

Artigo 56

Todos os membros se comprometem a tomar medidas conjunta ou separadamente, em cooperação com a Organização, para a realização dos propósitos consignados no Artigo 55"

A partir destes princípios universais, surge a necessidade de elaborar um documento que determine as diretrizes da re-organização dos Estados com base no respeito aos direitos humanos fundamentais. Tal processo se inicia em 1946, resultando na publicação da "Declaração Universal dos Direitos do Homem", aprovada na terceira Assembléia Geral das Nações Unidas, em 10 de Dezembro de 1948. A declaração contém 30 artigos e em seu preâmbulo proclama os direitos fundamentais do homem como próprios da natureza humana, pelo que ninguém pode desconhecê-los, muito menos obstá-los.

Ao estabelecer que "os homens nascem livres e iguais em

dignidade e em direitos", a declaração reconhece a liberdade e a segurança física como direitos civis e políticos. Os direitos econômicos, sociais e culturais têm seu ponto de partida no artigo 22:

"Toda pessoa como membro da sociedade tem direito... a obter, mediante o esforço nacional e a cooperação internacional, tendo em conta a organização e os recursos de cada Estado, a satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais, indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento de sua personalidade",

são complementados nos artigos subseqüentes e estão condicionados a garantir o direito a um bom padrão de vida que envolve a saúde, a educação, o trabalho, entre outros.¹⁶

Esta é a primeira proclamação completa dos direitos do homem a nível internacional e mundial, que, por ser de caráter amplo, torna-a um documento universal e inspirador das constituições dos países democráticos que querem alcançar um mínimo de garantias, capazes de concretizar o anseio do homem: fazer respeitada sua dignidade e ver reconhecidos seus direitos como uma meta constante de desenvolvimento.

Manter a democracia se transforma em um ideal político de toda a humanidade. No decurso do século XX até nossos dias, a concretização dos direitos humanos tem sido gradativamente construída conforme o processo de sedimentação do poder do povo.

¹⁶ Na Carta Internacional dos Direitos Humanos, estes são direitos proclamados. (Organización Panamericana de la Salud . Washington. Pub. Cientif. 509. 1989, pp 4-5).

Esse processo histórico varia de acordo com o regime político ¹⁷ adotado, dando origem a diversos tipos de Estado.

A definição do tipo de Estado dentro de suas bases conceituais será tratada com um alto nível de abstração, ignorando as diferenças consideráveis existentes tanto em sua estrutura como em sua aplicação nas diferentes sociedades.

O Estado de Direito surge como expressão jurídica da democracia liberal. Seus postulados básicos são: - Obediência à lei, entendida como o ato ditado pelo poder legislativo, composto por representantes do povo; - Divisão de poderes, isto é, separação independente e harmônica entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; - Garantia dos direitos individuais enunciados como uma exigência básica do Estado de Direito.

A amplitude de princípios dentro do Estado de Direito deu lugar a múltiplas interpretações, umas bem direcionadas, outras distorcidas, que foram aproveitadas por interesses ditatoriais, por exemplo. O excessivo individualismo, o abstencionismo, o neutralismo do Estado Liberal, provocaram injustiças sociais que afetaram o princípio de garantia dos direitos do homem e que foram as causas dos grandes movimentos sociais já mencionados.

O Estado Social de Direito surge dentro da mesma ideologia liberal como uma solução ao anseio por justiça social e uma afirmação dos chamados direitos sociais. Caracteriza-se por conciliar dentro de um mesmo sistema o capitalismo, como forma de produção, e a

¹⁷ “.....Para a maior parte de autores, formas de governo e regime político são expressões sinônimas. DUVERGER utiliza esta última expressão, estabelecendo uma distinção entre regime político em sentido amplo, quando indica a forma que, num dado grupo social, assume a distinção entre governantes e governados e regime político em sentido estrito, aplicável somente a estrutura

concretização do bem-estar social geral, como garantia ao desenvolvimento da pessoa humana.¹⁸

Os princípios do Estado Social de Direito geram muitas controvérsias. De acordo com os estudiosos do tema, este tipo de Estado é ambivalente porque encontra dificuldades em unir o social com o direito dentro do plano constitucional. Demonstra-se como os Estados Sociais, na prática, produziram regimes políticos antagônicos como o fascismo, o nacional-socialismo, até o *Welfare State*. Esse tipo de Estado, apesar de realizar atividades de caráter social para concretizar ações tendentes a proteger direitos fundamentais, retirou-lhes o sentido social quando permitiu a entrada fácil dos grandes capitais nas novas estruturas democrático-liberais, que causaram diferenças sociais relacionadas com o poder econômico, abrindo a possibilidade de se encobrirem sutilmente as ditaduras dos grandes capitais, em que os direitos humanos fundamentais se vêem afetados em sua própria natureza porque a vontade do povo está condicionada ao poder econômico.

O Estado democrático tem como princípio básico a soberania popular, entendida como a participação efetiva da população no poder público, com o objetivo principal de garantir os direitos fundamentais

governamental de um tipo de sociedade humana que é o estado.....” In: DALLARI D.A., *Elementos de Teoria Geral do Estado*. São Paulo, Saraiva, 1998, p.223.

¹⁸Estado Social de Direito, onde o “qualificativo social refere-se a correção do individualismo clássico liberal pela afirmação dos chamados direitos sociais e realização de objetivos de justiça social” Caracteriza-se no propósito de compatibilizar em um mesmo sistema, anota Elías Díaz, dois elementos: o capitalismo, como forma de produção, e a consecução do bem-estar social geral, servindo de base ao neocapitalismo típico do *Welfare State*. In: DA SILVA J., *Curso de direito constitucional positivo*. São Paulo, Malheiros, 1998, p119.

“No âmbito dos direitos reconhecidos constitucionalmente aparecem com o Estado Social os chamados direitos sociais. Estes se somam aos direitos e liberdades de origem liberal e aos direitos políticos, fruto especialmente da luta do movimento trabalhador.... O Estado se compromete a garantir determinados bens ou prestações.” In: ESTEVEZ J., *Estructura y limites del derecho como instrumento del Estado Social*. p153.

da pessoa humana. Tais características são as bases teóricas com as quais se estabelece o conceito de Estado mais atual: Estado Democrático de Direito.

DA SILVA (1998) afirma que o Estado Democrático de Direito aparece como a fórmula institucional em que se pode concretizar a convergência entre as concepções da democracia e do socialismo. Onde o povo se subordina à Constituição, a lei é o fundamento do Estado, que concretiza o princípio da igualdade e de justiça, almejando que as condições sociais sejam igualitárias.

Dos conceitos enunciados anteriormente se observa que a tendência democrática como ideal político da humanidade, apesar de ter gerado algumas crises devido a conflitos insuperáveis que se deram na prática, vai se desenvolvendo até se transformar num ideal possível de ser efetivado, desde que se leve em conta as seguintes características:

- Apesar da idéia de Estado Democrático ser universal, não é possível uma forma de democracia válida para todos os tempos e lugares, portanto deve ser flexível para se adaptar aos valores de certo povo e em determinada época.

- Sendo o povo um dos elementos importantes da democracia, faz-se necessário que ele decida as diretrizes fundamentais do Estado, sendo importante infundir os conhecimentos necessários que lhe permita estabelecer um critério próprio e profundo para expressar sua vontade, com direito a não concordar.

- Se o homem é social por natureza, a liberdade social estará condicionada às relações entre indivíduos com deveres e direitos;

portanto, a liberdade de um estará colocada junto à liberdade do outro.

- A igualdade social estará determinada pela possibilidade de colaboração do indivíduo na sociedade.

Se isto for observado, todos estes pressupostos se tornam uma expressão concreta da ordem social justa. (DALLARI, 1998)

O desenvolvimento de uma teoria que leva em consideração os direitos do homem próprios de sua natureza e que percorre a organização das sociedades desde suas origens até o que hoje corresponde à configuração dos Estados - que, apesar de independentes, se amparam sob a estrutura das Organizações Internacionais, de maneira especial na Organização das Nações Unidas (ONU) - permite inferir que em cada um deles existe um objetivo comum: "O anseio de preservar os direitos do homem como ser social". Os grandes movimentos revolucionários que se deram através da história, que se apoiaram nas mais diversas ideologias e que se legitimaram através das múltiplas "Declarações de Direitos", são um reflexo condensador das aspirações do indivíduo em seu contexto social.

A influência das diferentes ideologias, os parâmetros distintos e a presença dos interesses mais diversos fazem com que a organização, consolidação e legitimação dos Estados se desenvolvam dentro de múltiplas contradições. Tais contradições, de acordo com as necessidades de cada Estado, levam seus membros a exigir mudanças estruturais em sua organização social, legitimando a ordem jurídica estabelecida desde suas origens e buscando a concretização de seus direitos.

A ordem jurídica avança inexoravelmente até se converter num sistema legal apto a dar a proteção completa aos direitos fundamentais de todas as pessoas através de um documento legal de máxima eficácia, que é a Constituição.

A Constituição é o parâmetro fundamental para normatizar as aspirações da sociedade. Portanto, o primeiro requisito necessário para obter a garantia dos direitos será reconhecer sua supremacia. Nela se encontram as normas fundamentais da organização jurídica, política, social e econômica de um Estado, como expressão da vontade do povo. A busca da consolidação dos princípios democráticos é o incentivo que mantém a humanidade em uma dinâmica de desenvolvimento manifestada na expansão das responsabilidades do Estado para responder e cumprir com as necessidades que se manifestam como direitos individuais e/ou coletivos, como provedor do bem-estar comum de seus membros.

O reconhecimento da Organização das Nações Unidas (ONU) como o organismo internacional que tem como função primordial a organização das relações internacionais em torno de princípios de paz, segurança internacional, respeito aos direitos dos povos à sua autodeterminação, eliminação de tensões e busca de soluções para os grandes problemas que afligem o mundo contemporâneo é de grande importância para a concretização efetiva dos direitos humanos fundamentais.¹⁹ A Declaração dos Direitos Universais do Homem é o documento de natureza ética de maior relevância, que dá aos Estados membros da ONU o compromisso de desenvolverem ações tendentes a concretizar os objetivos comuns estabelecidos.

¹⁹ BECERRA.H: *Historia Universal: edades moderna y contemporánea*. Quito.4ed.1998.

Desta forma, observa-se que o anseio de manter protegidos os direitos humanos fundamentais sempre esteve presente no desenvolvimento da sociedade e que as Declarações buscam um ideal comum: proclamar e garantir os direitos fundamentais do homem como ser social.

Dentro desta ótica, passamos a apresentar o processo de organização do Estado Equatoriano.

II.1.- O Estado Equatoriano

O que hoje é o Estado Equatoriano em seus primórdios foi habitado pelas tribos dos Quitus, Canharis, Puruháes, entre as quais existia uma organização e que, juntamente com as tribos emigrantes do Caribe, os Zarzas e Paltas, constituíam o Reino dos Shyris ou Quitus. Esse Reino foi conquistado pelos Incas por meio do pacto matrimonial do monarca Inca Huaena-Cápac com a filha do último rei dos Quitus. O Império Inca se consolidou dessa maneira e, apesar de Cuzco ser sua capital, o monarca, que vivia em Quito, fazia daí o centro efetivo de seu governo.

Huaena-Cápac, antes de sua morte, divide o Império Inca em dois Estados. O primeiro, com sede em Quito, compreende o antigo Reino de Quito, que tinha certa unidade antes da conquista inca, e é comandado por seu filho Atahualpa. O segundo, com sede em Cuzco, é comandado por seu filho Huáscar. Depois da morte do monarca e da efetivação da divisão dos Estados, surgem os anseios de poder e a resistência à separação, o que conduz a problemas limítrofes e que serão as causas da guerra entre eles. Guerra comandada pelos dois monarcas e que termina com a vitória de Atahualpa. Sob seu poder se

reconstitui o Império Inca, que por ocasião da chegada dos conquistadores espanhóis se encontra fragilizado, facilitando a conquista espanhola. Nessas condições, os domínios Incas se transformam em parte do Império Hispânico em 1534.

No regime de governo absolutista dos espanhóis, a organização social e de controle respondia a uma ordem jurídica superior²⁰, ditada por autoridades distantes, o Rei, o Conselho das Índias, a Casa de Contratação, vice-reinados, capitanias gerais, audiências, governações, intendências, conselhos e consulados.

A cidade indígena de Quito se transforma na cidade espanhola de Quito e é o centro de atuação dos conquistadores, chamada Governação de Quito. Na segunda metade do século XVI (1563) cria-se a Audiência ou Presidência de Quito, circunscrita à governação de mesmo nome, dependente do Vice-reinado de Lima até 1717. A Presidência de Quito passa a formar parte do Vice-reinado de Santa Fé, de 1717 a 1720. A partir de 1720 volta a ser dependente do Vice-reinado de Lima e posteriormente, em 1739, se restabelece no Vice-reinado de Santa Fé, como Real Audiência de Quito.

Em 1809 foi proclamada sua independência como Junta soberana de Quito. Em 1810, uma nova junta soberana reassume seus direitos como nação independente.

A Nação Quitenha, em 1812, dita para o Estado de Quito uma Constituição que não chega a vigorar. Os precursores da

²⁰ Ordem Jurídica ou Direito são as normas de justiça que permitem manter a convivência do homem dentro da sociedade. A Ordem Jurídica é uma ordem unitária de estrutura escalonada, as normas que a integram constituem uma hierarquia na qual a de um grau executa ou aplica a do superior e este é para aquela um marco que a limita. A ordem jurídica superior obedece às normas emitidas por sociedades totais superiores que fixam as condições nas quais hão de coexistir as sociedades totais inferiores e as sociedades especiais que encerram; as condições de coexistência determinadas pelas segundas e terceiras, se reduzem a mero desenvolvimento das primeiras. (BORJA B.R., 1979).

independência são forçados a pactuar com as autoridades espanholas e reinstaurar o governo espanhol, regido pela Constituição ditada nas Cortes de Cádiz em 1812. Em 1821, a Nação Quitenha, chamada desde então de Equatoriana, sob a dominação espanhola, se rege pela Constituição de Cucutá. Em 1822, alcança definitivamente a emancipação da Espanha e passa a formar parte da Grande Colômbia, cuja ordem jurídica não respeita sua individualidade.

Em 1826, Simão Bolívar reconhece de maneira oficial a Nação Quitenha como Distrito do Sul da Grande Colômbia e lhe atribui certa unidade e autonomia. Em maio de 1830, dá-se a separação da Grande Colômbia. A partir desta data é que a Nação Quitenha se proclama um Estado livre e independente, convoca o Congresso Constituinte, conforme um regulamento previamente elaborado, e se constitui no que até hoje é a República do Equador ²¹.

O Estado Equatoriano é influenciado pelas correntes ideológicas que organizam as sociedades políticas no mundo de acordo com os diferentes períodos históricos, descritos no item anterior. Portanto, terá características similares de desenvolvimento. O Equador reconhece a Constituição como estatuto jurídico do poder desde que se declara um Estado independente.

A primeira convenção como Estado independente se realiza em Riobamba em 14 de agosto de 1830, para ditar a Primeira Constituição, que determinará as normas de organização do Estado. A partir desse momento, o Equador reformulou 18 vezes sua Constituição em 170 anos de vida política, o que demonstra a fragilidade na instauração democrática do Estado.

²¹ BORJA ,B.,R., *Derecho Constitucional Ecuatoriano*. Quito,1979. T1.

Nas Constituições de 1835, 1843, 1845, 1851, 1852, 1861, 1869, 1877, 1884, 1897, 1906, 1929, 1938, 1945, 1967, 1978, 1998, as reformas que foram feitas não têm uma relação lógica com os movimentos políticos que as precederam, mas se manifestam como meros incidentes sem que esteja claro o desejo de transformações, caracterizando a atitude constituinte do Estado Equatoriano²².

Apesar disso, os princípios fundamentais, dados em todas as Constituições Equatorianas, reconhecem o Estado Equatoriano como Independente, Unitário, Republicano, Democrático, com regime de governo presidencial, divisão de Poderes ou Funções e um progressivo reconhecimento das garantias e direitos gerais e de todas as Organizações e Tratados Internacionais. Observa-se, também, o progressivo desenvolvimento na especificação e garantias dos direitos humanos, em linha ascendente, nos postulados constitucionais.

TOBAR (1995) faz uma reflexão filosófica do Estado e da sociedade Equatoriana e apresenta sua formação dividida em dois períodos históricos. O primeiro, desde que nasce como Estado independente até 1929, no qual predomina o sentido individualista, somente o indivíduo interessa ao Estado; enquanto que, a partir da Constituição daquele ano, se dá maior ênfase ao sentido social e se reconhecem os direitos e garantias de cidadania (direito laboral ou de trabalho e ao seguro social) coincidindo com a ideologia que se desenvolve no mundo inteiro. O Estado de Direito nesse país está garantido com o reconhecimento da supremacia da Constituição.

O Equador, assim como os outros países da América Latina, passa

²² Dentro da organização do Estado, a possibilidade de alterar o texto constitucional respeitando os regulamentos previstos dentro da Constituição é o que mantém um Estado em atitude constituinte. (TOBAR, D.J., *Derecho Constitucional Ecuatoriano*. Quito. CEP, 4ed. 1995).

por períodos de conflitos político-sociais em sua organização interna, que se agravam com os problemas de limitação territorial, originados desde que se declara Estado independente, trazendo como consequência enfrentamentos bélicos resolvidos através de negociações e tratados internacionais. A Constituição Equatoriana contém princípios normativos internacionais, que apoiam os princípios normativos próprios de seu desenvolvimento e organização como Estado. Durante a década de 70, tem as ditaduras militares como regime político. Aberto o caminho para a re-estruturação jurídica, a consulta popular irá decidir qual é o Estatuto Constitucional de sua preferência. Desse modo, uma comissão se encarrega da elaboração do Projeto da Nova Carta Constitucional e outra elabora o Projeto de Reformas da Constituição de 1945.²³ Depois de elaborados, os dois Projetos foram submetidos a consulta popular e o Projeto da Nova Constituição obteve maior votação²⁴.

²³ “Segundo o Decreto #996, de 17 de dezembro de 1976, promulgado no Diário Oficial # 239 de dezembro de 1976, ficam criadas, com sede na cidade de Quito, as seguintes comissões: a primeira, encarregada de elaborar “O Projeto de uma nova Carta Constitucional; a segunda, que tem a seu cargo a preparação do Projeto de reformas da Constituição de 1945; a terceira, que deve preparar um estatuto para a realização do referendun, Projetos de Lei de eleições e de lei de Partidos Políticos. De acordo com o artigo 5º do Decreto 996, ‘As comissões gozarão de ampla liberdade para o cumprimento de sua missão. Os projetos de Constituição Política que apresentarem serão consultados sem alteração, reforma ou modificação à cidadania equatoriana mediante o referendun; Lei de Partidos Políticos e Lei de Eleições serão submetidas ao Governo nacional para sua expedição”. In: VERDEZOTO, L., *Estudios de derecho constitucional ecuatoriano*. Quito. Depart. Pub. U. C. 1988 p.6

²⁴ Os resultados gerais da votação do Referendun realizado em 15 de Janeiro de 1978 foram os seguintes: Pelo Projeto de Nova Constituição 807.574; pela Constituição de 1945 reformada 582.556; total de votos válidos 1.390.130. (INFORME DEL TRIBUNAL SUPREMO ELECTORAL à Câmara Nacional de Representantes. Agosto 1979. Quito-Ecuador. Anexos- quadro 1 Registro oficial #87 de 9 de febrero de 1978. In: *Ibidem*, p10).

A Constituição de 1978

A Constituição de 1978 ²⁵, aprovada por referendo em 15 de janeiro de 1978, promulgada no Registro Oficial # 800 de março de 1979, foi aceita com um procedimento substancialmente diferente do tradicional no Equador. A ausência de uma Assembléia Constituinte reflete o período de transição política. O anseio de retorno à democracia depois de um longo período ditatorial determina que a participação popular se dê por meio de consulta.

Essa Constituição foi modificada pela Lei Reformatória da Constituição Política do Estado, promulgada no RO #569 de 1 de setembro de 1983. Com base nesta Reforma, o Congresso expediu a Codificação da Constituição do Equador, publicada no RO# 763 de 12 de junho de 1984. A Constituição de 1978 pertence ao tipo de Constituição escrita, com 144 artigos, é semi-rígida e instaura o Estado de Direito. O Artigo Primeiro desta Constituição declara:

“O Equador é um Estado soberano, independente, democrático e unitário. Seu governo é representativo, responsável e alternativo.

A soberania emana do povo, que a exerce por meio dos órgãos de poder público.....”

O Artigo 2 assegura:

“É função primordial do Estado fortalecer a unidade nacional, assegurar a vigência dos

²⁵ A constituição de 1978 foi tomada como referência teórica dentro deste Projeto de Pesquisa. É um documento muito importante porque, apesar das reformas constitucionais a que foi submetida, esta Constituição vigorou, durante os últimos 20 anos (1978 a 1998).

direitos fundamentais do homem e promover o progresso social, econômico de seus habitantes"

O Artigo 137 se expressa nos seguintes termos:

"A Constituição é a lei suprema do Estado. As normas secundárias e as demais devem estar em conformidade com os preceitos constitucionais...."

Neste conteúdo se encontram os conceitos que definem o Estado Equatoriano. São enunciados que têm muito a ver com a concepção de Estado de Direito, tratada no capítulo anterior, e refletem o anseio de manter a democracia, como preceitos reconhecidos. As reformas constitucionais feitas nesta Constituição estiveram resguardadas pela Disposição Transitória emitida na mesma.

A Constituição de 1998

Com o pressuposto político de que a melhor forma de modernizar o Estado é implantar soluções para fortalecê-lo aproveitando o momento de transição política, realiza-se a Reforma Integral da Constituição, elaborada pela Assembléia Constituinte, eleita por votação popular. A Nova Carta Constitucional entra em vigor em 10 de agosto de 1998. Em seguida, passamos a fazer algumas considerações quanto a seu conteúdo.

A Constituição Equatoriana se legitima desde sua apresentação, em que afirma ser a Assembléia Constituinte que a expede e proclama:

"....fiel aos ideais de liberdade, igualdade, justiça, progresso, solidariedade, eqüidade e paz que tem guiado seus passos desde os albores da vida

republicana....

.....estabelece nesta Constituição as normas fundamentais que amparam os direitos e liberdades, organizam o Estado e as instituições democráticas e impulsionam o desenvolvimento econômico e social"

Reconhece como Princípios Fundamentais, no Artigo 1:

"O Equador é um estado social de direito, soberano, unitário, independente, democrático, pluricultural e multiétnico. Seu governo é republicano, presidencial, eletivo, representativo, responsável, alternativo, participativo e de administração descentralizada.

A soberania emana do povo, cuja vontade é a base da autoridade que exerce através dos órgãos do poder público e dos meios democráticos previstos nesta Constituição....".

Os artigos 3 e 4 caracterizam os deveres primordiais do Estado, dentre os quais se destacam:

Art. 3.-"...2. Assegurar a vigência dos direitos humanos, as liberdades fundamentais de mulheres e homens e a seguridade social.....

.....3. Defender o patrimônio natural e cultural do país e proteger o meio ambiente.....

.....5. Erradicar a pobreza e promover o progresso econômico, social e cultural de seus habitantes.

.....6. *Garantir a vigência do sistema democrático e a administração pública livre de corrupção....."*

Art.4.- O Equador, em suas relações com a comunidade internacional,

"1. Proclama a paz, a cooperação como sistema de convivência e a igualdade jurídica dos Estados...."

.....3. *Declara que o direito internacional é norma de conduta dos Estados em suas relações recíprocas e promove a solução das controvérsias por métodos jurídicos e pacíficos*

4. Propicia o desenvolvimento da comunidade internacional, a estabilidade e o fortalecimento de seus organismos...."

Nos Direitos, Garantias e Deveres, no Artigo 16, afirma:

"O mais alto dever do Estado consiste em respeitar e fazer respeitar os direitos humanos garantidos nesta Constituição"

No Artigo 18 se lê:

"Os direitos e garantias determinados nesta Constituição e nos instrumentos internacionais vigentes serão direta e imediatamente aplicáveis....."

No Capítulo IV, reconhece os direitos econômicos, sociais e culturais como o trabalho, a saúde, a educação, entre outros.

No Artigo 272, reconhece a supremacia da Constituição:

"A Constituição prevalece sobre qualquer outra norma legal. As disposições de leis orgânicas e ordinárias, decretos-leis, decretos, estatutos, ordenações, regulamentos, resoluções, e outros atos dos poderes públicos, deverão manter conformidade com suas disposições e não terão valor se, de algum modo, estiverem em contradição com ela ou alterarem suas prescrições."

A Constituição entrou em vigor através do Registro Oficial # 1 de 11 de agosto de 1998. Seus conteúdos teóricos estão dentro dos princípios que defendem a democracia e garantem a soberania do povo. Ao conceituar-se como um Estado Social de Direito, tomando em consideração os conceitos de Estado vistos no capítulo anterior, acreditamos que o Estado Equatoriano, teoricamente, encontra-se em um período de transição conceitual entre Estado Social de Direito e Estado Democrático de Direito.

Para nos aproximarmos de nosso objeto de estudo, o direito à saúde, devemos verificar se os direitos sociais, entre os quais se encontra a saúde, estão determinados na Constituição. Isso nos permitirá aproximar da realidade quanto à responsabilidade do Estado frente a esses direitos sociais.

As reflexões que englobam o desenvolvimento da organização da sociedade até se constituir o Estado responsável por garantir os direitos humanos fundamentais servem como auxílio à compreensão do desenvolvimento do conceito de direito à saúde.

III.- DIREITO À SAÚDE

Direito a saúde, direito à saúde, direito da saúde, direito de saúde são termos que neste trabalho serão considerados sinônimos, pois entendemos que a utilização de artigos determinados junto ao substantivo não alteram o sentido do conceito.

A saúde, entendida como um direito humano fundamental, é uma preocupação que consciente ou inconscientemente está vinculada ao desenvolvimento da sociedade. De acordo com a reflexão de Rezende (1989), os conhecimentos sobre saúde voltados a diminuir danos físicos e eliminar dores surgiram da própria necessidade do homem de continuar existindo. Conhecimentos que foram se aperfeiçoando à medida que o homem foi tomando consciência de seu papel na sociedade. No começo da civilização, as práticas de saúde estiveram relacionadas à instauração de medidas higiênicas na sociedade. Por exemplo, para os seguidores de Higea, "a saúde é o estado natural das coisas como um atributo positivo para as pessoas que governam sua própria vida de forma judiciosa" (SERRANO,1992). De acordo com este ponto de vista a função mais importante de quem se preocupava com a saúde era, em primeiro lugar, descobrir as leis naturais que mantinham o corpo e a mente sãos, para posteriormente ensinar a comunidade a cuidar de sua saúde.

Os seguidores de Esculapio, mais céticos, pensam que o papel mais importante do médico é tratar as doenças e restabelecer a saúde por meio da correção das imperfeições ocorridas desde o nascimento e ao longo da vida.(REZENDE,1989)

A questão de quem deve ser o responsável pelos cuidados da saúde passa a ser um tema de discussão assim que o homem percebe

que a saúde está relacionada com suas atividades no contexto social. No século V a.C., Hipócrates chama a atenção para a influência das condições climáticas e geográficas e dos hábitos alimentares como fatores predisponentes de doenças, enfatizando assim a relação que existe entre o meio ambiente e o homem²⁶.

Aristóteles assinalou a importância do direito à saúde no século IV a.C. "Acreditamos que os homens, como seres humanos que possuem direitos que lhes são próprios, têm um direito absoluto de gozar de boa saúde na medida em que a sociedade e somente ela seja capaz de proporcioná-la"²⁷. Paracelso, na primeira metade do século XVI, expõe a relação que existe entre os fenômenos físicos e biológicos da natureza com o organismo humano. Sua experiência como mineiro permitiu-lhe confirmar a relação de certas doenças com os ambientes de trabalho.²⁸ No início do século XVII, Descartes identifica o corpo humano como uma máquina, cuja estrutura é sujeita a alterações por doenças, exigindo um conserto especializado para devolvê-la a seu estado normal.²⁹

²⁶ Desde Hipócrates a nosso século, saúde é a única *téchne* capaz de influir de modo direto, deliberado e profundo sobre os aspectos fundamentais da vida humana individual; precisou, para ser reconhecida e respeitada, estabelecer critérios e regras, criar um sistema de deveres e direitos aceitáveis por seus adeptos e ao mesmo tempo compatíveis com os outros elementos que podem ser definidos na forma de um triângulo que compreende o médico, o paciente e a sociedade. In: BERLINGUER, G., *Ética da saúde*. São Paulo: Hucitec, 1996. p.58.

"Hipócrates, nascido em Cós, possivelmente em 460 ou 459.... enfatiza as condições climáticas e geográficas e os hábitos alimentares como provocadores de doenças, avançando das teorias unicasais para as correlações meio-homem. In: REZENDE, A., L., *Saúde dialética do pensar e do fazer*. São Paulo: Cortez, 1989 p 44

²⁷ Citado por von Wartburg, Walter P. "A Right to health? Aspects of Constitutional Law and Administrative Practice", in *The Right to health as a Human Right*, Seminário celebrado em Haya de 27 a 29 de Julho de 1978. In: ROEMER, R., *El derecho a la salud en las américas. estudio constitucional comparado*. Washington. OPS. publ. Cientif. 509. 1989. p 16

²⁸ PARACELSUS. Four teratisses of Theuphrastus von hohenheim called. PARACELSUS, Citado In: DALLARI S., *O direito a saúde* Rev. saúde pub. São Paulo 22(1): 57-63. 1988

²⁹ In: *Ibidem*

A partir do século XVIII, à medida que se ampliam os conhecimentos científicos relacionados à origem das doenças, vão se consolidando as condições históricas para o reconhecimento legal do direito à saúde, que se inicia na Itália, onde se associam os conhecimentos médicos, ações de saúde pública e assistência aos pobres, integrando atividades cognitivas e terapêuticas com ações preventivas e sociais.

No século XIX, a Inglaterra torna-se o centro de pesquisas e de atividades públicas relacionadas com a saúde, redundando nos trabalhos científicos de Edwin Chadwick, "A condição sanitária da população trabalhadora da Grã-Bretanha" (1842), e de Frederick Engels, "A situação da classe operária na Inglaterra" (1845). Esses trabalhos chamam a atenção para a exploração desumana dos trabalhadores, relacionando-a com o aparecimento das doenças. Para Chadwick, as doenças geravam pobreza e a pobreza, desordem social. Para Engels, a saúde era um valor intrínseco, independente dos critérios de utilidade ou conveniência social. Afirmava que as doenças são causadas pela exploração dos trabalhadores ou pelas péssimas condições de moradia e nutrição dos pobres. Os dois pensamentos de alguma forma se fazem refletir como princípios de justiça e solidariedade na primeira Lei de Saúde Pública da Europa, firmada em 1848 (BERLINGUER, 1992)

No final do século XIX e princípio do século XX, muitos fatos estimularam a discussão da saúde como direito. As grandes manifestações pela necessidade de transformações políticas e sociais surgem, por um lado, com a organização dos trabalhadores que reclamam melhores condições de vida e exigem a participação do

Estado especialmente na prestação de serviços de saúde. Por outro lado, o desenvolvimento da indústria que cresce com a necessidade de mão de obra produtiva, passa a envolver o Estado como o responsável por cuidar da saúde do povo. Com isso, o empresariado industrial da época torna-se o primeiro grupo social que reivindica a saúde como responsabilidade do Estado.³⁰

Portanto, as mudanças de percepção do indivíduo como pessoa e ser social, como consequência dos movimentos da população em busca do reconhecimento de sua participação no processo produtivo da sociedade, acompanhadas do envolvimento científico da época, o descobrimento dos germes que originam as doenças e a ênfase dada às condições de vida, trabalho, alimentação, moradia e meio ambiente como fatores predisponentes de doenças, provocam as mudanças no modo de compreender o binômio saúde-doença, que traz como resultado a transformação social no que se refere ao comportamento em relação à saúde. As mudanças políticas, sociais e econômicas, intensificadas pelas seqüelas deixadas depois das duas guerras mundiais, fazem emergir o anseio de estabelecer mecanismos de controle e de proteção dos povos. A *Organização das Nações Unidas (ONU)*, em 1945, é uma resposta a esse anseio. Sua carta, referendada no mesmo ano, destaca a necessidade de se criarem condições de estabilidade e bem-estar entre as Nações e recomenda aos Estados desenvolverem ações conjuntas para melhorar as condições de vida e promover o respeito aos direitos e liberdades do homem de maneira universal e igualitária.

Tendo visto no capítulo anterior as razões para a elaboração da

³⁰ DALLARI, S.G., *A saúde do Brasileiro*. São Paulo: Moderna, 1987.

Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948³¹, passamos a ressaltar como esta Declaração enuncia a importância da saúde, assim expressa em seu artigo 25:

"Toda pessoa tem direito a um nível de vida adequado que lhe assegure, assim como à sua família, a saúde e o bem-estar e, em especial, alimentação, vestuário, moradia, assistência médica e serviços sociais necessários; tem também direito aos seguros em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice, e demais casos de perda de seus meios de subsistência por circunstâncias alheias à sua vontade"

Esta declaração introduz a transformação do conceito de Direito à Saúde, apoiada nos preceitos com os quais se estrutura a Organização Mundial da Saúde, que é o organismo criado para a discussão dos problemas relacionados com a saúde. A Organização Mundial da Saúde (OMS) foi instituída por sua Constituição em 7 de abril de 1948³². "O Preâmbulo da Constituição determina como princípios básicos:

"A saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de agravos ou doenças.

O gozo do grau máximo de saúde que se pode obter é um dos direitos fundamentais de todo ser humano, sem distinção de religião, credo político ou classe social.

³¹ Organización Panamericana de la Salud. *Las condiciones de salud en las Américas*. Washington DC 1990.

³² Organización Mundial de la Salud, *Documentos Basicos*, Doc. Oficial N188, Ginebra, 1983 p.23-24

Todo homem tem direito de conservar sua saúde e, caso adoeça, a possuir os meios para curar-se. Esta proteção deve abarcar não apenas a si, mas também seus familiares

Os governos têm responsabilidade pela saúde de seus povos, a qual somente pode ser cumprida mediante a adoção de medidas sanitárias e sociais adequadas...."O conteúdo tão amplo da Declaração dos Direitos do Homem e o reconhecimento da Constituição da OMS tornam-se os primeiros instrumentos de legalização e de concretização do Direito à saúde, entendido como um direito humano fundamental, que todos os Estados membros da OMS e da ONU devem reconhecer e respeitar. Nesse sentido, estas organizações se empenharam, através de suas múltiplas reuniões, na efetivação do direito à saúde como exemplo de garantia específica dos direitos humanos fundamentais para a sociedade, através de propostas de ações concretas.

Dentre estas, temos: a **resolução WHO.2341**, que declara que "o direito à saúde é um direito fundamental do homem", portanto **"é objetivo da OMS alcançar o melhor estado de saúde de todos os povos e para isto é necessário o desenvolvimento de um sistema de saúde eficiente"**

Para esta organização, os Estados membros devem desenvolver sistemas de saúde eficientes como uma ação concreta de efetivação do direito à saúde.

Já a resolução³³ **WHO3044, de 18-05-77**, considera importante a existência de uma legislação sanitária adequada para que se adapte às necessidades nacionais e favoreça as ações desenvolvidas pelos

³³ Resolução da Terceira Assembléia Mundial da Saúde, 1977.

serviços de saúde voltados à proteção da saúde do indivíduo e da coletividade.

Na reunião de Liverpool de 1988 se proclama que "*a saúde é um direito humano fundamental e uma meta social em escala mundial* " como princípio fundamental para alcançar a saúde para todos através da "*Declaração sobre Direito à Saúde*".

O interesse por interpretar as bases conceituais relativas ao direito à saúde cresce à medida que se toma consciência do valor transcendental que tem a saúde ao ser considerada um direito humano fundamental, amparado nas declarações internacionais. Consideremos alguns posicionamentos encontrados na literatura relativa a este tema, buscando as bases de sustentação dessas reflexões.

A preocupação dos governos em regular o direito à saúde através de normas jurídicas é tão importante que se proclama nas constituições e evoluem ao ponto de se tornarem uma obrigação a ser cumprida pelo Estado, expressa tanto através de conhecimentos técnicos como científicos e que definem um certo tipo de comportamento direcionado a cumprir esse dever do Estado (ORTIZ, 1983).

Para DIAS (1985), o direito à saúde, ao ser reconhecido e proclamado solenemente na Constituição da OMS, contribui para que os Estados membros desta Organização tenham a responsabilidade de promover juridicamente este direito. Ele mesmo, DIAS (1985), reconhece que o direito à saúde constitui um amplo repertório de normas jurídicas de ordem preventiva ou repressiva com a presença de sanções peculiares, que lhe permite ganhar autonomia e ser independente do Direito Administrativo, apesar de encontrar-se

doutrinariamente no ramo do Direito Público, destacando-se por sua natureza como Direito Sanitário. De acordo com o ponto de vista deste autor, o direito à saúde nasce constituído legalmente e deve se desenvolver até se tornar um direito autônomo no sentido de não depender de outras normas que não sejam aquelas criadas por ele mesmo.

DALLARI (1988) define o direito à saúde como o conjunto de regras que normatizam o comportamento humano dentro da sociedade; portanto, o direito à saúde se compõe de aspectos sociais e aspectos individuais:

“Do ponto de vista do direito individual, o direito à saúde privilegiará a liberdade no sentido amplo da palavra, isto é, permite que as pessoas sejam livres para escolher o tipo de relação que têm com o meio ambiente, a cidade e o tipo de vida que desejam levar, suas condições de trabalho, e ao adoecerem, o médico e o tratamento a que se submetem. Implica também a liberdade do profissional para dar determinado tratamento, escolher as alternativas que existem e buscar a mais adequada.”

“Sob o aspecto social, o direito à saúde privilegia a igualdade, o que exige do Estado a garantia de ofertas iguais para a saúde; isto significa que, enquanto se considera a saúde como direito coletivo, sua efetiva realização depende do grau de desenvolvimento do Estado para que seja capaz de garantir as mesmas medidas de proteção e os mesmos cuidados para a recuperação da saúde para todo o povo”

O direito à saúde, ao se apropriar dos princípios de liberdade e igualdade, se caracteriza por ser instável quanto ao equilíbrio destes dois princípios, já que na história da humanidade os homens sempre estão em busca da liberdade e igualdade, embora sempre conscientes de que de nada serve a igualdade sob a opressão do tirano e que a liberdade

somente existe entre iguais.

Portanto, o direito à saúde é ou não garantido conforme a participação dos indivíduos neste processo” ³⁴

Assim, a saúde é um direito social que deve ser garantido pelo Estado; portanto, a responsabilidade desse Estado está em desenvolver mecanismos para efetivar da maneira mais justa e eqüitativa esse direito. Mas a afirmação de que o direito à saúde tem como elementos os princípios de liberdade e igualdade compromete também os membros da sociedade a participar nesse processo de efetivação.

A menção do direito à saúde na Constituição serve para que o indivíduo saiba que sua proteção se reflete nas leis fundamentais de uma nação (FARIA, 1989). Deste modo, o reconhecimento jurídico-legal do direito à saúde é efetivado na Lei Máxima do Estado.

ROENMER (1989) ³⁵ define o direito à saúde como um direito humano básico, difícil de ser alcançado como tal. Ela afirma que a maneira correta de abordá-lo é considerando o direito à saúde como o direito à atenção em saúde, entendido como uma gama de serviços que o governo proporciona para atender a saúde, e levanta as questões jurídicas relativas à proteção do direito a essa atenção. As funções da lei que garante o direito à atenção de saúde se classificam em gerais e específicas.

Entre as funções gerais se constata que a lei é um elemento moderador dos interesses da sociedade e do indivíduo. Portanto, a proteção da saúde pública é uma das razões para diminuir os direitos individuais, através de leis que o governo adota para responder ao

³⁴ DALLARI, G. S., *Direito a saúde*. Rev. Saúde Pública. São Paulo 22(1):57-63, 1988.

³⁵ In: FUENZALIDA, H. L. T., *El derecho a la salud en las Américas estudio constitucional comparado*. Organización Panamericana de la Salud. Publ. científ. 509. Washington, 1989.

progresso da ciência e tecnologia. Utiliza a lei como um instrumento para garantir a equidade na prestação de serviços e na proteção dos indigentes e dos grupos considerados de risco.

No que se refere às funções específicas da proteção do direito à saúde, a lei proíbe toda conduta que prejudique a saúde, cria estratégias de controle, como saneamento do meio ambiente etc, que garantem o direito à saúde, melhorando as condições de vida, sem necessidade de mudança no comportamento do indivíduo. A lei permite estabelecer programas e serviços para promover a saúde e proteger o direito à saúde dentro dos limites estabelecidos por ela, através de regulamentos para estabelecer como financiar os recursos e a destinação dos mesmos aos serviços de saúde.

O conceito de direito à saúde do ponto de vista do Estado organizador das ações que melhorem as condições de salubridade da população é um conceito amplo e correto. O fato de se desenvolver com limitações torna-o ambivalente porque, se o direito à saúde é direito humano fundamental, ele abarca todo o contexto social de maneira igualitária, sem prejuízo de classificações que limitem as ações a serem desenvolvidas para certos grupos da população. É evidente que as leis podem orientar para a obtenção de uma boa proteção de saúde, mas é necessário notar que os fatores que levam uma sociedade a ampliar a proteção de saúde para os cidadãos sempre se relacionam com todo o contexto social em que intervêm outros fatores como o desenvolvimento econômico, participação popular, responsabilidade social e progresso da ciência.

Representantes da Organização Panamericana da Saúde reconhecem a saúde como meio e como fim para a realização pessoal e

social do homem, que constitui um direito humano fundamental que surge tanto para o indivíduo como para a comunidade organizada, sendo responsabilidade do Estado efetivá-lo. Eles reconhecem que a saúde, como Direito Humano, se encontra garantida pelo Direito Internacional, não podendo haver portanto Estado que deixe de reconhecer sua responsabilidade.³⁶

Considerando o entendimento do direito à saúde, observa-se uma gama variada de responsabilidades que se encaixam nesse conceito: proteção ambiental, prevenção, promoção da saúde, tratamento e reabilitação. A proteção da saúde não se limita à aplicação de tratamentos médicos, nem é uma combinação de tratamentos. As atividades relacionadas com a saúde nas áreas de saneamento, engenharia ambiental, habitação, urbanização, agricultura, educação e bem-estar social estão relacionadas com a preservação da saúde da comunidade, o que torna a responsabilidade do Estado mais evidente.

Este contexto nos mostra que o direito à saúde se revela um compromisso individual e social que estamos obrigados a cumprir. De fato, observa-se que muitas Constituições aprovadas nas últimas décadas assumem esta obrigação. Citamos como exemplos:

A Constituição Italiana que dentro do Capítulo sobre as relações ético-sociais, no Artigo 32, define que: "A República trata a saúde como direito fundamental do indivíduo, que é de interesse da coletividade, e garante o tratamento aos indigentes"³⁷; e a Constituição Brasileira, na Seção II - Da Saúde, Artigo 196: "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à

³⁶ In: *Ibidem*. p 629-637.

³⁷ A Constituição Italiana incluiu não no capítulo sobre as relações econômicas, mas no capítulo sobre as relações ético sociais. In: BERLINGUER G., *Ética da saúde*. São Paulo. Hucitec. 1996. p 74

redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".³⁸

Isto nos demonstra que incluir o direito à saúde na Constituição ao mesmo tempo que reconhece sua legalidade favorece a promoção jurídica do mesmo. Portanto, a relação do setor saúde com o setor jurídico é atualmente concebida como um meio e um fim na interação entre o Estado e a sociedade.

O direito à saúde no Equador será apresentado com base em todos os parâmetros aqui anotados.

III.1.- O Direito à Saúde no Estado Equatoriano

Este capítulo se destina a apresentar o desenvolvimento da saúde conceituada como direito dentro da organização do Estado e os posicionamentos que se encontram sobre este tema nas Constituições Equatorianas.

No Equador, as primeiras normas sobre os serviços de saúde, salubridade e medicamentos têm origem na época da colônia e foram emitidas pelo governo espanhol. A legislação oriunda da Espanha e transmitida por meio de documentos à distância não era aplicável às colônias americanas. Tampouco havia interesse em melhorar as condições de vida dos colonizados; o importante era manter o controle da saúde, para benefício próprio. No século XVII, a Espanha emite a Lei das Índias, na qual se observa a influência científica da medicina.

Inicia-se o processo de "Institucionalização"; a criação de hospitais para proteger os doentes é uma das medidas de controle da

³⁸ CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL. Promulgada em 05 de Outubro de 1988.

saúde, facilitando as práticas e o exercício da medicina na busca do bem-estar tanto de espanhóis e mestiços como de indígenas.³⁹

Nas primeiras Constituições Políticas do Equador⁴⁰ não se encontram normas relacionadas a saúde, de forma direta ou indireta. Estas apresentam a divisão dos poderes e, em alguns casos, particularizam as garantias individuais e coletivas. É evidente a presença da marcada influência das correntes ideológicas do século XVIII, que se iniciam na Inglaterra, França, Estados Unidos da América e Espanha, inspiradas no Título XI da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, no que se refere à liberdade, igualdade e fraternidade⁴¹.

A partir de 1830, início do Período Republicano no Equador, aparecem na legislação algumas disposições referentes à saúde. Entre elas se destacam: em 1833, a promulgação da lei que proíbe os maus tratos; em 1835, a reivindicação contra alguns dos abusos que se cometem contra os indígenas.

O Congresso de 1892 dita vários decretos em que se estabelecem alguns hospitais e se financiam outros, evidenciando que a verdadeira filosofia da assistência pública é manter a saúde da população como uma função de caridade, atribuindo-a às instituições religiosas locais, voltadas às pessoas sem recursos. Portanto, na época, a saúde não era um direito dos Equatorianos.

A Constituição de 1893, no Artigo 90, dispõe:

³⁹ ORTEGA, F., *Los sistemas de salud en el Ecuador*. Quito. MSP 1986.

⁴⁰ A história do direito constitucional do Equador não se desenvolve ao redor de uma única ideologia política, mas tem variado constantemente em relação lógica de dependência causal íntima com os movimentos políticos. TOBAR, J., *Derecho Constitucional Ecuatoriano*. Quito. CEP 1996.

⁴¹ As reflexões a respeito do desenvolvimento da constituição equatoriana no referente à saúde se encontra explicitada em: IZQUIERDO, M., H., *Ecuador In: El derecho a salud en las Américas: estudio constitucional comparado*. OPS Pub. Cient. 509 Washington 1989.

"Nenhum Equatoriano pode ser excluído da proteção das leis, expatriado, privado de sua vida, bens e liberdade, nem despojado de seus privilégios e imunidades, sem os trâmites legais e por meio dos tribunais respectivos, e em virtude de uma lei anterior ao delito ou ação"

Em junho de 1895 início da revolução liberal, o país toma uma direção política diferente. Com a finalidade de canalizar as reformas básicas, semelhantes às ocorridas na Revolução Francesa de 1789 junto à luta das classes dominantes para garantir seus privilégios, é aprovada a Constituição de 1897. Em seu preâmbulo, o nome de Deus é eliminado, a soberania é afirmada, a religião católica é mantida como oficial e paralelamente a liberdade de cultos é reconhecida. Fica abolida a pena de morte tanto para os delitos comuns como para os políticos. Garante-se a proteção do indígena como parte das funções do governo, não como caridade, mas como obrigação do Estado a adaptação à vida social.

A Constituição de 1906 pela primeira vez utiliza o termo democracia, retira toda interferência religiosa, consagra o Estado laico com independência dos Poderes e reconhece o direito aos pais de dar a seus filhos a educação que julgam conveniente.

O Artigo 26 dispõe:

"O Estado garante aos Equatorianos;

1. A inviolabilidade da vida. Fica abolida a pena capital;

2. O direito de o indivíduo ser considerado presumidamente inocente, e de conservar sua boa

reputação enquanto não for declarado culpado, na forma da lei;

3. A liberdade de consciência em todos os aspectos e manifestações, contanto que estas não sejam contrárias à moral e à ordem pública”.

Em 1926, promulga-se a primeira lei de Assistência Pública, que substitui as Juntas Centrais e Provinciais de Beneficência pelas Juntas Centrais e Provinciais de Assistência Social, que permanecem vigentes até 1973. O Estado, ao colocar a beneficência em nível ministerial, inicia a participação direta na produção de atividades nos serviços de saúde. Assim é que o Estado assume a atenção às demandas sociais no que se refere à proteção da saúde.⁴²

Na Constituição de 1929, o Estado pela primeira vez assume a responsabilidade pela proteção da saúde mediante a seguridade social, assim como, no artigo 151 #22, se refere aos aspectos de assistência, higiene e salubridade públicas, especialmente em relação aos trabalhadores, operários e camponeses. Em 1944, cria-se o Código Sanitário, paralelamente à Constituição, para normatizar os cuidados que se devem ter nas atividades catalogadas dentro da Saúde Pública.

A Constituição de 1945, elaborada por uma Assembléia Constituinte vigente por um ano, contém pela primeira vez princípios mais avançados no que diz respeito à garantia de direitos nos campos de trabalho, economia, seguridade social, direitos individuais e coletivos, de família, educação e cultura, controlados pelo Estado. Mas a Constituição de 1946 representa um documento contraditório ao processo de evolução e negativo para os direitos anteriormente expostos.

A Constituição de 1967 se caracteriza por ser a transcrição dos direitos individuais e coletivos das anteriores, sem um conteúdo ideológico definido e que aborda o amparo dos direitos humanos de forma passageira.

A persistência de muitos problemas relacionados com saúde e a presença de várias instituições nacionais e internacionais que aplicam os recursos econômicos de forma desordenada levam a Assembléia Legislativa de 1967, através do decreto 084, a criar o Ministério de Saúde. Como órgão do Estado, ele deve ser responsável por coordenar e racionalizar as ações na área da saúde. Suas funções específicas se baseiam nos parâmetros dados pela Organização Panamericana da Saúde e pela Organização Mundial da Saúde para o planejamento e programação das ações de saúde.

O período ditatorial que se inicia na década de 70 secundariza a Constituição e enfatiza o desenvolvimento do Código de Saúde. Em 1971, entra em vigor o Código de Saúde, que substitui o Código Sanitário. O Código de Saúde do Equador é criado com a finalidade de dar cumprimento ao dever fundamental do Estado de zelar pela proteção da saúde individual e coletiva. Dá prioridade à atenção a saúde, assistência social e de moradia para os Equatorianos, reconhece as definições adotadas na Organização Mundial da Saúde⁴³.

A Constituição de 1978⁴⁴, que abre o caminho de retorno à democracia, não contém normas expressas e diretas relativas ao direito à saúde. Nela encontram-se disposições referentes às declarações dos direitos humanos emitidas pelas organizações

⁴² CUEVA, A., *El proceso de dominación política en el Ecuador*. Quito, América. 1983.

⁴³ Código da Saúde atualizado em Janeiro de 1996. Quito. Corporación de Estudios y Publicaciones.

⁴⁴ CONSTITUCION POLITICA DEL ECUADOR. INTERPRETACIONES. Atualizada em Novembro

internacionais, entre as quais se destacam:

No Título dedicado aos direitos, deveres e garantias, Seção dos direitos das pessoas, o Artigo 19 dispõe:

"Sem prejuízo de outros direitos necessários para o pleno desenvolvimento moral e material derivado da natureza da pessoa, o Estado lhe garante:

.....2. O direito de viver em um ambiente livre de contaminação. É dever do Estado zelar para que este direito não seja afetado e tutelar a preservação da natureza.....

.....14. O direito a um nível de vida que assegure a saúde, a alimentação, o vestuário, a moradia, a assistência médica e os serviços sociais necessários....."

Na Seção II, dedicada à família, o Artigo 22 declara:

"O Estado protege a família como célula fundamental da sociedade e lhe garante as condições morais, culturais e econômicas que favoreçam a consecução de seus fins."

Na Seção IV, que cuida da seguridade social e promoção popular, o Art. 29 expõe:

"Todos os Equatorianos têm direito à Seguridade Social, que compreende:

1. O seguro social, que tem como objetivo proteger o assegurado e sua família nos casos de doença, maternidade, desemprego, invalidez, velhice e morte.

2. A atenção à saúde da população das cidades

e do campo por meio da Socialização da medicina dos diferentes organismos encarregados de sua execução e da criação da correspondente infra-estrutura..

3. A assistência social, estabelecida e regulada pelo Estado, na forma da lei.....(....)."

A Constituição de 1978 leva muito em conta o conteúdo da Declaração dos Direitos do Homem. Prova disso é que o numeral 14 da Seção I é uma cópia quase textual da mesma.

O conteúdo referente à garantia de direitos reconhece que estes são próprios da natureza do homem. No que se refere à saúde, o Estado como tal não expressa diretamente sua responsabilidade. Portanto, nesta Constituição não está expressamente reconhecido o direito à saúde.

Em 1994, o Presidente da época, através da promulgação do Decreto 1912, no Registro Oficial 479 de 8 de julho, delega uma comissão para elaborar o projeto de Reforma Constitucional, objetivando a modernização do Estado. Tal projeto é levado a consulta popular e implementado através da publicação no Registro Oficial-S 618 de 24 de janeiro de 1995.⁴⁵

As reformas da Constituição de 1978 entram em vigor através do Registro Oficial 969 de 18 de junho de 1996.⁴⁶ Dentre essas reformas se destacam aquelas que se referem aos direitos humanos, nos quais se encontram conteúdos referentes a saúde. O Título II, que trata dos Direitos, Deveres e Garantias, na Seção I, Artigo 19, dispõe:

"Dos direitos humanos.- O mais alto dever do Estado consiste em respeitar os direitos humanos

⁴⁵ LARREA.H.J In: TOBAR.D.J., *Derecho Constitucional Ecuatoriano*. Quito. 1996.

⁴⁶ CODIFICACION DE LA CONSTITUCION POLITICA DEL ECUADOR CON DEFINICIONES.

garantidos nesta Constituição. Todos os habitantes da República têm o dever de promover o bem comum, fortalecer a unidade nacional, colaborar para o progresso integral do Equador, conservar o patrimônio natural e cultural da Nação e respeitar os direitos dos demais."

O Artigo 20 promulga:

"Livre exercício de direitos .- O Estado garante a todos os indivíduos, homens e mulheres sujeitos à jurisdição, o livre e eficaz exercício e gozo dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais enunciados nas declarações, pactos, convênios e demais instrumentos internacionais vigentes..."

O Artigo 22 dispõe:

...."Garantias constitucionais .- Sem prejuízo de outros direitos necessários ao pleno desenvolvimento moral e material derivado da natureza da pessoa, o Estado lhe garante:

.....2. O direito de viver em um ambiente livre de contaminação. É dever do Estado zelar para que este direito não seja afetado e tutelar a preservação da natureza.....

.....3.- O direito de dispor de serviços de ótima qualidade, bem como de ser informado sobre seu conteúdo e características. A lei estabelecerá os mecanismos de controle de qualidade de bens e serviços, os procedimentos de defesa do consumidor e as sanções correspondentes à violação destes direitos,

.....O Estado formulará a política nacional de saúde, tanto públicos como privados. A lei determinará em último caso o órgão de controle e vigilância das empresas que se dedicarem aos serviços de saúde privados.....(.....)"⁴⁷

Nas reformas realizadas na Constituição de 1978, vigentes a partir de 1996, não está declarada a responsabilidade do Estado relativamente ao direito à saúde, mas são mantidos os princípios dados na Declaração Universal dos Direitos do Homem; a garantia dos direitos humanos é uma cópia textual da referida Declaração. Essa Constituição se compromete a desenvolver uma política de controle de ações de saúde e reconhece a existência da atenção pública e atenção privada à saúde, como a Constituição original.

Ao proceder à reforma completa da Constituição, o Equador invalida as precedentes. A Constituição atual está em vigor desde 11 de agosto de 1998. Serão apontadas aqui as reformas que têm relação com a saúde e especificamente o direito à saúde.

Dentro do Título III, dos Direitos, Deveres e Garantias, no Capítulo I, que se refere aos princípios gerais, o Artigo 16 dispõe:

" O mais alto dever do Estado consiste em respeitar e fazer respeitar os direitos humanos garantidos nesta Constituição."

Dentro do Capítulo IV, referente aos direitos Econômicos, Sociais e Culturais, a Seção IV é dedicada à saúde e proclama no Artigo 42:

"O Estado garantirá o direito à saúde, sua promoção e proteção", por meio do desenvolvimento

⁴⁷ *Ibidem*. Artigo 26.

* Grifo da autora.

da segurança alimentar, provisão de água potável e saneamento básico, fomento de ambientes saudáveis familiar, laboral e comunitário e a possibilidade de acesso permanente e interrompido aos serviços de saúde, conforme os princípios de equidade, universalidade, solidariedade, qualidade e eficiência."

O Artigo 43 dispõe :

Os programas e ações de saúde pública serão gratuitos para todos. Os serviços públicos de atenção médica se destinam às pessoas que deles necessitem. Por nenhum motivo se negará o atendimento de emergência nos estabelecimentos públicos ou privados.

O Estado promoverá a cultura pela saúde e vida com ênfase na educação alimentar e nutricional de mães e crianças e na educação sexual e reprodutiva, mediante a participação da sociedade e a colaboração dos meios de comunicação social.

Adotará programas voltados a eliminar o alcoolismo e outras toxicômanias.

O Artigo 44 assegura:

.- O Estado formulará a política nacional de saúde e vigiará sua aplicação, controlará o funcionamento das entidades do setor, reconhecerá, respeitará e promoverá o desenvolvimento das medicinas tradicional e alternativa, cujo exercício será regulado pela lei, e impulsará o avanço científico-tecnológico na área de saúde, sujeito a princípios bioéticos.

O Artigo 45 dispõe:

"O Estado organizará um sistema nacional de saúde, integrado com as entidades públicas, autônomas, privadas e comunitárias do setor, que funcionará de maneira descentralizada, desconcentrada e participativa".

O Artigo 46 define:

"O financiamento das entidades públicas do Sistema Nacional de Saúde provém de aportes obrigatórios, suficientes e oportunos do Orçamento Geral do Estado, de pessoas que usem seus serviços e que tenham capacidade de contribuição econômica e de outras fontes que a lei estabeleça.

A destinação fiscal para saúde pública será incrementada anualmente na mesma porcentagem em que aumentarem as receitas correntes totais do orçamento do governo central. Não haverá reduções orçamentárias nesta matéria....."⁴⁸

Diante do exposto, o direito à saúde no Estado Equatoriano está em processo de desenvolvimento desde antes de constituir-se um Estado independente. Observa-se a clara dependência das ideologias que estão imersas no mundo inteiro, pois o Equador reproduz em sua Constituição o que acontece no resto dos países.

Como membro das Organizações Internacionais, o Equador demonstra fidelidade aos princípios que se disseminam em tais Organizações, colocando-os quase textualmente em sua Constituição, especialmente no que se refere à Declaração Universal dos Direitos do Homem.

⁴⁸ CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LA REPÚBLICA DEL ECUADOR. Atualizada em Agosto de

O objetivo inicial deste trabalho foi buscar o entendimento do direito à saúde a partir da Constituição de 1978, considerando que não havia um conceito concreto referente ao tema.

Tomamos como referência o processo de transição Constitucional, em que a Constituição se vai desenvolvendo de forma paulatinamente incluir ações que se relacionam com o direito à saúde, desde a reforma da Constituição em 1996 até o reconhecimento, na nova Constituição de 1998, de uma seção dedicada à saúde dentro dos direitos econômicos, sociais e culturais, em que o Estado garante o direito à saúde mediante ações de fomento, proteção, assistência, promoção e prevenção.

No que se refere a responsabilidade, o Estado reúne todas as organizações que se dedicam à saúde para que sejam parte desta responsabilidade, reconhece um setor público e um setor privado dentro da área de saúde; se compromete a formular uma política de saúde e a organizar um Sistema Nacional de Saúde.

IV .- JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DO TEMA

O Direito à Saúde vincula duas áreas muito amplas e de um conteúdo teórico complexo. Como testemunho do desenvolvimento histórico da sociedade encontram-se inúmeros documentos elaborados por organismos internacionais, referentes a este tema e enfocados de diferentes maneiras. Sua revisão e compreensão é um incentivo importante para dar relevância a este tema tomado como objeto de pesquisa.

A saúde, como parte dos direitos humanos, permite levantar uma série de questões. Responder estas questões representa grandes

desafios, não apenas porque envolvem uma série de fenômenos contraditórios, como já vimos, mas porque constituem uma fonte ampla de estudo. O resgate do processo de legitimação dos direitos humanos e particularmente do direito à saúde dentro da organização da sociedade é, em si, uma justificativa de estudo. Trata-se de um tema amplo e dinâmico, que concebe o indivíduo como ser humano e como parte da sociedade e que por sua própria natureza se torna um tema renovador. À medida que o visualizamos, desenham-se as formas de apresentação adotadas dentro de cada momento histórico como parte de um processo social complexo. O direito à saúde estabelece relações entre o passado e o presente. Seu conceito direciona o porquê da importância de sua compreensão: como um direito fundamental da pessoa e como obrigação do Estado, mostra como se vai legitimando dentro da sociedade desde suas origens até a atualidade, convertendo-se em preceito teórico fundamental protegido pelas Organizações Internacionais formadas para incentivar a efetiva reivindicação dos direitos proclamados como próprios da natureza humana.

Examinando-o como direito humano e como responsabilidade individual e coletiva, será possível perceber até que ponto cada Estado entende tal conceito e em que medida ele se tem incorporado nas bases constitucionais de cada país.

Direito à Saúde é o direito assegurado a todas as pessoas, que devem exigir do Estado que proporcione todas as condições para gozar de boa saúde, exigência que pode ser exercida individualmente, por um titular de direito e/ou coletivamente por entidades legitimadas⁴⁹. Neste sentido reconhecer as bases constitucionais do conceito de Direito a

⁴⁹ MANCUSO R., C., *Interesses difusos, conceito e legitimação*. São Paulo 2ed. 1991

Saúde, na Constituição equatoriana são importantes porque permitem ver a tutela genérica da organização desse Estado, em que se existe democracia, estarão garantidos os direitos humanos fundamentais entre eles, o direito à saúde.

Considerando a Constituição, dentro de uma concepção estrutural, como uma norma que se encontra em conexão com a realidade social, percebe-se que ela envolve um conjunto de elementos constitucionais que lhe permite atuar na sociedade, constituindo-se na base fundamental da existência comunitária.⁵⁰ Se estes fundamentos constitucionais servem de guia para direcionar o valor jurídico da maneira e sentido com que se organiza a comunidade, o Direito à Saúde engloba todos os fenômenos que vão além do simples reconhecimento constitucional.

Claro está que um dos propósitos fundamentais de toda Constituição é assegurar a justiça e a paz nas relações humanas. Reconhecer a saúde como um direito torna-se um elemento chave para o desenvolvimento das relações sociais harmônicas.

As bases gerais desta pesquisa estão referidas na fundamentação do conceito de direito à saúde, a partir de uma posição universalista. Buscam-se conhecimentos para confirmar de forma suficientemente firme e justificar que o direito à saúde de todos os cidadãos é efetivo e testemunhar que o Estado está envolvido e comprometido com a garantia deste direito.

É evidente que as leis podem orientar a conquista de direitos, mas é mais evidente que um dos fatores que facilitam sua concretização será a compreensão do mesmo para evitar que se use a

⁵⁰ DA SILVA J. A., *Curso de direito constitucional positivo*. São Paulo. Malheiros 15ed. 1998

lei para contrariar esses direitos. A presença de conteúdos sobre saúde marca a concepção moderna da função do Estado, que o obriga a zelar pela saúde do povo com base nas garantias constitucionais. Assim, a saúde, considerada como um direito individual e social, é uma limitação formal já que os dois se inter-relacionam de tal maneira que requerem a atenção simultânea por parte da sociedade organizada. É necessário, portanto, o conhecimento dos conceitos contidos na Constituição, já que, de uma maneira ou de outra, a efetiva compreensão e reivindicação deste direito passa a ser responsabilidade que compete ao indivíduo, à família, à comunidade e ao Estado.

Quais são as relações que condicionam a saúde do indivíduo? Pode-se obter um sem número de respostas que podem ser universais e/ou particulares, já que é um tema que envolve o desenvolvimento da sociedade, influenciado por processos sociais próprios, envolvendo também reações próprias, relacionadas com as condições de vida do indivíduo e da sociedade.

Este trabalho é um tipo de investigação particular, tomando como eixo central a Constituição. A partir daí, tomam-se atores sociais de menor hierarquia do Poder Executivo e do Poder Judiciário para cruzar conceitos que refletem a organização do Estado por meio de reflexões teóricas vivenciadas na prática.

A transição conceitual do direito à saúde das constituições Equatorianas nos servirão de parâmetro de comparação com o trabalho de campo, facilitando a verificação da tendência conceitual em cada uma das áreas e dos atores envolvidos neste campo de investigação. Parte-se da vigência da Constituição de 1978, onde o direito à saúde não está especificado, até uma segunda fase - a vigência

da Constituição de 1998 -, onde o direito à saúde está explícito.

No que concerne à busca de ações concretas, estarão presentes os elementos que caracterizam a advocacia em saúde⁵¹ dentro da esfera de atuação dos atores sociais envolvidos, primeiro em torno da compreensão do direito à saúde relacionada diretamente com a prática e, segundo, como representantes dos poderes do Estado que têm poder de decisão.

Quanto aos princípios próprios do direito à saúde, dada a pluralidade dos atores sociais, consideram-se propostas para definir os critérios de interdisciplinariedade expostos. Pretende-se estabelecer a importância de tanto os profissionais da área jurídica como os da área de saúde, dentro de um contexto interdisciplinar dinâmico, entrarem no processo de conhecimento do direito à saúde. Deles se espera maior conscientização quanto à função do direito e da lei nesse campo. Ao mesmo tempo, estima-se necessário que estes profissionais se inteirem e compreendam a importância da lei na prática da profissão, dentro das opções legais.

A saúde é inegavelmente importante porque oferece a base para estabelecer uma sociedade justa e produtiva. Pretende-se determinar a importância do direito à saúde para que os profissionais da área jurídica tomem decisões adequadas, estando ou não familiarizados com a lei dos direitos humanos internacionais e com a importância do direito à saúde no mundo moderno.

⁵¹ “A advocacia em saúde baseia-se no princípio de que as pessoas têm direitos básicos positivados juridicamente, ou não positivados, que são desrespeitados ou não garantidos. In: DALLARI S.,G.,et all. Advocacia em saúde no brasil contemporâneo. São Paulo. Rev. Saúde Pública, 30(6),1996. p.595.

V.- OBJETIVOS

V.1 - Geral

Descrever o conhecimento dos Juizes da Corte Superior de Justiça de Quito e dos Médicos Chefes das áreas de saúde de Quito, como atores institucionais representantes dos Poderes Judiciário e Executivo do Estado Equatoriano com relação ao conceito de direito à saúde.

V.2 - Específicos

- Identificar os elementos gerais que compõem o conhecimento dos atores incluídos nesta investigação sobre o conceito de direito à saúde, dentro de sua área de atuação.

- Fazer uma reflexão sobre o reconhecimento do direito à saúde na Constituição Equatoriana, recompilando os conhecimentos encontrados.

- Estabelecer a inter-relação das ações concretas nas práticas de saúde e nas práticas jurídicas no que respeita à reivindicação do Direito à Saúde, recompilando as declarações obtidas, buscando a interdisciplinariedade entre as duas áreas para fortalecer, definir e universalizar os conhecimentos adquiridos, como uma contribuição ao estabelecimento de uma nova dimensão na compreensão do Direito à saúde.

VI- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

VI.1.- Princípios Normativos

O estudo de caráter descritivo comparativo é realizado com a intenção de encontrar respostas às questões suscitadas pela busca de aproximação do conhecimento do objeto de estudo. Daí resulta que a construção teórico-metodológica será parte do mesmo processo de pesquisa, apoiando-se nos conteúdos teóricos da pesquisa qualitativa⁵².

As metodologias qualitativas na investigação social consideram a organização e as relações sociais desde sua origem e todas suas transformações como "construções humanas significativas" (MINAYO,1987), entendidas como operações mentais que refletem certos pontos de vista a respeito da realidade e que se manifestam como conceitos que podem ser percebidos, formulados e expressos como conhecimentos.

Se um dos objetivos desta pesquisa é incorporar questões de conhecimento inerentes à compreensão de normas expressas em leis que se aplicam às atividades humanas, interpretadas através do cotidiano e da vivência dos atores sociais envolvidos, deduz-se que sua condição estará incluída na visão de mundo da pesquisadora e dos atores sociais desde a concepção do objeto de estudo até o resultado final do trabalho (MINAYO, 1992).

O ponto de partida da pesquisa é a efetivação de entrevistas com

⁵² A pesquisa qualitativa responde questões muito particulares. Ela se preocupa nas ciências sociais com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos....Compreende uma relação intrínseca de oposição e complementaridade entre o mundo natural e social, entre o pensamento e a base material. Advoga também a necessidade de se trabalhar com a complexidade, com a especificidade e com as diferenciações que os problema de/ou objetos sociais apresentam. MINAYO. M.C.. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro. HUCITEC-ABRASCO. 1992

os atores institucionais das áreas jurídica e da saúde, através de um questionário pré-estruturado com perguntas abertas, com a finalidade de cobrir todos os tópicos abordados nos objetivos, como fonte primária de informação. Obtida a informação, procede-se à leitura, ordenação e definição das normas de composição do conjunto de dados, determina-se o instrumento metodológico de ordenação de acordo com os objetivos propostos e se selecionam as categorias de análise.

Para o desenvolvimento deste trabalho, optou-se pela representação social definida pelas ciências sociais como categorias de pensamento, de ação e de sentimento que expressam, explicam, justificam ou questionam a realidade ⁵³. Dentro desses parâmetros é que se elaboram as categorias analíticas, teoricamente estabelecidas para centrar o objeto de estudo, e se constróem categorias operacionais para aproximar os conceitos dados pelos atores sociais, antes e depois da Constituição, dentro do contexto interdisciplinar, buscando as relações dialéticas previstas.

Configurando o percurso da pesquisa, os dados serão tratados através da interpretação "Hermenêutica-Diáletica ou caminho de pensamento" sustentada em Minayo (1994), que afirma que é o modo operacional mais adequado para tratar materiais de comunicação (entrevistas) e de representações sociais.⁵⁴ A união da hermenêutica com a dialética leva o intérprete a procurar entender o texto, o diálogo, a declaração, como resultados de um processo social (trabalho e dominação) e do processo de conhecimento (expresso na linguagem),

⁵³ In: *Ibidem*.

manifestados em múltiplas determinações que têm significados específicos.

O que se pretende dentro desse contexto é obter conhecimentos que permitam estabelecer comparações de semelhança ou diferença entre as categorias estabelecidas, enfrentando as colocações próximas, conflitivas e/ou contraditórias dos vários informantes e realizando uma aproximação com a Triangulação⁵⁵, com a finalidade de verificar e validar a investigação dentro desse processo social dinâmico.

VI.2.- Local de estudo

A pesquisa se realiza em Quito, Capital da República do Equador, situada no Centro Norte do país, com uma extensão aproximada de 11.275Km² e uma população que ultrapassa um milhão de habitantes, conforme censo de 1980. Pelos dados do Instituto Equatoriano de Estatísticas e Censos (INEC), o crescimento anual da população é de 4,4% (CARRÃO,1985). Tomam-se como locais de estudo o Palácio Superior de Justiça, especificamente os Julgados das áreas Civil, Penal e de Trabalho, e os Centros de Saúde da região considerados Direções de área (Anexos1e2) que são os locais de trabalho dos atores sociais pesquisados.

VI.3.- População-alvo

Identifica-se a população-alvo como atores sociais⁵⁶, ou seja,

⁵⁴ “... A representação social de uma realidade que se mostra e se esconde na comunicação, onde o autor e o intérprete são parte de um mesmo contexto ético político e onde o acordo subsiste ao mesmo tempo que as tensões e perturbações sociais.” In: *Ibidem* pp. 227-8

⁵⁵ Triangulação é um termo usado nas abordagens qualitativas para indicar o uso concomitante de várias técnicas de abordagens e de várias modalidades de análise, de vários informantes e pontos de vista de observação, visando a verificação e validação da pesquisa In: *Ibidem* p 102.

⁵⁶ Entende-se que os atores sociais são sujeitos sociais que ao estarem inseridos numa realidade dada

peças que trabalham em determinado campo de ação e em determinado momento histórico. Os informantes foram selecionados a partir das posições institucionais públicas da área jurídica ⁵⁷ e da área de saúde ⁵⁸. Como parte de seu trabalho diário, têm funções de tomar decisão e paralelamente exercem atividades que podem estar vinculadas a ações relacionadas ao direito à saúde, articulando a teoria com a prática. Apesar das funções diferenciadas, tanto em sua área de atuação como no local de trabalho, esses informantes estabelecem relações de participação com a investigadora dentro de um processo dinâmico em busca do conhecimento do tema investigado.

Devido a mudanças estruturais dentro das áreas jurídica e de saúde ocorridas durante o período da pesquisa, observaram-se mudanças de pessoal nos locais de estudo. No caso da área jurídica, constatou-se que 98% do pessoal entrevistado foi realocado. Por exemplo, um juiz que foi entrevistado no Primeiro Juizado Civil na primeira fase se encontrava no Sétimo Juizado da mesma área. No que se refere à área de saúde, em alguns casos havia mudança de pessoal e em outros estava-se reestruturando a área de saúde. Exemplo disso foram as áreas 3 e 7, que estavam formando uma só área, o que não prejudicou o desenvolvimento da pesquisa.

elaboram concepções e desenvolvem reações, valores diante de fatos vividos In: Ibidem.

⁵⁷ Toma-se como definição de juiz para este trabalho: “o juiz é o protagonista da justiça de quem se exige o mais elevado espírito público e requintada sensibilidade para perceber as mutações da sociedade contemporânea principalmente uma questão que diz com a qualidade de vida e o interesse das presentes e futuras gerações” (DALLARI, 1996).

⁵⁸ “...O chefe da área de saúde tem a capacidade administrativa para articular, verificar e avaliar o funcionamento da rede de serviços de saúde que pertencem a tal área. Uma área de saúde é a unidade funcional do sistema regionalizado de serviços de saúde. Ela está implementada para resolver os problemas de saúde mais frequentes, que requerem atenção com tecnologia de baixa complexidade, a qual se oferece de maneira integrada” MANUAL DE AREAS DE SALUD. QUITO. MSP.1994

VI.4.- Instrumento de investigação

Como instrumento de investigação foi elaborado um questionário para entrevista, com três perguntas abertas ⁵⁹ (Anexo3). Trata-se de abordar os principais tópicos de aproximação para recolher as respostas sobre conhecimento através das experiências e opiniões, considerando que quando se busca a comunicação individual se solicita a reflexão de um assunto que, por mais que se encontre imerso na organização social, obriga os atores sociais envolvidos a parar, seja para recordar, seja para pensar sobre como transmitir seu conhecimento com respeito ao tema abordado, dentro da teoria e prática de seu cotidiano.

VI.5.- Coleta de dados

Entre agosto de 1997 e agosto de 1998, o Equador passa por um período de transição política que teve como resultado a mudança da Constituição. Sendo a mudança constitucional uma das fontes teóricas deste trabalho, a coleta de dados foi reprogramada. Depois de realizados o pré-teste e a coleta de dados programada, iniciou-se uma nova fase de coleta, posterior à proclamação da nova Constituição Equatoriana.

A coleta de dados foi precedida da autorização oficial dos respectivos Presidentes da Corte Suprema de Justiça de Quito e dos Diretores Provinciais de Saúde que se encontravam na função nos vários períodos em que se desenvolveu a pesquisa. O fato de ter sido a pesquisadora quem realizou as entrevistas e de ter sido encaminhada com cartas de apresentação por parte dos respectivos Presidentes de

⁵⁹ São questões abertas aquelas que permitem ao informante responder livremente usando linguagem própria e emitir opiniões. LAKATOS et al., *Fundamentos de Metodologia Científica*, São Paulo, 1995

Justiça e Diretores Provinciais de Saúde facilitou que os entrevistados se dispusessem de bom grado a serem entrevistados. Na maioria das entrevistas da área jurídica houve necessidade de agendamento prévio para realização das entrevistas. Já na área de saúde, a maioria se deu no ato sempre que o Diretor de área se encontrava na Unidade. Utilizou-se a técnica de gravador para coletar as informações das entrevistas.

A fase de pré-teste se desenvolveu durante o mês de junho de 1997, com a finalidade de validar o questionário. Realizaram-se 4 entrevistas com um ator social de cada área de atuação.

Uma vez aprovado o projeto de pesquisa no mês de novembro de 1997, procedeu-se à coleta de dados programada, durante o primeiro semestre de 1998. O processo de coleta de dados se viu afetado pela ocorrência de uma greve da saúde na qual estavam envolvidos os atores sociais que seriam entrevistados.

Na área jurídica, considerando o universo dos Juízes Cíveis, Penais e de Trabalho, foram realizadas 25 entrevistas, das quais 21 foram gravadas. Das 4 restantes, 2 foram agendadas várias vezes, mas não se efetivaram por falta de tempo dos entrevistados e os outros 2 aceitaram a entrevista mas não autorizaram a gravação, sendo estas últimas desconsideradas para a análise.

Na área da saúde, foram realizadas 12 entrevistas. Duas não se efetivaram porque, apesar de terem sido agendadas previamente, os diretores das áreas de saúde não compareceram.

O período de complementação da coleta de dados posterior à promulgação da nova Constituição (11 de Agosto de 1998), se deu entre dezembro de 1998 e fevereiro de 1999. Esta fase foi afetada

pelo período de recesso judicial (desde a segunda quinzena do mês de dezembro até a primeira quinzena de janeiro), além de alguns dos atores que participaram da fase anterior terem se negado totalmente a participar desta fase. Realizaram-se 22 entrevistas. Também foram encontradas dificuldades na área da saúde por ser um período de transição política e por problemas de administração. Algumas áreas de saúde se encontravam sem diretor de área. Realizou-se um total de 8 entrevistas.

Para evitar distorções que poderiam invalidar as informações, as entrevistas foram conduzidas de tal forma que a entrevistadora não influenciasse as respostas do entrevistado. O encerramento de cada entrevista se dava de comum acordo quando o assunto abordado em cada pergunta se dava por esgotado. Todas as entrevistas foram gravadas e depois transcritas, seguindo a ordem de realização das entrevistas, num total de 65. As transcrições se transformaram em um documento de 100 páginas contendo todo o material coletado.(Anexo 4]

VI.5.1.- Organização, ordenação e classificação dos dados

A organização, ordenação e classificação dos dados foi realizada levando-se em consideração dois aspectos fundamentais. O primeiro se refere à ordenação do material coletado e o segundo à necessidade de criar instrumentos que permitam ordená-los seguindo o propósito do estudo.

Dentro do primeiro aspecto, para não perder a espontaneidade das respostas gravadas, toma-se o documento obtido depois da

transcrição das entrevistas e, conservando as fitas, se procede à escuta atenta juntamente com a releitura do material obtido. Com o objetivo de padronizar os materiais, se reordena o primeiro documento e se organizam as entrevistas em blocos, de acordo com a área de atuação dos atores sociais e o período em que foram realizadas. Obtém-se um novo documento com 4 blocos de entrevistas distribuídos em três fases.

BLOCOS	PRIMEIRA FASE (Junho 1997)	SEGUNDA FASE (Janeiro-Junho 1998)	TERCEIRA FASE (Dezembro98-Janeiro99)
Diretores de Áreas de Saúde	1 entrevista	10 entrevistas	8 entrevistas
Juízes da Área de Trabalho	1 entrevista	4 entrevistas	4 entrevistas
Juízes da Área Civil	1 entrevista	10 entrevistas	11 entrevistas
Juízes da Área Penal	1 entrevista	7 entrevistas	7 entrevistas

Para a criação de instrumentos que permitam ordenar os materiais de acordo com os objetivos do estudo, considerando que o trabalho de campo esteve condicionado à mudança da Constituição Equatoriana, mantém-se os blocos e consideram-se as fases das entrevistas antes e depois da nova Constituição.

BLOCOS	Antes da Constituição de 1998	Depois da Constituição de 1998
Diretores de Áreas de Saúde	11 entrevistas	8 entrevistas
Juízes da Área de trabalho	5 entrevistas	4 entrevistas
Juízes da Área Civil	11 entrevistas	11 entrevistas
Juízes da Área Penal	8 entrevistas	7 entrevistas

Desta forma, o material se organiza em duas bases de dados, cada uma com 4 blocos. Em cada bloco se procede à numeração das entrevistas para facilitar a identificação das respostas associando o número à letra inicial que corresponde ao nome de cada área* como uma forma de identificação.

Utilizam-se as categorias de pensamento como o melhor caminho para acessar as bases de dados, recompilar as informações e verificar o conhecimento referente ao tema estudado.

VI.6.- Elaboração de categorias de análise

Inicia-se recompilando o referencial teórico do trabalho e o questionário utilizado na coleta de dados. Com base na concepção de categorias de pensamento, elaboram-se em primeiro lugar as categorias analíticas, com a finalidade de centralizar o objeto de estudo.

A saúde é um direito humano fundamental - aproxima os conteúdos que envolvem o entendimento do contexto amplo do objeto de estudo.

A Constituição reconhece o direito à saúde - traduz a proteção dos direitos do indivíduo contemplados na lei, assim como a forma de ação da lei como reguladora das relações sociais dentro do Estado.

O Estado garante o direito à saúde - identifica a função do Estado como responsável pelas ações que cuidam do indivíduo.

Em segundo lugar, constróem-se categorias operacionais capazes

* Área de Salud.- S.; Área Jurídica de Trabajo.- T; Área Jurídica Civil.-C; Área Jurídica Penal.- P
(Definição adotada pela investigadora)

de aproximar os conceitos dos atores sociais e criar os elementos de comparação para formar um único corpo de análise e buscar a relação concreta entre as duas categorias como um caminho de pensamento até a objetivação do conhecimento.

Concepção do direito à saúde - entendida como uma unidade de significação que permitirá a aproximação dos discursos em busca da construção do conhecimento.

Reconhecimento do direito à saúde na Lei Máxima - permitirá perceber como se cristaliza o reconhecimento da lei e ver até onde vai o entendimento da mesma como reguladora das relações sociais.

Reinvindicação do direito à saúde como responsabilidade do Estado - permitirá ver a postura dos atores sociais segundo os parâmetros: um, como integrantes da estrutura do Estado, que desenvolvem atividades referentes ao cumprimento de suas obrigações e, outro, como membros da sociedade, que exige a efetivação desse direito.

VI.7.- Plano de análise e interpretação dos dados

A leitura dos dados foi realizada tantas vezes quantas foram necessárias para a compreensão do conteúdo de cada entrevista, para depois destacar as idéias mais importantes e adequá-las a cada categoria operacional, como uma forma de sustentar a análise, utilizando como referência o número da entrevista e a inicial de cada uma das áreas. Como passo seguinte, tomaram-se as principais colocações de cada categoria operacional, contemplando suas semelhanças e diferenças, conflitos e contradições, para contrastá-las

com as categorias analíticas. Buscou-se sintetizá-las em um único capítulo, reunindo os conhecimentos adquiridos e levando-os à discussão dentro da reflexão de inovação de conceitos, como um processo dinâmico de comparação entre o período anterior e o posterior à promulgação da nova Constituição.

A identificação completa dos materiais coletados encontra-se ao final do texto em forma de anexo. Ali, esses materiais estão enumerados e classificados de acordo com as fases da pesquisa e as áreas de atuação dos entrevistados. As falas utilizadas para a análise estão literalmente transcritas em idioma Espanhol, entre aspas e, por vezes, com trechos em destaque. A análise e interpretação dessas falas estão em Português.

VII.- ESTRUTURAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Este capítulo é dedicado à compilação das informações obtidas na primeira fase da pesquisa. Os conteúdos mais relevantes de cada entrevista são enquadrados nas categorias operacionais, aproximando os resultados relativos às duas áreas de atuação.

VII.1.- Conceção de direito à saúde

Para facilitar a aproximação dos resultados ao conceito, toma-se como unidade de significação teórica a concepção de direito à saúde do ponto de vista dos vários atores sociais, interpretando o entendimento deste conceito em seu cotidiano. Claro que as respostas correspondem às inquietudes próprias do momento histórico social em que se desenvolve a pesquisa, criando diversas formas de expressão.

O direito à saúde é conceituado dentro do "Ideal", interpretado como o máximo que se pode alcançar. Ou seja, está inserido num conceito amplo, considerado um direito humano fundamental, igual para todos, como uma premissa básica para encontrar o equilíbrio do homem com a sociedade:

ÁREA DA SAÚDE:

"..... todos los ecuatorianos tienen derecho a la salud,es un concepto bastante amplio,.... y amplio en el sentido de que, debe ser el estado de completo bienestar físico, mental y social de una persona ..." (1S)

"El derecho a la salud, es igual para todas las personas, no?... en el sentido mental, físico, emocional y hasta espiritual...." (3S)

"..... el ecuatoriano en si,, tiene derecho, aaa eeeh, ser y prestar su salud en bien, deeee, él propio y de su comunidad, el bienestar físico, biológico y psicológico " (6S)

ÁREA JURÍDICA:

".....es un derecho que podría llamarse inalienable, irrenunciable, que tiene todo ser humano, para mantenerse en un estado de salud, lo mas posible normal "(3T)

".....Para mi, el objeto primero y principal de toda la organización en el mundo, es el hombre, el ser humano, este, por su naturaleza intrínseca, es susceptible de sufrir las influencias del medio que lo rodea, y poor consecuencia esta expuesto a sufrir quebrantamientos de los más diversos órdenes,....." (3C)

" Es un derecho pues, que esta realmente reconocido dentro de los derechos humanos no?" (8C)

"Derecho, derecho a la salud lo que todos los humanos requerimos; eso!" (10C)

Também conceituam o direito à saúde como o direito que o Estado deve facilitar e garantir, cuidando do indivíduo desde seu nascimento

até sua morte, e destacam que fatores sociais, econômicos, culturais influenciam o bem-estar do indivíduo:

ÁREA DA SAÚDE:

"El derecho a salud..... esto por definición, que es conocida desde muy antiguo, que debe irse innovando..... debe llegar a tener un grado de bienestar de satisfacción donde este contemplado, contempladas, las situaciones que no corresponden al sector salud, sino que corresponden a otros estamentos del Estado, a otros campos del conocimiento humano, como son los conceptos de Antropología, Sociología por ejemplo y debe pues es de tratar de armonizarse todos estos criterios para que el beneficiado, la beneficiada sea la persona humana....." (1S)

ÁREA JURÍDICA:

".... de su bienestar y desarrollo tratan todas las Instituciones quee, se crean, por tanto el aspecto de salud, aparece como un pilar fundamental para el progreso del hombre en su fase individual y colectiva, tal vez, que un pueblo enfermo, no puede avanzar consecuentemente la salud, se constituye en un derecho que, es el más sensible de las organizaciones del Estado....." (3C)

El derecho a la salud que tenemos todos los

ciudadanos para recurrir al Estado, a fin de que sea el Estado el que nos proporcione todas lass, todos los medios para satisfacer en ciertos casos " (1C)

".... yo manifiesto que es el derecho a un nivel de vida, que asegure la salud, la alimentación, como el vestido y la vivienda, la asistencia médica y servicios sociales necesarios" (2P)

".....En materia constitucional, el derecho de la salud, es el derecho, que tienen los seres humanos de alcanzar la protección del Estado en relación a su estado de salud." (7P)

"Bien, por derecho a salud se entiende en forma general de que todo ciudadano ecuatoriano tiene el derecho y el Estado tiene la obligación de darles salud, protección al niño desde su nacimiento hasta su desarrollo completo, tiene inclusive, eeh, inclusive, hasta cuando muere definitivamente, dice el ecuatoriano, porque el Estado, una de las funciones que debe mirar es la salud completa del ser humano..." (8P)

O direito à saúde está relacionado à necessidade de ter acesso à assistência médica e ao cuidado do indivíduo no que se refere a prevenção e tratamento das doenças, seja em nível público ou privado:

ÁREA DA SAÚDE:

"Lo que yo entiendo por derecho a salud, es *queeee, toda la persona, todo ecuatoriano eeeh, todo ciudadano, tiene que tener acceso ha, ha un servicio de salud*, por más lejano, que, que sea el sector donde, se encuentre debe tener un servicio de salud que los atienda " (5S)

"el derecho a salud es ee, bueno unaa ee un espacio, no? en el cual *los paciente o usuarios, pues que, normalmente, tienen toda la facilidad para acceder a los servicios de salud, en la Institución pública o la Institución privada.*" (9S)

ÁREA JURÍDICA:

Yo entiendo por *derecho a salud, laa obligación que tiene tanto el Estado como todas las personas en general, a tener la atención correspondiente de salud*, especialmente en la prevención para evitar problemas futuros de enfermedades.... "(3T)

El derecho salud, yo entiendo, como un aspecto en el que, se debe proteger a las personas que tienen enfermedades graves, eeh., contagiosas, crónicas, por decir el caso, de los enfermos del SIDA, queeee, debería eeeh.. regularse para, que el Estado pueda romperlos, no?" (3P)

"Considero que el derecho a salud protege eeh, realmente, la prevención de enfermedades que puede tener una persona y que le causaría graves trastornos en su salud y muchas de ellas ee, hasta la muerte" (5P)

"...En salud pública consiste en la fase , en la obligación que tienen los seres humanos de alcanzar la asistencia del Estado hacia su salud " (7P)

A saúde é abordada sob o aspecto jurídico-legal, uma vez que este direito está amparado pela Constituição e normas legais que garantem e amparam sua concretização:

ÁREA DA SAÚDE:

" Bueno, yo considero que, es una de las capacidades que consta de nuestra ley, dentro de nuestra Constitución en que todos los ciudadanos que conformamos esta patria, tenemos derecho, no? y por lo tanto, es un derecho ineludible, amparado bajo la Constitución y que nuestro Estado ecuatoriano, nuestros gobiernos deben proporcionarnos, como está considerado, en forma gratuita, creo que, es lo que podría ser no? " (10S)

".....desde nuestra constitución; desde la primer, artículo que, dice la constitución ecuatoriana , dice que el ecuatoriano tiene

derechos y obligaciones que cumplir con su pueblo, que cumplir con la sociedad su compromiso , el ecuatoriano tiene un derecho, como un país democrático, que es, tiene derecho y si aa todo todo lo de él, sobre todo su derecho a salud, que lo brinde el Estado, que lo brinde la parte privada....." (6S)

"El derecho a la salud de una población determinada, es aquel, que le permite reclamar al poder público, la atención, la prevención y la rehabilitación de la salud en toda la población" (2S)

ÁREA JURÍDICA:

"Bueno, sería el conjunto de normas, que regulan la salud, de las personas, el bienestar , el medio que le rodea y que les puede proporcionar una buena salud, una buena disposición" (1T)

Bueno, el derecho a la salud, bueno, es un derecho, obviamente social , que deberíamos tener todas las personas,...." (2T)

"Bueno, el derecho a salud, lo sabe más usted que yo, no?. Generalmente, el derecho de salud pues, el, es buscar y encontrar medios y normas para brindar esta salud, al pueblo, que necesita y mas no a la ley" (4T)

"El derecho a salud, significa de que, las personas esten amparadas por una disposición legal, que, ampare con respecto a las relaciones que existen con la salud de las personas, no?"(4C)

"Al bienestar de toda la colectividad, no? que, esta legalizada por, la constitución de la república" (11C)

*"..... lo que yo entiendo por **derecho a salud**, en primer lugar; un conjunto de normas dictadas por el legislador, como responsables de estructuras, reglamentos, dictados por los funcionarios competentes especializados en la rama de la salud ..."(6C)*

O direito à saúde é entendido do ponto de vista particular e está condicionado a fatores individuais de acordo com o entendimento e a área de atuação:

ÁREA DA SAÚDE:

*"Nosotros entendemos por **derecho a salud**, uno, de los derechos fundamentales de las personas, y como miembro de un equipo de salud, tratamos de llevar, de realizar bajo esta premisa, todas las acciones que nos estan a nuestro alcance, para cubrir o dar a todas las personas que, pertenecen o viven en este sector, darles la facilidad, para que tengan acceso a este derecho a salud." (8S)*

"El derecho a salud..... se que vamos ha hilar fino, pero, pero, *todo derecho, implica un deber* eso, *sería la conciencia de la gente, que, tiene el deber también de cuidarse*, su salud física, mental y espiritual, *ahí sería que está mas completo el asunto no es cierto?* " (3S)

"El derecho que el ciudadano para estar sano y *tener los medios para ello* " (7S)

ÁREA JURÍDICA:

" Si, le agradezco la entrevista realmente, *nuestras leyes específicamente en el código del trabajo eee.. estan incorporadas el derecho a la salud , el derecho es prácticamente a cuidar de las personas eeee... en sus lugares de trabajo* que gocen de los elementos necesarios con el fin de que no se pueda perjudicar su salud". (5T)

"Bueno, *el derecho a salud nosotros entendemos dentro del ámbito judicial,* especialmente a lo que ha nosotros compete, de que es *todo aquello que tiende a dar atención a los usuarios del juzgado,* que son especialmente las madres y los hijos" (5C)

"..... *solucionar en ciertos casos* laa, la o la como le explico, como le digo *las necesidades médicas, a lo que uno se ve abocado por diferentes situaciones o por diferentes*

enfermedades que puede adquirir una persona ya!" (1C)

Ao tratar de conhecer como o direito à saúde é interpretado em ambas áreas de atuação, observa-se que as informações se expressam de diferentes maneiras. Algumas se aproximam das teorias existentes, como afirmações de concordância, anotados os conceitos ideais por estarem próximos ao conceito emitido pela OMS; há também as que se passam como contrárias às teorias, como "do cidadão estar são e ter meios para isso"; outras que se traduzem como conhecimento adquirido na prática e ainda outras transmitidas como idéias simples a serem convertidas em ações, que se diferenciam do cotidiano. Assim, o conceito de direito à saúde se transmite como deve ser, não como é.

Conceitualmente, o direito à saúde é considerado um direito humano fundamental, reconhecido pelo Estado por meio da Constituição e normas legais. Na prática, o direito à saúde é um conjunto de idéias contraditórias, isto é, por um lado, estão próximas do ideal e, por outro, verifica-se a dificuldade de entendimento entre a teoria e a prática diante do papel dos atores sociais, como cumpridores de suas obrigações e como membros da sociedade, revelando o distanciamento entre os conceitos teóricos levantados e a prática cotidiana.

VII.2.- Reconhecimento do direito à saúde na lei máxima

No que diz respeito ao reconhecimento do direito à saúde na Constituição como fator de regulação das relações sociais no Estado Equatoriano, seguem-se as declarações conforme o ponto de vista dos atores sociais entrevistados.

Encontram-se declarações que assumem o reconhecimento do

direito à saúde na lei máxima, que é a Constituição. Sendo o direito à saúde parte dessa lei, reconhece-se também que o Equador é um país regido por leis, como anotado a seguir:

ÁREA DA SAÚDE:

"Efectivamente, yo le decía al comienzo de esta conversación y laa *esta reconocida en la Constitución que es la ley suprema, la carta magna* siempre se lo dice....." (1S)

"De alguna forma yo pienso que si, *digamos que esta contemplado en la Constitución, el derecho equitativo, no? a que a,a que gocemos de buena salud*, lo que es algo que esta bien, no?...." (3S)

"Consideró que en *la Constitución, esta descrito, el derecho que todo ciudadano debe tener a la salud*" (4S)

"Bueno, *esta escrito en la Constitución...*" (10S)

ÁREA JURÍDICA:

"*Si, esta reconocida en la Constitución*" (1T)

"*La Constitución de, de la república del Ecuador, si reconoce*, no le puedo decir taxativamente cual es la disposición constitucional pero si, *hay una norma que ampara al ciudadano, para que tenga no solamente derecho a salud....*" (1C)

"Evidentemente si, la Constitución es la que primero predica que, es el derecho de todos y con todos los que comprenden la Constitución de cada país...."(5C)

"La salud en el marco jurídico ecuatoriano se contempla concreta un derecho inherente a un nivel de vida, así lo determina en el artículo 14 de el es decir el numeral 14" (3C)

"Esta garantizada en la Constitución política del Estado que, la salud del Ecuador es un derecho, desde antes, desde el período prenatal inclusive toda la vida." (7C)

"Claro que si, expresamente" (8C)

"Si, es un derecho constitucional que esta reglado normado y contemplado en la Constitución política del Estado...." (6C)

"..... nuestra Constitución si reconoce el derecho a la salud " (2P)

"Si, porque en este caso, pues eee, la Constitución de la república, si mal no recuerdo en el artículo 22. eeeh., da el grado de atribuciones que tiene el Estado Ecuatoriano, para garantizar los fundamentos jurídicos de nuestro país se va a encontrar la salud incluido " (1P)

"La Constitución Política del Estado

Ecuatoriano, efectivamente contempla que la salud, es un derecho...." (8P)

".... yo creo que la Constitución de la república ee.. no solo reconoce el derecho a salud sino que dispone que todas las personas que estan en el territorio ecuatoriano tienen el derecho a la asistencia pública....." (6P)

Afirma-se que o direito à saúde está reconhecido na Constituição, como um preceito teórico, mas ineficaz na concretização prática:

ÁREA DA SAÚDE:

Nesta declaração por exemplo a resposta do reconhecimento do direito à saúde na Constituição é claramente afirmativa, apesar que reconhece que não há infra-estrutura para efetivar esse direito: *"Si, por medio de la organización de la salud, porque, porque, no fue organizada para, para dar salud en esta forma." (7S)*

La Constitución reconoce el derecho a la salud., *"pero que, eeh, no lo aplica taan, claramente, hay muchos vacíos en la Constitución, quee, no permiten desarrollar a la salud en el Ecuador, pero que esta reconocido, esta reconocido." (5S)*

"Efectivamente, yo le decía al comienzo de está conversación, y laaa está reconocida..... esta reconocida, pero, eeeh, que se lleva a la

práctica, aaah, no creo, que se lo haya hecho un 100%, pero, existe esa gran base que está reconocida en la Constitución " (1S)

Eee bueno, con relación a esta segunda pregunta, ya toque algo sobre este tema, a veces *las cosas que se escriben en un papel, ellas realmente nunca se cumplen.* Así suceden en nuestro país, hay *muchas cosas que estan solamente escritas, en un papel y realmente no se cumplen, por muchas circunstancias , tal vez económicas, tal vez sociales, tal vez políticas en fin. Se debería dar un buen curso a las cosas que estan escritas en los artículos de la Constitución....."* (6S)

"La Constitución establece el derecho , por consiguiente lo reconoce lamentablemente el cumplimiento de esta prestación , de esta obligación constitucional es en un porcentaje reducido" (2S)

"Bueno las leyes y reglamentos existen, pero *en la práctica pienso que no se encuentra por muchos motivos, no? en primer lugar porqueee igual como el Estado da derechos tiene sus deberes, entonces en este campo de la salud eeexiste esa opción del derecho pero laa, la obligación del Estado de proporcionar todos los recursos, implementos, presupuesto etc.,*

etc en las instituciones sobre todo públicas no, no existen es lo que sería lo ideal" (9S)

ÁREA JURÍDICA:

"Realmente, la constitución en forma general, si reconoce muchos derechos, incluso el de salud , pero en la práctica existe un descuido por parte de los Estados....".(3T)

As declarações contraditórias encontradas dão o perfil de uma ambivalência no reconhecimento desse direito. Com a certeza de que o direito à saúde se encontra na Constituição como um simples enunciado - portanto não consideram uma obrigação a ser cumprida -, relativiza-se assim o conceito de lei máxima que rege o Estado Equatoriano: sobre ela pairam situações de diversas ordens, como política e social, que concorrem para o não reconhecimento desse direito na prática:

ÁREA DA SAÚDE:

"De alguna forma, yo pienso que si,es algo que esta bien, no? desde el punto de vista conceptual como es tradicional en la Constitución " (3S)

"Bueno esta escrito en la Constitución yy aunque sea,sea política o politiqueramente, siempre nuestros representantes de los gobiernos, hablan de este gran derecho de todos los ciudadanos, pero, de lo que esta escrito a que se cumpla, es un poquito distante, las circunstancias

pueden ser diferentes, pueden ser pues, de tipo político, de tipo social, de tipo económico, de tipo cultural, etc, etc,. Pues, cabalmente *yo creo, que no se cumplen a cabalidad y 100%* , como el derecho que todos los ciudadanos tienen el derecho a salud". (10S)

ÁREA JURÍDICA:

Nesta declaração por exemplo, a resposta afirmativa que diz do reconhecimento do direito a saúde na Constituição, é demonstrada pela presença de uma greve do pessoal da área de Saúde "*Claro que si, claro que si y tal es así* que, porque, es que estan en paro los médicos? y los empleados de la medicina, no? del área de medicina" (4T). Esse reconhecimento autoriza à busca da concretização desse direito.

Aqui se confirma o reconhecimento do direito a saúde na Constituição e no Código de Trabalho: "*Si, lógicamente en nuestro, en el ámbito, que yo le estoy contestando en el Código de Trabajo, hay existe*" (5T)

Nesta declaração ao contrario a resposta negativa ao reconhecimento do direito à saúde na Constituição, faz que se produza essa greve: "*No realmente, no, estamos viendo justamente por esta época, estamos atravesando y constatando un paro de la salud, eeh precisamente, porque,*

parecería que, los trabajadores de la salud, los médicos, no tienen los medios suficientes, *parecería, parecería, desde una óptica más lejana, que no tenemos garantizado el derecho a salud* "(2T)

"Yo pienso que si, lo que realmente es, debía hacerse un estudio más a fondo por parte de los señores congresistas, dar más protección aaah, lo que respecta a la salud no?....." (4C)

"Eee, espero de que haya planeado el reconocimiento del derecho a la salud, del ecuatoriano, lo que sucede es que el Ministerio de Salud, no pone en práctica, el derecho establecido en la Constitución."

"A nivel mundial, todas las constituciones, a lo mejor hasta en forma lírica reconocen el derecho de salud en nuestro país si se reconoce en nuestra Constitución..." (4P)

"Esta únicamente tomado desde el punto de vista constitucional, más no desde el punto de vista penal, ni desde el punto de vista de la salud, la Constitución, hace una meraa, enumeración de los derechos, que tienen los seres humanos....." (7P)

Em síntese, o direito à saúde está teoricamente reconhecido na

lei máxima do Estado Equatoriano, enquanto a efetivação na prática de cada um dos atores sociais se mostra conflitiva e até contraditória, refletindo o momento social por que estão passando. Um exemplo disso é que o fato de haver uma greve da saúde é por vezes associado ao reconhecimento desse direito, e por outras vezes, o mesmo fato é associado justamente ao não reconhecimento do direito à saúde.

VII.3.- Reivindicação do direito à saúde como responsabilidade do estado

Ao verificar-se a reivindicação do direito à saúde assume-se que o Estado tem a responsabilidade para garantir os direitos proclamados, como um cumpridor das funções a ele encomendadas. Observa-se que os atores sociais adotam algumas posturas frente a essa responsabilidade. Assumindo sua posição, reconhecem-se como membros ativos tanto do Poder Executivo como do Poder Judiciário, com poder de decisão e responsáveis pelo funcionamento e cumprimento das leis elaboradas pelo Poder Legislativo, e portanto, responsáveis por garantir esse direito por meio de ações concretas:

ÁREA DA SAÚDE:

"Bueno, eeha considero, ya lo decía también en parte, si, se cumple el derecho a la salud, en lo que a nuestra Institución corresponde por ejemplo , aquí seguimos es el régimen eeh, establecido por las leyes y reglamentos....." (15)

"En nuestro trabajo en esta Unidad de Salud, puedo decir, que más del 90% se esta cumpliendo con la satisfacción de este

derecho a la salud nosotros llevamos mas de 20 programas entre estos la prevención..... afortunadamente, en está área de salud somos pioneros de la atención por parte del Estado de un grupo etéreo que estaba totalmente y absolutamente descuidado....." (2S)

" En las actividades que he desarrollado en el Centro de Salud, creo que es donde más demostramos que los ecuatorianos tenemos derecho a salud..... creo, que el Estado brinda atención para la salud " (5S)

"Si, rotundamente yo diría que si, en el área de Salud # 4 " (4S)

".... si se tiene derecho a la salud , aquíii realizamos una atención completamente gratuita , no estamos en ninguna recuperación de costos, eee, muy pronto lo haremos, pero tomando en cuenta las diferencias económicas de cada uno de los pobladores, debe haber un buen sistema dee, esooo, de las exoneraciones...." (5S)

ÁREA JURÍDICA:

"Si, en la práctica, el código de trabajo, el tiene figuras como los accidentes de trabajo, las enfermedades profesionales,estableciéndose expresamente en la ley la forma precautelar, eeh, del bienestar de las

personas,..... entonces si la legislación ecuatoriana, el código de trabajo si prevé." (1T)

"Bueno, en la materia que yo me desenvuelvo, que es el código del trabajo,eeeh, que también, es una materia social , hay alguna vinculación con respecto a los derechos del trabajador con respecto a la salud, por ejemplo vemos eee, el caso de la mujer embarazada, que tiene sus garantías...." (2T).

"Si por ejemplo en mi área laboral, existe un capítulo muy extenso y grande sobre los riesgos del trabajo, en donde necesariamente esta incorporada la parte fundamental que, es el mantenimiento de la salud del trabajador entonces, en el aspecto laboral, si se ha contemplado....." (3T)

"Bueno, en realidad nosotros como jueces, estamos observando, quee, en lo que nos compete a nosotros, dentro de la judicatura hacemos que se cumpla con lo que ordena la Constitución, con lo que ordenan nuestras leyes....." (8C)

".....El Estado a través de la Constitución, eeemm, da las facilidades, para, que las personas que lleguen al Ecuador, tengan los medios necesarios, para que, conserven su salud...." (6P)

Reconhecem-se como servidores do Estado, e como tais cumprem com suas obrigações, mas não é de sua responsabilidade garantir esse direito, apenas o que fazem é cumprir com suas funções:

ÁREA DA SAÚDE:

"yo creo que si, porque las personas, que vienen a nuestra consulta, tienen programas específicos..... en fin yo creo que en la manera de nuestras posibilidades, estamos atendiendo y cumpliendo lo que el Estado nos pide, para cumplir el derecho a la salud de nuestros habitantes." (8S)

"Para responder a su pregunta, una serie de actividades que se hace *para dar cumplimiento a esta situación*, eeh si empezamos por el *control de la rabia, por ejemplo control de Zoonosis*, otra, la situación *de Tuberculosis*,..... igualmente, tenemos; *consulta de Pediatría, consulta de Gineco-obstetricia, igual, sin costo el servicio de vacunación, se administra de forma gratuita, todo el esquema de vacunaciones*, inclusive salimos de la meta, podré decirle en BCG estamos en la cobertura de 143%, rebasando ampliamente la meta, esto debido a que somos lugar de referencia, puesto que, se trata del Centro más antiguo del país con 51 años de servicio a la

comunidad " (1S)

"Es una pregunta difícil de contestar pero, yo creo, que el equipo de salud hace todo lo humanamente posible.....las realmente actividades, que se cumplen de acuerdo a los programas del Ministerio de Salud, *hay 5 programas que se cumplen aquí, cinco programas de actividades sobre todos estos cinco programas van encaminados en bien de una salud familiar, infantil, protección a la madre en el transcurso de embarazo en el parto y el pos- parto y ese niño, ese nuevo ecuatoriano que ve la luz, con vacunación, con control pediátrico, con control de peso, talla de crecimiento psicológico, bio-energético, con programas micronutricionales* en fin nosotros como dije en las dos anteriores preguntas nos vemos abocados a problemas de orden económico....."(6S)

"En las actividades que he desarrollado *aquí, realizamos un poco de actividades principalmente de fomento, protección, curación, también atención médica de la morbilidad prevalente.....*"(5S)

"Si rotundamente, yo diría que si, en el área de salud # 4 de Chimbacalle, *estamos creando una experiencia de 7 años atrás, en la cual,*

hemos concebido a la salud como un ente integral, estamos trabajando específicamente para esto, específicamente hacemos trabajo familiar y comunitaria....." (4S)

ÁREA JURÍDICA:

"... por ejemplo vemos el caso de la mujer embarazada, que tiene sus garantías y que generalmente no son respetadas, pues se resuelven muchísimos casos en que las empresas les piden especialmente empresas particulares, más que las empresas públicas, porque en las empresas públicas se ve que se respetan mucho más, pero en la empresas particulares, nuevamente la mujer embarazada, ya no rinde igual ni antes ni después del parto y entonces se conocen muchísimos casos, en que se despide a la mujer necesariamente sin respetar sus derechos constitucionales consagrados en la ley....." (2T)

"Ya, bueno, siendo yo juez de una área civil, existen, casos en los cuales como juez, recurro ante un perito médico especialista en una rama o materia dentro de la medicina para queee, coadyuven....a administrar justicia"(6C)

Reconhecem que o Estado garante o direito à saúde, mas muito precariamente ou não decisivamente. Sem responsabilizarem-se por

efetivar ações concretas, assumem que existem fatores de ordem política, econômica e social que influem no Estado para que não se efetive essa garantia:

ÁREA DA SAÚDE:

"Osea, yo pienso que de alguna forma, el Estado, eeeh, ha heredado un modelo, no? de un Sistema de Salud , de un Sistema de atención médica, de un Sistema de prestación de servicios, que tiene una complejidad en el manejo tanto de recursos humanos, la forma administrativa, como un modelo de mecanismos que se maneja y entonces, el esta cruzado por este tipo de variables que desgraciadamente estan afectados por la inestabilidad política,.....En todo caso, pienso que debe entenderse más allá de las una conquistas macro ee, ciertaas cierta microespecificidad een un modelo de salud en los sistemas de salud , por lo tanto yo, pienso más allá de que si hay una buena intención tanto en la gente que mira en la importancia de lo que es la problemática de salud, de todas formas los arreglos no tienen que venir solo desde una

comprensión de los gobernantes, sino, de un análisis de la gente que hace salud" (3S)

Ya, ósea yo pienso que, más que nosotros tenemos en realidad más deberes en este caso, no? *las personas que trabajamos en salud, existeen, en la teoría un programa pero definitivamente no, no, se cumple, en primer lugar yo pienso que, es la falta de un presupuesto,...uno de los mayores problemas, sería la falta de infraestructura tanto física, como de recursos humanos, capacitarlos adecuado y con estas dos cosas pienso que es más que suficiente para que exista un problema".* (9S)

ÁREA JURÍDICA:

"*Es un derecho, que debería ser garantizado por el Estado y que en nuestro país se lo ve muy limitado.....desde una óptica un poco lejana, me parecería que no tenemos garantizado el derecho a salud*"(2T)

"... en el *aspecto laboral si se ha contemplado muy bien, a pesar de que debe haber sus falencias, pero en general yo pienso que si se preocupó el Estado y las organizaciones*" (3T)

"..... como le dije enantes pues, no?; *mientras la persona esta afiliada al Instituto*

Ecuatoriano de Seguridad Social y este al día es quien paga, la Institución le paga todos los daños ocasionados en las enfermedades profesionales o accidentes de trabajo" (4T)

"No, ninguna, ninguna, como antes de la entrevista le explicaba nosotros, nosotros, le diríamos directamente con la salud no. Sino, con cierto tipo de enfermedades, que le llevan a una situación de incapacidad o a una persona para administrar bienes, por ejemplo, no? por ejemplo, el caso de un demente....."(1C)

"..Por desgracia, la salubridad en el Ecuador, si bien se reconoce como un derecho, sin embargo no cuenta, no tiene el alcance necesario para llegar con oportunidad a todos los estratos sociales, y se convierte en una atención deficitaria y que a propiciado a su vez, el surgimiento de una cultura por el desdén por la salud...." (3C)

"Consta en nuestra constitución, el derecho a vivir en un ambiente libre de contaminación, es deber del Estado, velar para que, este derecho no sea afectado y tutelar la preservación de la naturaleza, postulados que se cumplen en forma mínima" (2P)

"En forma lírica, puede ser porque en la vida práctica lamentablemente, no se da una

por falta de medios económicos, otro por falta de preparación de la gente, entonces en forma práctica no?." (4P)

"... Uno de los problemas más graves es la infraestructura en los Centros de rehabilitación social, tanto en varones como de mujeres, existe, una promiscuidad a nivel de salud, increíble, eeh, una suciedad, enfermedad, especialmente venéreas como el SIDA, enfermedades de la piel, enfermedades del pulmón.....". (6P)

Ao se posicionarem como indivíduos e parte da sociedade, demonstram que, quando se trata de reivindicações pessoais, eles tampouco são beneficiados pelas garantias que o Estado lhes deve dar:

ÁREA DA SAÚDE:

"... yo creo, que el equipo de salud hace todo lo humanamente posible , quiero informarles de que hay una mala restitución económica, que nos vemos abocados , pero aparte de esto en nuestra área 6 que yo dirijo todo el personal eee tenemos ciertas aspiraciones, ciertas motivaciones para prestar el mejor beneficio del caso, con responsabilidad, con ética profesional....." (6S)

ÁREA JURÍDICA:

".....Tenemos la caja del Seguro en que el

Estado pues cada vez que ha tenido déficits ha aplicado, ha ido al seguro pues a obtener préstamos que no paganaturalmente eso pues, refulge en que esta entidad ***no puede pues, atender los intereses de salud de sus afiliados, esoni siquiera paga cumplidamente, los aportes patronales no, que le corresponden según la ley y si eso se va pues, cada pasa algún tiempo, donde ya pues el seguro no quiere atender a los empleados públicos.....***" (2C)

"....el sector profesional de la salud es absolutamente mal pagado y por otra parte se imponen políticas mal orientadas....."(3C)

"Entiendo que, dada la crisis económica por la que atraviesa el país, no se cumple en su totalidad, porque dentro de este marco a nosotros, todos los empleados, nos descuentan somos afiliados al Seguro Social, por lo tanto tendríamos el derecho en el momento de sufrir, sufrir cualquier enfermedad o accidente a que se nos atienda inmediatamente, pero usted ve dada la crisis económica ni siquiera a los afiliados se les atiende como debería ser...."

(11C)

Admitem a desvinculação parcial ou completa do Estado com relação a suas atividades em cada área de atuação. Reconhecem que o Estado deveria garantir o direito à saúde, mas não interligam suas

relações com o mesmo, distanciando suas atividades com as do Estado:

ÁREA JURÍDICA:

"Bueno, bueno, noo?, el Estado nada tiene que ver en esto, no? porque la ley es el código de trabajo..... porque es la ley el Código del trabajo, el que rige ahora como le dije enantes pues, no?" (4T)

".....nuestro código de trabajo, el prevé y sanciona en esos casos cuando han sido, hay riesgos de trabajo" (5T)

As respostas afirmativas da garantia do direito à saúde pelo Estado vão acompanhadas de dúvidas pela não concretização desta garantia na prática:

"... en el aspecto laboral, sí se ha contemplado muy bien, a pesar de que debe haber sus falencias, pero en general yo pienso que si se preocupó el Estado y las organizaciones" (3T)

"....entiendo, que el Estado, el Estado trata de cumplir coon, la protección a los ciudadanos, para garantizar la salud y el derecho a la salud" (6C)

".....el Estado a través de la Constitución eeemm, da las facilidades para que las personas que lleguen al Ecuador, tengan los medios necesarios para que conserven su

salud...." (6P)

Ao sentirem-se parte do Estado, eles acham-se responsáveis de colaborar na garantia do direito à saúde, porém eles não tem conhecimentos de possíveis ações de saúde na sua área de atuação, pois eles associam, garantia de direito a saúde, à auxílio dos doentes:

"Si yo tuviera algún caso, yo caracterizaría y y ayudaría aa, la gente que este enferma, lo que sucede, es que hemos, no he tenido, yo no he tenido, ningún caso, aquí dentro del juzgado, el tiempo que estoy y por lo tanto no le podría comunicar no.?" (3P)

"En ninguna forma, ya que nosotros trabajamos con el código penal, y en el código penal, como repito, no esta tipificado como infracción, ... los delitos o el quebranto a la ley que contravenga con estas disposiciones legales " (7P)

".... a respecto pues, del derecho, digamos de los procedimientos jurídicos dentro de la salud, esta garantizado como se dijo en la Constitución, pero en lo que respecta al área netamente penal no se ha dado en este caso, pues no se han dado actos peculiares en este caso al respecto." (1P)

"Sinceramente, no, porque, no se tramita juicios de, eeeh, con respecto al derecho a la salud, por lo tanto no pudiera contestarle, yo

creo, que eso debería contestarle un juez de lo penal, tal vez, no.?" (4C).

"Realmente, no, no, no, no el ámbito de desenvolvimiento de un juez civil, tiene que ver sobretudo, con el aspecto patrimonial y muy colateralmente cooon, la salud....." (8C)

"Realmente mii, mi trabajo tiene mucho que ver con asuntos comerciales y de familia probablemente, los asuntos de familia, hay ciertos, ciertas cosas, en asuntos de niños que tienen que ver con la salud, pero, como es un campo netamente de lo civil, no see, trata de la salud, en estos casos" (9C)

O reconhecimento do Estado como responsável por garantir e reivindicar a saúde está sujeito a vários critérios cuja interpretação demonstra relatividade. Traduz-se em críticas por falta de mecanismos capazes de efetivar o que está escrito na lei.

A saúde vista como um direito é um enunciado que está sujeito ao entendimento de cada um dos poderes do Estado. Tais pontos de vista criam respostas contraditórias quando se trata de concretizar ações de forma integral e não particularmente. Assim, exemplo desse conflito é o caso em que se enunciam atividades inerentes a cada uma das áreas de atuação, ou quando se criam situações de conflito ao particularizar-se a atenção em saúde direcionada a certos grupos populacionais. Isto demonstra o distanciamento entre a teoria e a prática, entre o conhecimento e a finalidade da existência da

Constituição como a lei superior que rege as relações sociais, legitimando ações. O direito à saúde é um enunciado que precisa ser mais estudado para ser melhor entendido e conhecido.

VIII.- CONFIGURAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Este capítulo é dedicado a compilar os dados obtidos depois da promulgação da nova Constituição. Empregou-se o mesmo procedimento do capítulo anterior, destacando os conteúdos mais relevantes e organizando-os nas respectivas categorias operacionais:

VIII.1.- Concepção de direito à saúde

Assim como na análise anterior, os entrevistados conceituam direito à saúde como uma unidade de significação teórica, direcionando a busca do conhecimento referente ao direito à saúde, observando mudanças de entendimento do referido conceito e considerando a vigência de uma nova Constituição Equatoriana.

Os atores entrevistados conceituam o direito à saúde num contexto amplo, entendendo-o como um direito natural, próprio da pessoa e que envolve os aspectos físico, psicológico e social na dinâmica das relações sociais:

ÁREA DA SAÚDE:

".... derecho a la salud, es una palabra muy amplia que nosotros la manejamos actualmente, porque es prácticamente decir el derecho a la vida desde, desde que nace un ser humano está inmerso en una sociedad, que tiene muchos deberes que cumplir, pero también muchos derechos, derecho a tener, a

tener, eeh, bienestar en la parte psíquica, bienestar en la parte física"(2S)

"Bueno ee, yo creo que el derecho a la salud, es uno de los derechos fundamentales del hombre y en ese sentido, pues es obligación del Estado , en satisfacer las necesidades de salud de la población en forma gratuita" (3S)

"El derecho a salud, es parte de un derecho consustancial al ser humano, que como esta, como es el derecho a la vida, esta un, inherente a este derecho, derecho a vivir....." (8S)

ÁREA JURÍDICA:

"Pues, yo entiendo por derecho de salud, todo el conjunto dee, facultades que tienen individuos eee que abarca pues no, solamente a la salud física, sino, también a la salud mental, que considero que para nuestro caso es muy importante" (2T)

"El derecho a la salud, no es otra cosa quee, la posibilidad, que tiene la posibilidad, que tiene el ciudadano, ecuatoriano de recibir el tratamiento adecuado, a la parte física, al debido cuidado y mantenimiento....." (1C)

"El derecho a salud, es repetitivamente el derecho a que, tenemos todos los ciudadanos, habitantes de este país, como de todos los

países del mundo, a ser protegidos en tanto en cuanto, se refiere a la salud personal, individual y familiar" (4P)

"Este, es un derecho natural, que toda persona tiene, en el convivir nacional y mundial"(7P)

"Bueno, como es un tema nuevo a mi entender, pues, en forma general mi criterio sería al respecto de que, es el derecho que protege, pues, a laa, en forma general, a la salud de los ecuatorianos, no? y que involucra pues, naturalmente hechos, que tiene que ver con la salud de todos nosotros....." (6C)

O direito à saúde está amparado na Constituição e portanto deve haver facilidade de acesso aos serviços de saúde e à assistência médica:

ÁREA DA SAÚDE:

".....el cumplimiento fiel del artículo constitucional, el, el cual el Estado, esta con la obligatoriedad de atender a todos los habitantes , proveyéndoles de todo....realmente para una buena conservación de la salud" (5S)

".....son las características propias del individuo, no? Para tener lo que le refiere la Constitución, en acceder siempre de la buena calidad de vida y por lo tanto pues, un nivel de atención, correspondiente en salud....." (7S)

ÁREA JURÍDICA:

".....esta contemplado en nuestra Constitución, tenemos el código de la salud y prácticamente en la nueva Constitución, que actualmente se encuentra en vigencia, esta contemplado el derecho a la Salud." (1T)

"En realidad existen definiciones, que estan dados en los foros internacionales y de ello en esta constitución política ha tomado en forma muy general, para establecer en nuestra Constitución....." (3T)

"De acuerdo con el artículo 42 de la Constitución de la república, eeh, señala que el Estado garantizará el derecho a la salud....." (4T)

".....es la garantía constitucional que, el Estado da a todos sus habitantes en el país, para que sean beneficiados de ese servicio básico....."(2C)

".....se entiende, puesto que, inclusive esta amparado por la Constitución, en términos generales nos dice, que toda la población tiene derechos y acceso a todos los servicios..." (3C)

"..... esta contemplado y garantizado en la Constitución de la república del Ecuador, mejor dicho en la nueva Constitución de la

república del Ecuador....." (4C)

"..... es un derecho que esta consagrado en la Constitución y es un derecho definitivamente trata de la protección del ser humano como tal" (5C)

"El derecho a salud, es el derecho que la Constitución de la república, este, trata a todos los ciudadanos, derechos inmersos de la convicción de que todo individuo nacional extranjero, tengaa las facilidades de acceso a mantener atención médica....." (1P)

"El derecho a la salud, es lo que tienen todos los seres humanos, sin distingoo de género, de condición, de raza, de oficios o actividad quee, tenga en este medio, en que se reúne una sociedad, que esta amparada en la Constitución de la república" (5P)

O direito à saúde é visto como a possibilidade de receber atenção médica, tanto de forma preventiva como na assistência adequada na presença de alguma doença:

ÁREA DA SAÚDE:

".....la facultad que todo ecuatoriano tiene a ser atendido en las Unidades de Salud del Ministerio, del Seguro Social, de cualquier otra Institución de forma eficiente, oportuna para allí resolver su problema, para

prevenir enfermedades y otras situaciones que pueden devenir en el transcurso de la vida en cada ciudadano "(1S)

".....es el derecho que tenemos todos los ecuatorianos, a tener una atención un acceso a los servicios de salud" (4S)

".....es la, la, digamos, laa, cantidad de componentes que, que tienen, nuestros pacientes, a ser bien atendidos , a recibir una atención única, a tiempo, en el momento actual, estamos propendiendo a una atención de calidad"(6S)

ÁREA JURÍDICA:

".....tengaa las facilidades de acceso, a mantener atención médica, en los diferentes Centros de Salud, sea, en forma gratuita los de servicio público y en forma pagada como se sobreentiende en los centros médicos particulares, para así resguardar la conservación del individuo." (1P)

".....es el derecho que tiene todo ser humano, aaa, eeh, tener eeh, que todo ser humano, tiene que ser atendido, tiene que ser revisado por un médico, pero noo cuando se produce la enfermedad, sino, en forma preventiva , para evitar eeh, que la situación, sea

más calamitosa, *tiene que ser lo más pronto posible*".

(2P).

O direito à saúde é conceituado como responsabilidade do Estado, que deve proporcioná-lo de forma oportuna, para evitar doenças:

ÁREA JURÍDICA:

".....no es precisamente el *derecho a vivir sanos, es más bien el derecho, que tiene todo ser humano, de vivir exento de enfermedad, por una atención oportuna, que el Estado debe brindar a todos los miembros de una sociedad*." (3P)

".....el derecho que tiene cierto?, *todo ciudadano ecuatoriano , a ser atendido en su salud , en su aspecto físico, eeh, por el Estado ecuatoriano, el Estado ecuatoriano, esta en la obligación, dee, en el presupuesto del Estado, hacer constar una partida significativa, para que se atienda al pueblo ecuatoriano, de la insalubridad, a fin de evitar las enfermedades que sufre la población*." (6P)

Compilando todas as reflexões nas quais se encaixa o conceito de direito à saúde, deduz-se que a determinação do conceito é influenciada pelo momento político desse país. O fato de estar em vigor uma nova Constituição na qual está contemplada a importância

da saúde é o que define o direito à saúde como um direito por ela amparado.

VIII.2.- Reconhecimento do direito à saúde na lei máxima

A afirmação do reconhecimento do direito à saúde na lei máxima é uma resposta ao momento histórico-político Equatoriano. Apesar de acreditarem que a Constitución é a lei máxima onde se encontram plasmadas as aspirações dos Equatorianos, os atores entrevistados em alguns casos assumem sua legitimidade e em outros insistem na necessidade de se criarem mecanismos para efetivar o direito à saúde por meio de leis complementares:

ÁREA DA SAÚDE:

"Actualmente, la Constitución actual, en el capítulo cuarto, ya se ha ampliado , se habla mucho deel, derecho, eeh, lo que importa ahora, es legislar sacar adelante, todo un proyecto de ley , de ley de salud....."
(2S)

"Eeeh, en el país vivimos ahorita, un proceso de transición, la constitución vigente hace dos años, garantizaba el derecho a salud, aunque en teoría porque en el país no hay acceso de toda la población a los servicios de salud..."(3S)

"Es igual a lo que esta descrito en la nueva, en la nueva Constitución, hay un cambio digamos, a lo que se refiere al derecho a la salud....." (6S)

"Si, si, se reconoce, lo que pasa es que no, seguramente, no tiene, *no tiene, una difusión*

adecuada, que para que, la gente pueda conocer estos pormenores, entonces faltaría difusión y también aplicación." (7S)

"Si, eeh, la *última constitución justamente, acaba de refrendar, e introducir un capítulo entero sobre salud*, cosa que, no existía anteriormente, en ese *sentido, es un avance de que la Constitución, haga constar dentro del cuerpo jurídico legal nacional.....*" (8S)

ÁREA JURÍDICA:

Si, realmente, desde el artículo 23 que tenemos en la Constitución de los derechos civiles , hay algunos numerales sobre el derecho a salud....." (1T)

"Así lo hace y lo hace justamente, poniendo los elementos fundamentales para que, este derecho se produzca y existen al punto que en el artículo 43, señala que los programas serán gratuitos....." (3T)

"La actual Constitución, reconoce, el derecho a la salud, en forma muy amplia a todos los niveles de edad; niños, vejez en general para todas las personas....." (1C)

"Reconoce el derecho a salud, esta

reconocido en las constituciones anteriores , entonces como repetí, es un derecho constitucional....." (2C)

"Yo considero, que si reconoce el derecho a la salud, la Constitución como principio, lo fundamental esta en la implementación....." (5C)

".....como principio constitucional, esta amparado el derecho de la salud, en nuestra actual constitución, pero, para, que se haga efectivo eso tiene que dictarse pues, las leyes" (6C)

"Como uno de los derechos eminentes del hombre claro que si, es si eso es primordial....." (1P)

"Nuestra Constitución política vigente en el capítulo vigente en el capítulo, sección cuarta desde el artículo 42 hasta el artículo 46 inclusive reconoce el derecho a salud...."(3P)

"La nueva Constitución, si reconoce como también las anteriores, solo que ahora específicamente ya determina..... los trámites a seguirse y la protección esencial que se debe dar a la salud de los ecuatorianos" (4P)

Ao aceitar o reconhecimento do direito à saúde, os entrevistados revelam também critérios contraditórios, desde evitar afirmações

concretas que declarem o direito à saúde até fornecer declarações ambivalentes, em que o direito existe em tese, mas é difícil que tenha aplicação prática:

ÁREA DA SAÚDE:

"Yo pienso, *pienso que la Constitución no he estudiado* yo con detenimiento, la constitución en este capítulo, pues, *pienso que existen muchos capítulos, muchos documentos y estudios realizados por el Congreso.....*"(1S)

"*Creo que si reconoce el derecho a la salud*" (4S)

ÁREA JURÍDICA:

"*Esta reconocido, lo que pasa es que en forma práctica no se ven los resultados*" (4T)

"*Si esta reconocido legalmente, pero pues entiendo que hay muchas falencias al respecto.....*" (3C)

"*Si, bien como ideal plasmado en la Constitución de la República pero, en la práctica este, este aspecto, tan importante y vital de la salud no se cumple.....*" (4C)

"*La Constitución la reconoce y establece estrictas normas legales, lamentablemente no son aplicadas correctamente.*" (7C)

"*Esta, si, si, si, la Constitución si, reconoce el derecho a la salud, pero de que reconozca*

a la práctica...." (2P)

"Espero que haya planeado el reconocimiento del derecho a salud del ecuatoriano , *lo que sucede es que el Ministerio de Salud no pone en práctica el derecho establecido en la Constitución*" (6P)

Encontram-se declarações concretas, confirmando que o direito à saúde está amparado pela Constituição:

ÁREA DA SAÚDE:

"Así lo había manifestado anteriormente esta reconocida en la Constitución" (5S)

ÁREA JURÍDICA:

"La Constitución de la república reconoce el derecho a la salud, yo considero que tratándose de la salud física, pues....." (2T)

"Si, porque esta amparando todas las disposiciones, que noo, solamente, eeh, reflejan las instancias del país, a nivel nacional sino a nivel internacional....." (5P)

Encontram-se também respostas em que se percebe a desconfiança do reconhecimento do direito à saúde:

ÁREA DA SAÚDE:

"Eeh, en el país vivimos ahorita, un proceso de transición, la constitución vigente hace dos años garantizaba el derecho a salud,

aunque en teoría porque en el país no hay acceso de toda la población a los servicios de salud..."(3S)

ÁREA JURÍDICA:

"Eeh, sería interesante que esa pregunta lo haga a los legisladores"(7P)

De modo geral, aprecia-se que a difusão do conteúdo da nova Constituição vigente cria expectativas na realidade social Equatoriana, pois se espera que - pelo mesmo processo de transição política - o conteúdo teórico da Constituição se transforme em fatos concretos.

VIII.3.- Reivindicação do direito à saúde como responsabilidade do estado

Há diversas posturas afirmando a responsabilidade do Estado garantir os direitos proclamados. No caso do direito à saúde, alguns asseguram que o Estado o garante por meio de atividades desenvolvidas em cada instituição. Há quem considere que a responsabilidade caiba apenas ao Estado e outros que julgam que o Estado deva assumir toda a responsabilidade:

ÁREA DA SAÚDE:

"Yo diría, que estamos cumpliendo parcialmente, hay que reconocer que el Estado ecuatoriano a través de sus Instituciones esta atendiendo a una población....." (1S)

"Bueno, realmente ahora nosotros estamos eh, sacando adelante un par... dee,

ítems, de trabajo en salud, como son; el cubrir eeh, la parte de salud a la población escolar y a la población laboral, además de la atención, que nosotros hemos venido dando durante toda la vida, ha este binomio materno-infantil....." (2S)

"Si, como mencionaba hace rato eee las actividades de fomento, control de niño sano, control de embarazo, vacunas, esas *son actividades que se mantienen en los servicios de Estado y noo cuesta* entonces, *en ese sentido , eel Estado, esta parcialmente, brindando atención....."* (3S)

"Si nosotros, eeh, principal atención, que nosotros tenemos, es fomento, protección de las enfermedades, en nuestra área , igual que el área a servicios de control de niño sano, el fomento de enfermedades y yo creo que en cada una de las actividades que realizamos estamos garantizando el derecho....." (4S)

"...Bueno si, consideró que el derecho a salud es gratuito no?..... entonces aquí, si tratamos de dar atención de acuerdo, a la demanda y de acuerdo a la programaciones, por ejemplo;tenemos el control, la prevención en salud escolar , y todo digamos en este punto hay cosas como la maternidad gratuita....." (6S)

"Ya, si pero, no, en su totalidad, por

ejemplo; de acuerdo a los programas prioritarios que tiene el Ministerio de Salud, dentro de sus políticas, es la atención materno- infantil, pero no en su totalidad, ósea justamente en el período actual estamos tratando de hacer una reingeniería de programas...." (7S)

"Si digamos aquí, nuestro servicio, como somos un servicio del Ministerio de Salud Pública, parte del gobierno, obviamente nosotros pues, trabajamos en función de los programas que tiene el Ministerio de Salud y dentro de los programas que tiene el Ministerio justamente uno de ellos, es promover la atención médica a todos los afiliados a este sector y nuestras funciones básicas son acciones preventivas y acciones curativas....." (5S)

".... nosotros acá buscamos de tener un enfoque integral de la salud no solo curativo , sino curativo- preventivo , de todo el fomento, un modelo de atención con el enfoque de riesgo, con enfoque epidemiológico, en la práctica el enfoque familiar, de la atención se efectiviza en la visita domiciliaria programada" (8S)

ÁREA JURÍDICA:

"Bueno, eeh, prácticamente aquí, en el Juzgado de trabajo tenemos los accidentes de trabajo , que prácticamente sii, si se ha cometido

algún accidente de trabajo, eeh, las personas tienen todo el derecho de reclamar aquí en el Juzgado de trabajo, ya he tenido algunos casos de accidentes de muerte y se les ha indemnizado a todas las personas que han solicitado, *entonces prácticamente está en vigencia y está en práctica*"(1T)

"Yo pensaría, que el derecho laboral, siendo una parte fundamental del derecho social y entendiendo que las lides laborales llevan al final de una situación de carácter económico al ofertar el Estado, a través de los Juzgados de Trabajo, en la administración de justicia, en este sentido yo creo, que el Estado esta cumpliendo un papel que tiene relación con la salud....." (3T)

"....En mi trabajo, que es en el área eminentemente civil , se cuida el derecho a salud, eeh, tratándose, dee, asuntos de menores, asuntos de menores, en juicios de divorcio, de alimentos, de tenencia de menores, de visita, que tienen derecho a los padres, para con sus hijos....." (2C)

".....dentro del ejercicio mismo de nuestra profesión como es, el administrar, administrar justicia, esta siendo reconocido el derecho a salud, en tanto en cuanto, como

afectados que son; por tal o cual circunstancia eeh, provenientes, eeh, en circunstancias exógenas a la autoridad competente, esta autorizada y facultada para arreglar tal o cual diligencia, con relación a preservar la salud del individuo, eeh por ejemplo; digamos, en circunstancias en que se da una riña y se producen lesiones, estas lesiones del individuo, solicita los servicios en un Centro de Salud, debe ser atendido con mayor prioridad y de hecho estan siendo atendidos....." (1P)

"En el caso de los jueces tenemos, *también de tutelar derechos fundamentales de las personas*, básicamente el derecho a la vida, el derecho a la libertad, también hay, hay, *en ciertas circunstancias, hechos, que tienen ver con la salud, el juez esta llamado por todas las cosas a proteger los derechos de las personas*, a tutelar los derechos de las personas...." (3P)

"Bueno, *dentro de las disposiciones legales, en materia penal, tenemos tanto en cuanto, en las contravenciones* no es cierto.?. que tienen los intendentes, subintendentes, comisarios, tenientes políticos, en donde hablan sobre cuestión de salud, de contravención no es cierto:?. En materia penal, mas bien la cuestión se da a nivel de los reconocimientos médico legales, en las autopsias, en lo que, el *juez esta obligado, en*

definitiva a cumplir con las disposiciones de salud, para, poder tramitar un proceso, donde la persona es el objeto, materia de la infracción". (5P)

O Estado garante o direito à saúde unicamente por meio da Constituição e das leis que normatizam a sociedade, sem dar importância à efetiva aplicação prática.

ÁREA JURÍDICA:

"Eeh, simplemente estan expresados, estan enunciados, esos derechos, por así decirlos , pero desgraciadamente, ninguno de esos derechos se cumple en un estado de abandono...." (2T)

"Vuelvo y repito, el derecho esta, esta, en las leyes, esta garantizado, lo que no se lleva es a la práctica, y no puedo entender si, es por falta de recursos económicos, esto yo creo, que es un impedimento que, impide al Estado de cumplir su obligación." (4T)

Eeh, la supervigilancia al derecho de la salud, puede estar dentro de nuestro trabajo judicial, debidamente respaldado, pero la aseveración de recursos legales, podría ser un recurso de amparo constitucional" (1C)

"Bueno, como juez de lo civil, eeh, tal vez, no sería el campo en que entraría esto,

posiblemente, *posiblemente, al estar ya concretamente legislado, esto tal vez tendríamos en lo posterior que conocer* por ejemplo; daños y perjuicios no?. Pero, *en forma concreta no se ha conocido, todavía algún trámite o juicio que se haya planteado....*" (6C)

"El, el *Estado protege a la salud, a través primero de la Constitución de la república, en segundo lugar, de acuerdo a las leyes especiales* y específicas, como por ejemplo; el Código de la Salud a través de la Institución Ministerio de Salud Pública....." (4P)

"Eeh, mire aquí, *dentro de la función en la cual yo me desempeño, esto es de juez eeh, no, no, no se lleva mucho a la práctica, esta situación*, de los exámenes de la prevención en general, de los medicamentos pero nosotros eeh, en el momento en que se *práctica algún examen médico, porque necesitamos requerimos la colaboración de los médicos de la policía.....*" (2P)

O Estado não garante o direito à saúde pela influência de várias causas, como a falta de organização na estrutura mesma do Estado, a falta de promulgação de leis ou de conhecimento das leis, por vários fatores de ordem social, política e econômica.

ÁREA DA SAÚDE:

"yo creo que, *en las actividades cotidianas*

este derecho a salud, no esta garantizado por el Estado, no, definitivamente no, lo esta, porquee, las cosas son evidentes desde el año 79, donde se tenía el 10% del presupuesto , del presupuesto general del Estado para la salud, 10% 79 ha este ha ido disminuyendo, hasta ahora que estamos en el 99 dramáticamente al 3%....." (8S)

".... Yo puedo pensar, que el modelo de salud que ha sido realizado anteriormente a lo mejor no era el adecuado, porque, porque las tasas, diga usted; de mortalidad infantil y otras tasas quee, comparando las nuestras con la de otros países, por decirle con la de Chile, con la de Canadá las tasas de mortalidad materna es 8 veces menor y la nuestra es la mitad de la tasa latino americana....." (1S)

ÁREA JURÍDICA:

"... yo creo que, el Estado no esta realmente, definitivamente cumpliendo el papel que realmente que debe ser , más aún lo que esta escrito en la Constitución..." (8C)

"..... debería ser un derecho garantizado en el 100%, por la Constitución de la república y por quienes nos gobiernan" (4C)

"No eee, seee, cumple a cabalidad porque, todos los gobiernos se quejan de

falta de, medios económicos, para que los hospitales funcionen como deben funcionar" (10C)

"Nosotros ejercemos y aplicamos el derecho que esta en las leyes, si estos no existen repito e insisto los legisladores son los que tienen darnos una respuesta sobre eso." (7P)

"Ee, no compete eel analizar a la función judicial sobre lo preguntado, eso tendría que contestar las autoridades pertinentes". (6P)

Definitivamente, a responsabilidade do Estado de garantir o direito à saúde é uma realidade que não existe na prática devido à falta de conhecimento e interpretação da lei. Se é a Constituição que regula as relações sociais do Estado equatoriano, seu conteúdo deveria ser difundido, entendido e aprendido.

IX.- DESCREVENDO AS INFORMAÇÕES

Neste capítulo, as categorias analíticas são retomadas e contrastadas com as categorias operacionais, configurando um único contexto antes e depois da Constituição.

***Á saúde é um direito humano fundamental
VERSUS
Concepção do direito à saúde***

ANTES DA CONSTITUIÇÃO	DEPOIS DA CONSTITUIÇÃO
<p>Apesar de na Constituição de 1978, vigente até o mês de julho de 1998, o direito à saúde não estar expresso diretamente, observa-se que as expressões encontradas se aproximam da dos conceitos teóricos emitidos pela Organização Mundial da Saúde, sob as perspectivas</p> <p><u>DEVE SER :</u></p> <p>O direito à saúde é um direito humano fundamental.</p> <p><u>É:</u></p> <p>Para que o direito à saúde seja um direito fundamental, concorrem algumas condições. Por exemplo, a econômica, entre outras:</p> <p>"El ciudadano debe estar sano y tener medios para ello"(7S)</p>	<p>Como já anotado, a Constituição vigente garante o direito à saúde. As manifestações encontradas refletem o momento político equatoriano</p> <p><u>DEVE SER:</u></p> <p>Um direito humano fundamental que está amparado na Constituição.</p> <p><u>É:</u></p> <p>Direito à saúde é um direito humano fundamental por estar amparado juridicamente e ser uma obrigação do Estado protegê-lo:</p> <p>".....es uno de los derechos fundamentales del hombre..pues es una obligación del Estado en satisfacer las necesidades de salud de la población en forma gratuita" (3S)</p>

Em síntese, e tomando exemplos das duas fases, observa-se que não faz qualquer diferença o fato de o direito à saúde, enquanto concepção teórica, estar ou não promulgado expressamente na Constituição. A Constituição de 1978 garante de forma geral os direitos humanos, estando o direito à saúde dentre eles. A Constituição de 1998, além de reconhecer os direitos humanos, proclama expressamente o direito à saúde, com o que abre as possibilidades para que a sociedade esteja mais protegida.

A Constituição reconhece o direito à saúde

VERSUS

Reconhecimento do direito à saúde na lei máxima

ANTES DA CONSTITUIÇÃO	DEPOIS DA CONSTITUIÇÃO
O direito à saúde não está especificamente reconhecido na Constituição. No entanto, a grande maioria das manifestações afirma um reconhecimento que não está explícito e se posiciona afirmando que não é efetivo na prática por diversas situações, uma delas: "descuido por parte del Estado"(3T)	A Constituição atual reconhece o direito à saúde e estabelece atividades a serem desenvolvidas. Na maioria das expressões se encontram confirmações de reconhecimento, ao mesmo tempo em que se admite a dificuldade da aplicação prática: "está reconocido en forma práctica no se ven los resultados" (4T)

Assim como o conceito de saúde, o reconhecimento constitucional do direito à saúde não precisa ser explícito concretamente na lei máxima.

O Estado garante o direito à saúde
VERSUS
Reivindicação do direito à saúde como responsabilidade do Estado

ANTES DA CONSTITUIÇÃO	DEPOIS DA CONSTITUIÇÃO
<p>A reivindicação do direito à saúde como responsabilidade do Estado se manifesta por afirmações concretas de atividades desenvolvidas em cada área de atuação. Por exemplo:</p> <p>"...en esta área de salud somos pioneros de la atención por parte del Estado de un grupo étnico...." (2S)</p> <p>"En la práctica, el código de trabajo el tiene figuras como los accidentes de trabajo,.."(1T)</p> <p>Encontram-se também afirmações de que o Estado não garante esse direito:</p> <p>"...desde una óptica lejana... no tenemos garantizado el derecho a salud" (2T)</p>	<p>As manifestações de ações concretas tornam-se relativas no que diz respeito à responsabilidade do Estado:</p> <p>"Yo diría que estamos cumpliendo parcialmente..." (1S)</p> <p>É uma garantia que está expressa sem efetiva aplicação prática:</p> <p>"...simplemente estan expresados peros desgarcadamente ninguno de esos derechos se cumple" (2T)</p> <p>"Creo que en las actividades cotidianas este derecho no esta garantizado por el Estado..." (8S)</p>

Em síntese, observa-se que as diferentes expressões encontradas antes e depois de promulgada a Constituição não têm nenhuma alteração conceitual. O Estado deveria ser responsável por garantir o direito à saúde, mas não o faz satisfatoriamente, quando o faz.

Dado este panorama, depois da leitura exaustiva dos documentos, é possível observar que: Os direitos existem naturalmente e no caso do direito à saúde não foi preciso que este fosse explicitamente estabelecido na antiga Constituição para ser reconhecido. Com relação à mudança de Constituição, não existem mudanças de ideologia nas duas fases da pesquisa. Percebe-se a ambivalência na concepção do direito à saúde, e o reconhecimento da Constituição como lei máxima do Estado Equatoriano é inato. Entretanto, a eficácia desta lei na proteção dos Equatorianos é distante, conforme expressões encontradas nas duas fases.

A interpretação do direito à saúde tem definitivamente uma base formal e uma sistemática. Dentro da formalidade, é um fato importante para a sociedade equatoriana a mudança da Constituição, porque esta é uma lei superior que regula as relações sociais. Sistemáticamente, os fatos sociais influem na conceituação de sua utilidade prática, que analisaremos mais detidamente no capítulo seguinte.

X.- ANÁLISE

Nos capítulos anteriores foram-se construindo as reflexões analíticas, com o objetivo de reunir em um corpo único todo o conjunto de informações coletadas. A análise global de todas as

manifestações nos permitirá conhecer ainda mais nosso objeto de estudo e cumprir com os objetivos propostos.

Dentro desse contexto, foram apreciados os dois momentos vivenciados - um anterior e outro posterior à promulgação da Constituição de 1998, notando-se nos depoimentos a ênfase dada à presença do direito à saúde no texto constitucional.

Através da categorização das manifestações encontradas, buscou-se abordar alguns aspectos significativos das maneiras de pensar e agir dos atores sociais - como representantes de uma sociedade dinâmica - do ponto de vista de sua relação com o tema central deste trabalho, sustentado no reconhecimento da Constituição como reguladora das relações sociais e da garantia do Estado como concretizador de direitos.

Observou-se que, embora a visão dos atores seja divergente, o direito à saúde é visto como um direito humano fundamental inerente à pessoa. À medida em que a análise avança, observa-se que existem muitas pessoas que têm conceitos contrários ao reconhecimento da saúde como um direito que vai além dos serviços tradicionais e limitados. De fato, a partir de todos os depoimentos obtidos, pode-se confirmar que as respostas foram influenciadas por fatores intervenientes relacionados ao contexto político-social e à própria dinâmica entre os atores sociais e a sociedade.

Chama a atenção a forma de incorporar os fatos sociais verificados em determinado momento que provocam respostas baseadas neles. Quando se aborda o tema do reconhecimento do direito à saúde na Constituição, as respostas são: "*No realmente, no, estamos viendo, justamente, por esta época un paro de la*

salud..?." (2T) e por outro lado "Claro que si, claro que si y tal es así que, porque estan en paro los médicos.?" (4T). As respostas dos atores que pertencem à área jurídica confirmam como os fatos sociais fazem parte do cotidiano e interferem na postura conceitual das pessoas.

O direito à saúde é incorporado pela grande maioria dos atores sociais nas atividades assistenciais. Apesar de reconhecer que o direito à saúde busca o bem-estar da pessoa, a porta de entrada para concretizá-lo são os serviços de saúde.

"Los pacientes o usuarios, pues que normalmente tienen toda la facilidad para acceder a los servicios de salud "(9S)

A relação econômica que se dá com a probabilidade de acesso a estes serviços: *"es obligación del Estado en satisfacer las necesidades de la población en forma gratuita"*

Nesse sentido assistencialista, o direito à saúde é visto como o cuidado de certas doenças: *"..un aspecto que debe proteger a las personas que tienen enfermedades graves, contagiosas crónicas...."*

O reconhecimento da existência da atenção médica pública e atenção médica privada permite ver que não existe reivindicação do direito à saúde, porque se considera normal dar atenção conforme o poder aquisitivo da pessoa.

As respostas tendem a demonstrar que são os fatores políticos, econômicos e sociais que levam à deterioração da credibilidade na existência do direito à saúde.

A maioria dos atores sociais se identifica com o valor jurídico-legal da Constituição. Quanto ao reconhecimento de que ela não é

efetiva, deduz-se que para essa falta de efetividade contribuem desde a falta de credibilidade até a irresponsabilidade do Estado.

A maioria dos atores responde com ações concretas de reivindicação do direito à saúde que estão presentes em suas atividades diárias. Neste nível se observam as diferenças de atitudes entre a área da saúde e a área jurídica. Na área da saúde, as respostas envolvem as ações reivindicatórias através de medidas de saúde pública, dentre as quais se encontram as atividades de fomento, proteção, promoção, prevenção, dependendo do grau de organização de cada área. Na esfera jurídica, estranhou-se a possibilidade de desenvolver ações que se relacionem com o direito à saúde. Observa-se que as respostas que correspondem à área de trabalho limitam-se a ações reivindicatórias voltadas a resolver os problemas relativos a acidentes do trabalho. A área civil reconhece algumas atividades ligadas à saúde, consideradas secundárias e relacionadas com problemas do direito a alimentos, quando há um divórcio, por exemplo. Na área penal, são poucas as manifestações relacionadas a ações reivindicatórias. Foram assinalados alguns problemas médico-legais, como o estupro, e outras manifestações negando qualquer atividade dentro da área que reivindique o direito à saúde.

A falta de reivindicação do direito à saúde na área da saúde é abordada como problema estrutural. Com efeito, devido ao processo político vivenciado no Equador, o problema estrutural se evidenciou nas duas fases da pesquisa, representado, primeiro, pela situação de crise ocorrida com a greve e, segundo, pela reestruturação de serviços, com o cancelamento de contratos com os profissionais de saúde.

Dentre as soluções propostas para melhorar o atendimento das

reivindicações, tanto da área da saúde como da área jurídica, destacam-se a melhoria das condições dos serviços de saúde e a facilitação de acesso a tais serviços. Cabe citar a seguinte manifestação: "*Bueno, sería bueno que alguna vez pensemos y que haya un solo tipo de hospital, no de primera, ni de segunda, ni de tercera, no de pobres, ni de ricos, porque todos tenemos derecho a vivir*". Esta é a expressão que sintetiza o momento social que vive o Equador.

Dentro desse contexto, adquire importância o fato de se considerarem os atores sociais como porta-vozes facilmente identificáveis nos diferentes discursos sobre o tema. Pretende-se não apenas aproximar concepções, mas também transformá-las em informações que ajudem a compreender seus pontos de vista, para de alguma forma relacionar as diferentes práticas, buscando caminhos de interdisciplinariedade.

Todas essas reflexões permitem levantar as seguintes considerações finais.

XI.- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se identificar, no desenvolvimento histórico dos direitos humanos, na organização do Estado e na Constituição, os elementos que reforcem o conceito de direito à saúde previamente concebido na Constituição da Organização Mundial da Saúde. O referencial teórico foi determinado estabelecendo-se a especificidade do conceito de direito à saúde na Constituição do Estado Equatoriano. Dentro da perspectiva de conhecimento do direito à saúde, a partir da intervenção dos diferentes atores sociais ligados à área da saúde e à

área jurídica - e utilizando as expressões encontradas - procedeu-se à análise para avaliação do conhecimento do conceito estudado. A partir daí, emitem-se as seguintes conclusões:

O direito à saúde é descrito em dois contextos: o primeiro é o “ideal” que se deve alcançar como direito humano fundamental, que deve ser garantido pelo Estado; o segundo é aquele que se encontra no cotidiano dos atores sociais, onde existem fatores de tipo social, político, econômico e cultural que o tornam complexo e difícil de ser reconhecido.

A visualização do direito à saúde está restrita ao campo de atuação de cada um dos atores sociais, distante da realidade manifestada e do contexto social em que se desenvolve.

O direito à saúde está vinculado às normativas que o Estado manda cumprir.

Os elementos gerais reconhecidos no direito à saúde são predominantemente de tipo assistencial. No universo dos atores sociais, a busca de orientações até encontrar o direito à saúde se dá na perspectiva de obter uma melhor atenção médica.

A presença de um setor privado assistencialista acentua a preocupação por obter serviços de saúde de melhor qualidade e gratuitos.

Dispor de facilidade de acesso aos serviços de saúde e unidades de saúde e obter a atenção médica necessária é o que muitos consideram suficiente para cumprir com o princípio de que “todos devem ter direito à saúde”.

Visualizar a situação da saúde dentro de um conceito integral não faz parte do cotidiano de muitos atores sociais especialmente da

área jurídica.

O reconhecimento jurídico-legal do direito à saúde, inclusive e sobretudo na Constituição, não tem o alcance necessário para ser legitimado dentro da sociedade equatoriana.

A Constituição é uma norma que ampara os cidadãos, mas não tem a acolhida como Lei Maior do Estado. O que se observa é que falta conhecimento do conteúdo constitucional.

Observa-se que as práticas de saúde são de caráter individualista e respondem às atividades próprias dentro de cada área de atuação. Na área de saúde, especialmente, a atuação é respaldada nos programas de governo e a participação de cada ator social responde à sua situação particular. Dentro da área jurídica, a atuação depende do tipo de problema que cabe resolver. Por isso é que há dificuldade em concretizar ações que estejam relacionadas com a saúde.

No modo de entender as práticas de saúde de grande parte dos atores sociais, considera-se que a assistência à saúde está voltada a certas parcelas da população, “os pobres”, o que revela a ausência de noção do significado do direito à saúde.

Quanto à interdisciplinariedade, pode-se dizer que ela se manifesta em nível conceitual, uma vez que o direito à saúde, teoricamente, é reconhecido como um direito humano fundamental protegido pela Constituição, sendo obrigação do Estado garanti-lo. Entretanto, na prática, a interdisciplinariedade não se verifica concretamente porque as ações dentro de cada área são exercidas individualmente e nunca articuladamente.

Ao final deste trabalho, deve ser destacado um ponto que nos parece fundamental dentro do objeto de estudo escolhido: o direito à

saúde é um direito humano fundamental garantido pelo Estado. Este conceito, apesar de ser reconhecido no sentido teórico, no âmbito prático se transforma em um ideal, que infelizmente não está avançando no sentido de concretização. A predominância da concepção assistencialista e as tendências privatistas da medicina revelam que o direito à saúde, no Estado equatoriano, é um conceito que precisa ser construído no cotidiano dos atores sociais contemplados neste trabalho, para que através deles se universalizem os conhecimentos para fortalecer e efetivar o direito à saúde proclamado na Constituição.

A construção desse conceito pode ser desenvolvida tomando-se em consideração alguns fatores como os que seguem.

Se dentro da Constituição Equatoriana está contemplada a responsabilidade do Estado de promover a cultura pela saúde, um dos caminhos a seguir seria a criação de cursos de especialização - como os existentes nas universidades brasileiras -, em que se desenvolvem cursos de direito sanitário dos quais participam profissionais de várias áreas de especialização como professores e alunos, o que lhe dá a característica de interdisciplinariedade. Tais cursos teriam como finalidade abrir espaços de reflexão e troca de conhecimentos, mesmo porque as práticas educativas são as que permitem ampliar a visão dos participantes ao mesmo tempo que contemplam sua diversidade e heterogeneidade. Isto favorece a aproximação de distintos níveis de conhecimento, onde a busca de entendimento se faz através do diálogo. Esta interação social permitirá abrir caminhos de articulação entre as duas áreas, complementando-se mutuamente.

Deve ser intensificado o estudo da Constituição desde o nível primário, dentro da matéria Cívica já existente, no sentido de compreender o conteúdo da Constituição relativo aos direitos humanos, especificamente quanto ao direito à saúde.

É importante que se realizem estudos sobre o conhecimento do direito à saúde e da Constituição por toda a população, para poder criar mecanismos de difusão, no sentido de universalizar conhecimentos e construir uma nova dimensão em saúde. Somente assim haverá condições para que se exija a ação do Estado, externando-se a reivindicação do direito à saúde e a concretização das garantias proclamadas na Constituição, como é a referente à proposta de um Sistema Único de Saúde.

A difusão de todas as formas de cultura pela saúde compreende em si todo tipo de atividades, sejam estas didáticas, acadêmicas, científicas, jurídicas, sanitárias, sejam exercidas individual ou coletivamente. A conjugação dessas atividades levaria a uma transformação automática e abrangente do direito à saúde em área de conhecimento interdisciplinar de interesse para toda comunidade que busca o equilíbrio entre o homem e a sociedade.

Acreditamos que, difundindo e criando conhecimentos referentes ao direito à saúde como um direito humano fundamental, se conseguirá uma participação maior da população, com o que se tornará possível - atendendo as necessidades básicas da população - construir um Sistema Único de Saúde efetivo para a sociedade equatoriana.

XII.- BIBLIOGRAFIA

- ALESSI,R., Instituciones del derecho administrativo. Barcelona. Urgel, 1976.
- ATIENZA, M, Introducción al derecho. Barcelona. Barc.Nova.1985
- BECERRA,H., Historia universal: edades moderna y contemporánea. Quito. Ed. ecuatoriana.1998
- BERLINGUER, G., Ética da saúde. São Paulo, Hucitec, 1996
- BICUDO, H., Direitos humanos e ordem constitucional no Brasil. São Paulo. Atica. 1987.
- BOBBIO, N., A era dos direitos. Rio de Janeiro (trad. Nelson Coutinho), 1992
- BOBBIO, N., Da norma jurídica ao ordenamento jurídico. In Teoria do ordenamento jurídico. Brasília Nb/São Paulo Polis 1989.
- BORJA,B.,R., Derecho constitucional ecuatoriano. Quito, 1979 V. I,II.
- BOYLE, P., et.all., Saber preparar uma pesquisa. São Paulo. Ed. Hucitec 1994.
- CAMARGO, P., Los derechos humanos. Bogotá, Sierra, 1970.
- CARRION, F., Quito crisis política y urbana. Quito, El Conejo, 1985.
- CAMPILONGO, F., C., Os desafios do judiciário: um enquadramento teórico In: DIREITOS HUMANOS, DIREITOS SOCIAIS E JUSTIÇA. São Paulo. Malheiros 1994.
- CAMPOS de S.G., A saúde pública e a defesa da vida.São Paulo.HUCITEC.1991
- CÓDIGO CIVIL con las últimas reformas. República del Ecuador. Quito. Ed. Galbar 1997

- CODIFICACIÓN DE LA CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LA REPÚBLICA DEL ECUADOR. con definiciones, concordancias e índice analítico. Quito Corporación de estudios y publicaciones. Actualizada a Febrero de 1997
- CÓDIGO DE LA SALUD. actualizada a Enero de 1996. Corporación de estudios y publicaciones.
- CONSTITUCIÓN POLÍTICA DEL ECUADOR, Interpretaciones. Quito. Corporación de estudios y publicaciones. Actualizada a noviembre de 1992
- CONSTITUCIÓN POLÍTICA DEL ECUADOR, Índice sistemático. Quito. Corporación de estudios y publicaciones. Actualizada a noviembre de 1998
- CONSTITUCIÓN POLÍTICA DEL ECUADOR, Índice sistemático, leyes orgánica de la defensoria del pueblo. Control constitucional. Quito. Corporación de estudios y Publicaciones. Actualizada a agosto de 1999
- COSTA, E., Vigilância Sanitária defesa e proteção da saúde. São Paulo.1998 [Tese de Doutorado da Faculdade de Saúde Pública/USP] VI.
- CORREIA S., Introdução ao direito a saúde.In: Direito da saúde e Bioética. Lisboa.Lex.1991.
- CUEVA, A., El proceso de dominación política en el Ecuador. Quito, América, 1983.
- CHAVES,M., Saúde e sistemas Rio de Janeiro. FGV.1980
- DALLARI, D.A., O poder dos juízes. São Paulo. Saraiva. 1996.
- DALLARI,D.A., Elementos de teoria geral do Estado. São Paulo. Saraiva.20.ed.1998

- DALLARI, D.A., O que são os direitos da pessoa. São Paulo. Brasiliense 10a. ed. 1994.
- DALLARI, G. S., O direito a saúde. Rev. Saúde Púb. (22)1, 57-63. São Paulo 1988.
- DALLARI, G. S., A saúde do Brasileiro. São Paulo. Moderna. 1987.
- DALLARI, G. S., Os estados brasileiros e o direito a saúde. São Paulo. Hucitec. 1994.
- DALLARI, G.S., et al. Advocacia em saúde no Brasil contemporâneo. Rev. Saúde Púb. 30(6): 592-601. São Paulo. 1996
- DA ROCHA J.J., Direito da saúde, direito sanitário na perspectiva dos interesses difusos e coletivos. São Paulo. LTr. 1999.
- DA SILVA J., A., Curso de direito constitucional positivo. São Paulo. Malheiros. 15a ed. 1998
- DEJOURS, C., Por um novo conceito de saúde. Rev. Brasileira de Saúde Ocupacional. 14(54): 7-11. São Paulo. 1986
- DIAS, P., H., Teoria geral do direito. Brasília, 1985.
- ESTEVEZ, J., Estructura y límites del derecho como instrumento del estado social.
- FALCÃO, JdeA., Democratização e serviços legais. In Faria J., E., DIREITO E JUSTIÇA. A função social do Judiciário, Atica. São Paulo 1989. pp 145-166
- FARIA, J., E., Direitos humanos, direitos sociais e justiça. Malheiros São Paulo. Malheiros. 1994
- FERNANDES, F., Dicionário Brasileiro contemporâneo. Porto Alegre. Ed. Globo 1980.
- FIERRO, B., R., et. al. Biopatologia andina y tropical ecuatoriana.

- Quito. Ed. Academia Ecuatoriana de Medicina. 1995 V. I, II, III.
- FUENZALIDA, H, L, et. al., El derecho a la salud en las américas. Estudio constitucional comparado. Organización Panamericana de la Salud. Pub. Cient. 509. Washington. 1989.
- FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, Dicionário de Ciências sociais. Rio de Janeiro. Instituto de documentação MEC. 1986.
- GALVANESE, F, A., Estudo de caso, sobre a legislação sanitária e o direito a saúde. o estado, a sociedade e a proteção da saúde de trabalhadores em Santo André 1992. São Paulo. 1999 [Tese de Mestrado apresentada a Faculdade de Saúde Pública da USP]
- GIL, A., Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo. Atlas. 1994.
- GIANFRANCO, P., Evolução do estado moderno. uma introdução sociológica. Rio de Janeiro. Zahar. 1985
- GOODE, W., et. al., Métodos em pesquisa social. São Paulo. Ed. Nacional. 1972.
- GOMEZ, Y., N., Declaración de los derechos humanos. Quito, 1996 [Tesis de Doctorado de la Facultad de Jurisprudencia de la Universidad Central del Ecuador].
- IZQUIERDO, M., H., Ecuador in: EL DERECHO A LA SALUD EN LAS AMÉRICAS. Estudio constitucional comparado. OPS Pub. Cient. 509. Washington 1989.
- L'ABBATE, S., O direito a saúde: da reivindicação a realização: projetos de política de saúde em Campinas. São Paulo. 1990. [Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências/USP] 3V.
- LAFER, C., A ONU e os direitos humanos. Rev. Estudos Avançados 9

(25)169_85. 1995.

LAKATOS,E., M.E Sociologia geral. São Paulo. Atlas, 6ta ed.1990.
pp29-38

LAKATOS, E., MARCONI, M.,A., Fundamentos de Metodologia Científica.São Paulo. Atlas 1995.

LIMA, A., A., Introdução ao direito moderno. Rio de Janeiro, Agir, 1978.

LOPES, J.,R., Direito subjetivo e direitos sociais. O dilema do Judiciário no Estado Social de direito.In: FARIA,J.,E., (organizador). Direitos humanos, direitos sociais e justiça. São Paulo. Malheiros.1994, pp113-143.

MANCUSO, R.,C., Intereses difusos, conceito e legitimação. São Paulo.2ed. 1991

MANUAL DE ORGANIZACIÓN DE LAS ÁREAS DE SALUD. Quito. MSP 1994.

MANUAL BÁSICO DE DERECHOS HUMANOS. Quito, Tribunal de garantías constitucionales, Octubre, 1990.

MENDES,E.,V., Uma agenda para a saúde. São Paulo. Hucitec, 1996.

MENDEZ.H., Salud y derecho. Washington. OPS. Serie Salud para todos 1(1) 2-4Mayo 1988.

MINAYO, M., C., O desafio do conhecimento. São Paulo, Hucitec, 1992.

MORAES deA., Direito constitucional.São Paulo. Atlas.1999.

ORGANIZACION MUNDIAL DE LA SALUD, Documentos básicos Con las modificaciones adoptadas hasta el 31 de Octubre de 1994.40 ed. Ginebra. 1994

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DA SAÚDE, Relações público-privado na eficácia do direito à saúde. Informes técnicos #62. Washington

- DC. OPAS,1998.
- ORGANIZACION PANAMERICANA DE LA SALUD Las condiciones de salud en las américas.Washington DC 1990.
- ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD La crisis de la salud pública: reflexiones para el debate.Washington DC 1992.
- ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD, Análisis de las organizaciones de salud. Washington,DC,1978.(OPS-Serie Paltext4).
- ORTEGA,F . Sistemas de salud en el Ecuador.Quito, De MSP,1986.
- ORTIZ, C., N., El derecho a la salud y los derechos de los enfermos. Madrid, Ediciones, 1983.
- PEREZ. G., A., Fundamentos del derecho civil ecuatoriano. Quito. Ed. ecuatoriana.1984.
- POGGI, G., A evolução do Estado Moderno uma introdução sociológica (trad. Alvaro Cabral). Río de Janeiro . Zahar,1981.
- POSSAS,C., Saúde e trabalho: a crise da previdência social.Rio de Janeiro.Ed Geral 1981. p181-182.
- QUIVY, R., et.al., Manual de investigação em Ciências Sociais. Lisboa. Gradiva 1992.
- REALE, M., Lições preliminares de direito. São Paulo.Ed. Saraiva 1984.
- REZENDE,A., Saúde dialética do pensar e do fazer. São Paulo. Cortez.1989.
- RICHARDSON,R.J. Pesquisa social métodos e técnicas. São Paulo, Atlas,1985
- SECCO ELLAURI O. La edad media y contemporanea.Madrid.Esp.1987
- SERRANO, M., A., El derecho de los profesionales sanitários Madrid. Ed. Diaz 1992.

- SOBERON, A.,G., El cambio estructural en Salud. Rev. Salud Púb. mex. 29(2):143-51. Mar-Abril1987
- SPÍNOLA, A., et.al., Pesquisa social em Saúde. São Paulo Cortez. 1992.
- SUÁREZ, J., et. al. La situación de salud en el Ecuador 1962_1985. Quito Ed. MSP,1988.
- TRINDADE, C., A., O processo preparatório da Conferência Mundial de Direitos humanos: Viena, 1993. Rev. Bras. Polit. Int. 36(1): 37_66.1993
- TRINDADE, C., A., Balanço dos resultados da Conferência mundial de Direitos humanos: Viena, 1993. Rev. Bras. Polit. Int. 36(2): 9_27. 1993.
- TOBAR, D., j., et.al., Derecho constitucional ecuatoriano. Quito. Corporación de estudios y publicaciones.1995.
- VERDESOTO,S.,L.,Estudios de derecho constitucional ecuatoriano. Quito. Departamento de Publicaciones de la Facultad de Jurisprudencia del Universidad Central del Ecuador. 1988
- WIT, A., Metodologia de pesquisa: questionário e formulário. São Paulo.Resenha. 1973.

ANEXO 1

Estrutura organizacional das Áreas de saúde

La Jefatura de Area

La eficiencia en el uso de los recursos y la coordinación y apoyo de las unidades de salud que integran el área de salud, se garantiza con un nivel gerencial -**Jefatura de Area**- cuya sede es la unidad de mayor complejidad. A través de ésta se asegura la desconcentración/descentralización de los subsistemas administrativos claves y se cuenta con los instrumentos normativos y metodológicos que se van implantando a nivel nacional.

ESTRUCTURA ORGANICA Y FUNCIONES GENERALES DE LAS AREAS DE SALUD		
F U N C I O N	NIVEL/RESPONSABILIDAD	COMPONENTES
Conducción y Coordinación	<ul style="list-style-type: none">- Jefe del Area de Salud- Coordinador del Area	<ul style="list-style-type: none">- Director del CS Hospital Cantonal.- Funcionario Técnico en gerencia-administración de salud.
Apoyo técnico - administrativo	<ul style="list-style-type: none">- Consejo Técnico	<ul style="list-style-type: none">- Directores de las Unidades de Area. Además, los "grupos técnico-administrativos" de la jefatura de área.
Asesoría y definición de "líneas" generales	<ul style="list-style-type: none">- Comité zonal o Cantonal de Salud	<ul style="list-style-type: none">- Delegados de los SCS.- Delegados de los CS.- Delegados de los grupos o comités locales de Salud.

ANEXO 2

Organigrama Estrutural da Função Judiciária

ORGANIGRAMA ESTRUCTURAL DE LA FUNCION JUDICIAL

DIRECCION NACIONAL DE RECURSOS HUMANOS
01-01-97

ANEXO 3

Roteiro das Entrevistas

CUESTIONARIO DE LA ENTREVISTA

- 1.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD.?
- 2.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCION DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A SALUD?
- 3.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTÁ SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO. CUALES POR EJEMPLO?

ANEXO 4

Documento de dados coletados

ENTREVISTAS PRIMERA FASE

(Junio de 1997)

1.- ÁREA DE SALUD # 1

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?

Bueno, el derecho a salud es una situación que está contemplada en la Constitución de la República del Ecuador, la constitución vigente, en uno de los artículos del, del mencionado cuerpo legal, dice que todos los ecuatorianos tienen derecho a la salud. Creo que es un concepto sumamente amplio el derecho a la salud y amplio en el sentido de que podría decirse que debe ser el estado de completo bienestar físico, mental, social de una persona, esto por definición que es conocida desde muy antiguo, pero también creemos que es ya un concepto antiguo, que debe ir, irse innovando y lo que se debe llegar a tener un gran estado de bienestar, de satisfacción, donde este contemplado, contempladas, situaciones que no corresponden solamente al sector salud, sino, que corresponden es, a otros estamentos del Estado, a otros campos, campos de conocimiento humano, como son los conceptos de Antropología, Sociología, por ejemplo, y debe pues, es tratar de armonizarse todos estos criterios, para que el beneficiado, la beneficiada, sea la persona humana, en la satisfacción de todos, de todos sus derechos, de todas, es decir, de todas sus necesidades y no solamente en la , centrarnos, como era en la, en las épocas remotas de la salud pública, en considerar que los derechos son únicamente,

ees el asunto de salud o de enfermedad, es un concepto antiguo que ya no es, debe actualizarse, reactualizarse y obviamente ponerse en práctica.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A SALUD?

Efectivamente, ya lo decía al comienzo de esta conversación y laa está reconocida en la constitución que es la Ley Suprema, la Carta Magna, siempre se lo dije, está reconocida pero eee, que se lleva aaa, la práctica aaa, no creo que se lo haya hecho un 100%, pero existe, esa gran base de que está reconocida en la Constitución.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO? CUALES POR EJEMPLO?

Bueno, eeaa, considero, ya lo decía también, que en parte si se cumple el derecho a la salud de los ecuatorianos, en lo que a nuestra institución corresponde por ejemplo, aquí seguimos es el régimen ee, establecido por las leyes y reglamentos y le voy a contar como. Para responder a su pregunta, una serie de algunas actividades que, se hace para dar cumplimiento a esta situación, ee, si empezamos por la situación de control de, de rabia, por ejemplo, el control de Zoonosis es un servicio que se presta a la comunidad, vienen los pacientes, vienen laas personas, mas bien dicho, con sus animalitos sospechosos de rabia, ellos son recibidos aquí en la institución sometidos a observación, se toma las muestras de

los animales, cuando estos fallecen, se hacen el respectivo examen histopatológico, de detección de corpúsculos de Negrii, para identificación de rabia, se hace también, la vacuna antirrábica humana, de los casos, que lo amerita todo, es patrocinado, financiado, por el Estado, es una forma de cumplir este requisito, otra, la situación de control de Tuberculosis, aquí tenemos un Departamento de Neumología y Rayos X se hace y un profesional Neumólogo dedicado a esta actividad. Este es un Centro de referencia, en el caso de tuberculosis, entonces acá, se concentran las personas, reciben la atención médica, que comprende el Diagnóstico y tratamiento igualmente a cargo del Ministerio de Salud Pública, y tenemos luego la, la farmacia institucional, la farmacia ee, brinda la, venta de medicamentos, a costos inferiores a los de las farmacias comerciales, el servicio de inscripciones en Estadística la, las personas, que hacen la inscripción de nacimientos, de defunciones, sin costo para la persona, todo eso lo asume el Estado. Seguimos adelante, con los servicios que se ofrecen respondiendo ee, su pregunta, el laboratorio, el laboratorio clínico bacteriológico, igualmente brinda la oferta de servicios aa, la comunidad, con precios absolutamente módicos para los exámenes de laboratorio, esta, por decirle que un examen coproparasitario cuesta 150 sucres, un examen serológico 200 sucres, es decir, son precios ee, que realmente no cubren ni siquiera el costo de los insumos que se utilizan para la realización de estos exámenes, igualmente, tenemos la consulta de Pediatría, la consulta de

Gineco-obstetricia, igual sin costo para el usuario, el servicio de vacunación, se administra todo, el, el esquema de vacunaciones, de forma absolutamente gratuita para el paciente y somos uno de los Centros e quee, mayor demanda y mayor cobertura tiene en lo referente a vacunaciones inclusive, salimos de la meta por decirle en la BCG, estamos en la cobertura del 143%, rebasando ampliamente la meta, esto debido a que somos eeh, lugar de referencia, puesto que, se trata del Centro de Salud mas antiguo del país con 51 años de servicio a la comunidad y tenemos también, el servicio a la comunidad y también el servicio de Odontología, igualmente con costos mínimos, mínimos para el paciente, en el, en el tercer piso, tenemos el servicio de control de prostitución y prevención de enfermedades, prevención y tratamiento de enfermedades de transmisión sexual, así mismo aquí, se atiende, es una gran cantidad de, de personas, una amplia población de señoritas trabajadoras sexuales, es una, es un costo mínimo lo que cuesta la atención,eeeh, la atención eeeh, no tiene costo monetario, lo único que adquieren las señoritas es unaa, es el certificado, el certificado de control sanitario que tiene un costo de 1000 sucres anuales, es decir, realmente, esas ah, realmente no tiene un costo monetario, si lo quisiéramos determinar con contabilidad de costos, etc. Y en cuanto a certificados se, seee entrega, también los certificados médicos, los certificados educacionales, el certificado internacional de vacuna anti amarílica, igualmente con costos mínimos, certificados, el valor de ellos esta en 500

sucres, el certificado ocupacional y 1000 sucres el certificado médico, el certificado de vacunación internacional contra la fiebre amarilla tiene un costo de 20 sucres, que es un precio que realmente está., en la obsolescencia, en términos generales, eso es lo que se realiza como servicios, algo yo, quisiera contarles, algo más este momento estaaa yaa concluido el servicio, dee, nuevo servicio dee, Emergencias, con una una infraestructura física que ha costado aaal Estado a través de FASBASE 202millones, es un lugar que está bastante bien adecuado a la estructura física, FASBASE, va a ser el equipamiento por un costo dee, dee 15 mil dólares, le habló en dólares, porquee, a pesar dee que no debería hacerlo, porque esa es la estimación, que han hecho los señores de FASBASE, el costo que va ha tener y obviamente está determinado en dólares, porque es a través del Banco Mundial que se da este, este crédito, no?. Es un crédito, eso debo recalcarle un crédito al Estado, no es una donación, ni mucho menos, pasará entiendo yoo a convertirse es, en deuda externa y tendremos que seguir pagando todos los ecuatorianos, a mas de esto el servicio de emergencia eeh contamos con un pequeño, con un pequeño Centro Obstétrico. Ese Centro Obstétrico cuenta eeh, cuenta con una Sala de Partos y una Sala de Quirófanos para cirugía de Emergencia, cirugía de Emergencia Obstétrica, eso está, está listo yaa. Al momento se esta construyendo en el ala sureste de nuestra Institución unaa, un Centro de Zoonosis para el control de rabia, en la planta baja, en la planta alta oficinas, para los

inspectores sanitarios, para el control, el control de saneamiento ambiental y la parte pertinente a Zoonosis, ahí vamos a contar con, con la presencia con uno, con un señor profesional veterinario, con sus estudiantes pertenecientes a la Facultad de Veterinaria y de, de Zoonosis de la Universidad Central y realmente estamos haciendo es laaa, ampliación de la, de las salas de RayosX, va a ser en el subsuelo para que este, muy, muy protegida de todo tipo de emisión de radiación secundaria. Porque? le cuento estas dos últimas cosas, porque todo lo que le he manifestado con respecto a esta tercera pregunta, es como esta funcionando hasta ahora, pero nosotros, creemos que debe modificarse muchas cosas, ya no se puede permanecer con costo de 20 sucres por un certificado de fiebre amarilla, de vacunación internacional contra la fiebre amarilla, ya ni siquiera estan en circulación las monedas de 20 sucres y a este servicio acceden muchas personas extranjeras y realmente, para ellos es, es, eeh, hasta motivo de asombro que cueste 20 sucres, es algo, una cifra irrisoria a nivel internacional, pero nosotros hemos presentado, estamos concluyendo un proyecto, para presentarlo al Ministerio de Salud Pública, ya hemos hecho las gestiones preliminares para que este costo sea incrementado y en este estudio estamos presentando todos los justificativos y tiene obviamente que, salir es, como un acuerdo ministerial, que permite que se incremente el costo, de acuerdo a los parámetros que estamos presentando en el trabajo e igualmente creemos que se debe incrementar, es el costo de

los certificados, son costos que realmente a veces no, ni siquiera cubren el, el costo de material de impresión y no, no permite que, la Institución tenga un ingreso que podría decirse de auto-gestión, esos términos que esta, tan de moda en esta época y el Estado mismo ya se ha encargado, hay un acuerdo, para que se viabilice esta situación, hay un acuerdo Ministerial del 074 del Ministerio de Finanzas y Crédito Público en que permite que los, los fondos de valores adquiridos por autogestión, por gestión propia pueden ser traspasados, a la de ingresos fiscales y esos dineros, son reutilizados en la propia Institución, entonces, creemos es, que realmente debe darse un cambio profundo, un cambio integral, no solo pensando en el aspecto financiero, sino también en el aspecto organizativo en el aspecto de la buena marcha de los servicios porque no podemos seguir, es, manteniendo esquemas, esquemas que estan en obsolescencia por ejemplo, en esto de control de rabia, en esto de Rayos X, nosotros estamos ya trabajando en forma preliminar, en proyectos para incrementar la, la calidad de, de atención que brindemos, eeeh, debe hacerse, que confluya el aspecto educativo, el aspecto, el aspecto de servicio, de, de presentación de los servicios y obviamente si se puede ver la forma deeee, razonable de, que las personas puedan contribuir económicamente en las cosas en que puedan ser, porque creemos también y de eso somos muy convencidos de quee, noo, por hablar de autogestión, eso no significa cobrar a todo el mundo, porque, porque nuestra población es sumamente

pobre, nuestros usuarios a veces estan en extrema pobreza y no tienen para satisfacer sus necesidades básicas, peor van a tener para cubrir una, una atención de salud, quee, cuando es de buena calidad, es costosa. Esto por dar un pequeño esquema, un pequeño resumen de looo, en referencia a su pregunta obviamente, creemos y estamos convencidos que si estamos eeh, brindando amparándome, en todo lo anteriormente manifestado, realmente estamos, cubriendo una parte de los derechos de la salud, que tienen los ecuatorianos, que pertenecen eeeh, a la jurisdicción eeeh, de nuestra área, hay muchísimo por hacer el trabajo es enorme, pero algo se esta haciendo y no ahora, sino a través de la historia de, de la, de las Instituciones de Salud.

(Enero - Junio 1998)

2.- ÁREA DE SALUD # 2

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?

El derecho a la salud de una población determinada es aquel que le permite reclamar al poder público, la atención, la prevención y la rehabilitación de la salud de toda la población.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A SALUD?

La Constitución establece el derecho, por consiguiente lo reconoce, lamentablemente el cumplimiento de esta

prestación, de esta obligación constitucional, es, en un porcentaje muy reducido.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO? CUALES POR EJEMPLO?

En nuestro trabajo, en esta Unidad de Salud puedo decir que en más del 90% se esta cumpliendo, con la satisfacción de ese derecho a salud, nosotros llevamos más de 20 programas, entre estos los programas de prevención, dentro de la prevención, la inmunización sobre las enfermedades transmisibles, lo logramos en un altísimo porcentaje, el programa de atención a los niños escolares, hemos logrado el 100% de cobertura y eso implica exámenes de laboratorio, atención médica y tratamiento hemos logrado en el ciento por ciento de los casos, porque nosotros vamos a las escuelas, nosotros afortunadamente en esta área de salud somos pioneros de la atención por parte del Estado de un grupo etáreo, que estaba totalmente y absolutamente descuidado, los adolescentes y tenemos el programa de atención integral de la salud del adolescente y todas las otras prestaciones, como son por ejemplo: el control de la embarazada, el control póst-parto, la detección oportuna del cáncer de mama, la prevención y tratamiento de las enfermedades de transmisión sexual, además el servicio de atención a las guarderías del área, con el apoyo al programa del Ministerio de Bienestar Social, tenemos el programa de saneamiento ambiental,

tenemos el programa de trabajo social para atender todos los casos, tenemos el programa de atención psicológica, además de un programa específico, como complemento de las otras especialidades y que es un programa de acercamiento a la comunidad, para que, la comunidad tenga una participación activa en todos nuestros programas.

3.- ÁREA DE SALUD # 3

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?

El derecho a la salud es, es igual, para todas las personas no?, y en el sentido mental, físico, emocional y hasta espiritual, se que vamos a hilar fino pero, pero, todo derecho implica un deber eso seria la conciencia de la gente, tiene el deber también de cuidarse, su salud física, mental, emocional y espiritual, ahí seria que esta mas completo el asunto ahí, no es cierto?.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A SALUD?

De alguna forma, yo pienso que si, digamos que esta contemplado en la Constitución, el derecho equitativo no?, a que, aah, que gocemos de buena salud, lo que es, algo que esta bien no?, desde el punto de vista conceptual, como es tradicional en la constitución.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO? CUALES POR EJEMPLO?

O sea yo pienso que, de alguna forma el Estado eeeh., ha heredado un modelo no?, de un Sistema de Salud, de un Sistema de Atención Médica, de un Sistema de Prestación de Servicios, que tiene una complejidad en el manejo tanto de recursos humanos, la forma administrativa, como un modelo de mecanismos que se maneja no? y entonces el está cruzado por ese tipo de variables, que desgraciadamente, estan afectados por la inestabilidad política, pero en todo caso pienso que debe entenderse, más allá de conquistas macro eeh, ciertaas, una ciertaaa, microespecificidad een, en un modelo de salud, en los sistemas de atención de salud, el aporte de servicios, la calidad gerencial con la que se lleva el sistema de salud. Por lo tanto, yo pienso mas allá de que si, hay una buena intención, tanto, en la gente que mira en la importancia de lo que es la problemática de salud, de todas formas, los arreglos no tienen que venir, no solo, desde una comprensión de los gobernantes, sino de un análisis de la gente, que hace salud, para crear procesos nuevos no?, procesos que, en algo cuestionan el paradigma ortodoxo y que, y que nos den elementos nuevos, para, para, hablar de un nuevo paradigma en salud, que sea mas amplio mas global, mas realista, mas individual.

4.- ÁREA DE SALUD # 4

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?

Bueno, entiendo por derecho a salud, es el derecho, aah, innato que tenemos todos los seres humanos, para, para, tener nuestra salud, eeh, concebida desde la forma integral diría yo. Ya que la salud, no es únicamente el estar sano, sino el tener casa, tener una armonía, con la familia y con la sociedad así lo entiendo yo al derecho que todos debemos tener como salud.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A SALUD?

Considero que, en la Constitución está descrito, el derecho que todo ciudadano debe tener a la salud.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO? CUALES POR EJEMPLO?

Si, rotundamente, yo diría que si, en el Área de Salud # 4 de Chimbacalle, nosotros estamos creando una experiencia que viene ya desde hace unos 7 años atrás, en la cual, le hemos concebido a la salud, como, un ente integral, estamos trabajando específicamente para esto, hacemos trabajo familiar y comunitaria, realizamos entrevistas casa a casa, ya no es una atención solamente bióloga, sino, una atención más humanizada, estamos trabajando para mejorar la calidad de vida de la población, estamos dando una atención de mejor calidad y de mayor calidez, los equipos de salud de esta área

están altamente capacitados y tienen una visión de riesgo, manejan la población con enfoque de riesgo, estas cosas, en concreto han mejorado definitivamente aaah, es el aporte que el área de salud, puede dar como parte del Ministerio hacia nuestra población asignada.

5.- ÁREA DE SALUD # 5

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?

Lo que yo entiendo por derecho a salud es quee, toda la persona, todo ecuatoriano, eeh, todo ciudadano, tiene que tener acceso ha un, ha un Servicio de Salud, por más lejano que, que sea el sector, donde se encuentre debe tener un servicio de salud que los atienda.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A SALUD?

Creo que si, lo reconoce pero quee, eeh, no lo aplica taan claramente, hay muchos vacíos en la Constitución quee, no permiten desarrollar a la salud en el Ecuador, pero que esta reconocido, esta reconocido.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO? CUALES POR EJEMPLO?

En las actividades que he desarrollado aquí en el Centro de Salud, aquí en el Centro de Salud, creó que es donde más demostramos que los ecuatorianos, tenemos el derecho a la salud; aquí realizamos un poco de actividades principalmente:

de fomento, protección, curación, también, atención médica de la morbilidad prevalente en el área, todos son ejemplos; de que si se tiene el derecho a la salud, aquí realizamos una atención completamente gratuita, no estamos en ninguna recuperación de costos, eeh, muy pronto lo haremos, pero tomando en cuenta las diferencias económicas de cada uno de los pobladores, debe haber un buen sistema de, de eso, de las, de..., exoneraciones, los servicios que prestamos aquí pues; control de niño sano, vacunaciones, odontología, todos esos son ejemplos; de que se tiene derecho a la salud y creo que el Estado brinda atención para la salud.

6.- ÁREA DE SALUD # 6

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?

Gracias, doctora, primero me voy a presentar soy el Dr. Pico Olmedo -Director del área de Salud número 6 y para que se ubique, el área 6 es una área muy popular, se encuentra ubicada prácticamente en el suroccidente de la ciudad de Quito; es una área que, que prácticamente, le decía es muy popular, comprende barrios como: Panecillo, Nueva Aurora, eeeh, quien conoce Quito y habla de estos barrios, son barrios difíciles, donde la gente es muy paúperrima, el área de salud tuvo que salir realmente al frente, para pretender una buena cobertura de salud, y,y, como Director eeh., yo me veo abocado a muchas circunstancias, tales, para sacar adelante esta área. Con relación a la pregunta que me hace la doctora, que esta estudiando en el Brasil. Que, que entiendo por

derecho a salud?, para mi particularmente es nuevo, es nuevo en el sentido de la palabra el derecho, yo soy un médico, no soy abogado, pero creo que se han escrito mucho, mucho, mucho acerca de la palabra derecho, desde nuestra Constitución desde la primera , artículo que dice la constitución ecuatoriana, dice: que el ecuatoriano tiene derechos y obligaciones que cumplir con su pueblo, que cumplir con la sociedad; su compromiso, el ecuatoriano tiene un derecho como un país democrático que es, tiene derecho y si aah, todo, todo lo de él, sobre todo su derecho a salud, su derecho a salud, que lo brinde el Estado, que lo brinde la parte privada, que lo brinde de alguna forma, las ONG organizaciones no gubernamentales, en fin pero el ecuatoriano en si, en cualquier lugar que se encuentre tiene derecho aah, eeh, ser y prestar su salud en bien deee, él propio y de su comunidad, el bienestar eeeh, físico, biológico y psicológico, eso lo que tendría que contestar.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A SALUD?

Eee, bueno, con relación a esta segunda pregunta ya toque algo sobre este tema, a veces las cosas que se escriben en un papel, ellas realmente nunca se cumplen así suceden en nuestro país, hay muchas cosas que estan solamente escritas en un papel y realmente no se cumplen por muchas circunstancias; tal vez económicas, tal vez sociales, tal vez partidistas, políticas en fin, se debería dar un buen curso a las cosas que estan escritas en los artículos de la Constitución del

Ecuador, sean cumplidas realmente a cabalidad, como llevando realmente la salud ecuatoriana a las tres e, que yo comprendo: efectividad, eficacia, y eficiencia eso es parte importante, este, el alto organismo, como Ministerio de Salud, la Seguridad social, Fuerzas Armadas, que hacen salud y obviamente las partes no Institucionales, no públicas del Estado, sino las ONGS, las partes privadas, clínicas, organismos, que se dedican a la salud: casa de beneficencia públicas, en fin que ejercen y cumplan esta constitución, cumplan con los debidos preceptos, sobre todo llevándose de una parte, de un juramento hipocrático que se ha hecho, eso es parte importante para, no solamente para el médico que lo hizo, sino, para todo el equipo de salud, porque el trabajo se hace en equipo, no se hace unilateralmente, sería un monologo, el trabajo de salud se hace en equipo desde el Director hacia él, última persona que trabaja en áreas de salud, todas apoyándose con un solo hombro empujando un solo barco, un solo fin, un solo objeto para brindar beneficio a ese paciente que recurre a nosotros.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO? CUALES POR EJEMPLO?

Es una pregunta difícil de contestar pero yo creo que, el equipo de salud hace todo lo humanamente posible, quiero informarles de que hay una, muy mala restitución económica que nos vemos abocados, pero aparte de esto en nuestra

área 6, que yo dirijo todo el personal eeh, tenemos ciertas aspiraciones, ciertas motivaciones, para prestar el mejor beneficio del caso; con responsabilidad con ética profesional, en bien de los usuarios, seria muy largo acotar, las realmente, las actividades que se cumplen de acuerdo a los programas del Ministerio de Salud Pública, hay 5 programas que se cumplen aquí, cinco programas de actividades sobre todos, estos cinco programas van encaminados en bien de una salud familiar, infantil, protección a la madre en el transcurso de su embarazo, protección a la madre en el parto y el posparto y ese niño, ese nuevo ecuatoriano que nace, ese nuevo ecuatoriano que ve la luz del Ecuador: con vacunación, con control pediátrico, con control de peso, talla de crecimiento psicológico, bioenergético, con programas, micronutricionales, en fin, nosotros como dije en las dos anteriores preguntas, nos vemos abocados a problemas de orden económico, eso es parte importante creo yo, pero sin embargo, estamos concientes de que el personal que trabaja en salud realmente, estamos tratando en lo posible de cumplir con nuestro rol, con nuestro, con todas las capacidades que tenemos, abrir, mejorar las conductas, bajar en esa tasa de morbi-mortalidad, tanto de madre como del niño y brindarle su, atención médica en todo sentido a todas las personas que vienen a este sector.

7.- ÁREA DE SALUD # 7

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?

El derecho que tiene el ciudadano para estar sano, física, mentalmente y tener los medios para ello.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A SALUD?

Si, por medio de la organización de la salud, porque, porque, no fue organizada para, para dar salud en esta forma.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTÁ SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO? CUALES POR EJEMPLO?

Si, dentro, dentro del trabajo diario si existen actividades que demuestran, como por ejemplo: laa, laa prevención, fomento y recuperación, atención materno-infantil, es la actividad mas frecuente, saneamiento ambiental, zoonosis, etc.

8.- ÁREA DE SALUD # 8

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?

Nosotros entendemos por derecho a salud, uno de los derechos fundamentales de las personas y como miembro de un equipo de salud tratamos de llevar, de realizar bajo esta premisa todas las acciones que nos estan a nuestro alcance para cubrir o dar a todas las personas que pertenecen o viven

en este sector, darles la facilidad para que tengan acceso a este derecho a salud.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A SALUD?

Claro que si, eso digamos hay un derecho, hay un artículo en la Constitución en laa, cual reconoce el derecho de las personas a su salud.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTÁ SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO? CUALES POR EJEMPLO?

Yo creo que si, porque las personas que vienen a nuestra consulta, tenemos programas específicos, tanto a los niños, como a las personas adultas , dentro de los niños pues, nosotros aparte de darles digamos, toda la atención de prevención damos pues, vacunamos con todas las vacunas que tenemos, hacemos un control de su curva de crecimiento y desarrollo y si naturalmente encontramos algún tipo de problema o de dificultades, podemos pues componerlo o mejorarlo ya sea dentro del plano educativo, como también dentro del plano operacional. Para las pacientes adultas, a todas las pacientes embarazadas, que vienen acá, les hacemos los controles prenatales correspondientes, vemos que no haya ningún problema y si detectamos algún problema pues le enviamos hacia un Centro Obstétrico, donde tienen mayores facilidades como para poder atender ese tipo de problema, hacemos un despistaje de cáncer también, de manera que las

pacientes, en lo posible pues, puedan detectar a tiempo ese tipo de patología y entonces puedan recibir el tratamiento correspondiente y en general también a pacientes adultos que vinieron acá, pues también nosotros les damos la atención que, que, vienen a solicitar, aparte de esto también; tenemos una división de Odontología, que también, estamos con programas a la niñez, programas odontológicos a las madres embarazadas, en fin yo creo en la manera de nuestras posibilidades, estamos atendiendo y cumpliendo lo que el Estado nos pide, para cumplir el derecho a la salud de nuestros habitantes.

9.- ÁREA DE SALUD # 10

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?

El derecho a salud es bueno, unaa, un espacio no?, en el cual los pacientes o usuarios pues, que normalmente tienen toda la facilidad para acceder a los servicios de salud en la Institución o la Institución privada.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A SALUD?

Bueno las leyes y reglamentos existen, pero en la práctica, pienso que no se encuentra por muchos motivos no?, en primer lugar porque, igual, que como el Estado da derechos también tiene sus deberes, entonces en este campo de la salud existe esa opción del derecho pero laa, la obligación del Estado de proporcionar todos los recursos, implementos, presupuesto, etc, etc, en las Instituciones sobre

todo públicas, no, no existen no?, en lo ideal, en lo que sería lo ideal.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTÁ SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO? CUALES POR EJEMPLO?

Ya, osea, yo pienso que, más que nosotros tenemos en realidad, más deberes en este caso no?, las personas que trabajamos en salud, existe en la teoría un programa pero definitivamente no, no, se cumple, en primer lugar yo pienso: que es por la falta de presupuesto, uno, uno de los mayores problemas sería la falta de infraestructura tanto física como de recursos humanos, capacitarlos adecuado y con estas dos cosas pienso que es más que suficiente, para que exista un problema.

10.- ÁREA DE SALUD # 19

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?

Bueno, yo considero que es una de las capacidades que consta dentro de nuestra ley, dentro de nuestra Constitución, en que todos los ciudadanos que conformamos esta patria tenemos derecho no?. y por lo tanto es un derecho ineludible amparado bajo la Constitución y que nuestro Estado ecuatoriano, nuestros gobiernos deben proporcionarnos, como está considerado hasta el momento en forma gratuita, creo, que es lo que podría ser no?.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A SALUD?

Bueno está escrito en la Constitución y aunque sea, no se, sea política o politiqueramente, siempre nuestros, nuestros representantes de los gobiernos, de los gobiernos, hablan de este gran derecho de todos los ciudadanos tienen, pero de lo que está escrito a que se cumpla ya es un poquito distante, las circunstancias pueden ser diferentes: de tipo político, de tipo social, de tipo económico, de tipo cultural, etc, etc. Pues, cabalmente, yo creo que no se cumplen a cabalidad y cien por ciento como el derecho, que todos los ciudadanos tienen, el derecho a la salud.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTÁ SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO? CUALES POR EJEMPLO?

Bueno eeh, estamos en una etapa de modernización del Estado y dentro de ello, pues estamos hablando de la descentralización y por supuesto las Instituciones como: el Ministerio de Salud Pública, que son parte del gobierno, están descentralizados, y el Ministerio descentralizado y al hablar de la descentralización; se han conformado mediante Decretos y Acuerdos Ministeriales, se han conformado, digo, las áreas de salud: integrada por una Jefatura de Área, que es el Centro de Salud y varias Unidades, que fundamentalmente, en este caso son los Subcentros de Salud, repartidos en el sector, en mi caso urbano, urbano marginal y rural. Y las actividades que

nosotros cumplimos en dentro del área de salud, absolutamente todas son gratuitas y estan encaminadas a tratar de cumplir, justamente con este derecho que les asiste a los ciudadanos darles eeh, la opción, a que la salud les llegue a ellos de momento, como le digo, en forma gratuita, a pesar de los problemas eeeconómicos que existen específicamente, que existen, nosotros acá cumplimos actividades en el Centro de Salud y en todas las Unidades, actividades, que estan relacionadas directamente con los programas del Ministerio de Salud, por decirle algo hacemos todo lo que es el Control Materno-Infantil, es decir le tomamos a la madre desde su primer momento, hacemos el control prenatal, el control de embarazo, durante todo el período, eeh, no le atendemos el parto porque la Unidad no lo permite, no esta técnicamente clasificada para eso, pero de acuerdo a la referencia o a la Maternidad que le corresponda y luego si regresa el paciente le hacemos el control del post parto.

ENTREVISTAS PRIMERA FASE

(Junio de 1997)

1.- JUZGADO SEGUNDO DEL TRABAJO

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?.

El derecho de la salud?. Bueno, sería el conjunto de normas: que regulan la salud de las personas, el bienestar, el medio que le rodea y que les puede proporcionar una buena salud, una buena disposición.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A SALUD?.

Si, esta reconocida en la Constitución.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUALES POR EJEMPLO?.

Si, en la práctica, el código del trabajo, él tiene figuras como los accidentes de trabajo, las enfermedades profesionales, en laa, estableciéndose, expresamente en la ley, la forma precautelar eeh, del bienestar de las personas en el medio en que se desenvuelvan en su trabajo y obviamente hay sanciones, para cuando se viola esas disposiciones y cuando por no respetar las normas de salud o higiene en el trabajador, ha sufrido alguna enfermedad de trabajo o profesional entonces, si, la legislación ecuatoriana, el código de trabajo si, prevee.

(Enero a Junio de 1998)

2.- JUZGADO SEGUNDO DEL TRABAJO

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?.

Bueno, el derecho a la salud , es un derecho obviamente social, que deberíamos tener todas las personas, un derecho que debería ser garantizado por el Estado y que en nuestro país se lo ve muy limitado.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A SALUD?.

No, realmente no, estamos viendo justamente por esta época, estamos atravesando y constatando un paro de la salud eeh, precisamente, porquee parecería quee los trabajadores de la salud, los médicos, no tienen los medios suficientes, no solo parece que no reclaman, solamente sus derechos laborales, sino que no tienen los medios suficientes para prestar a las personas eeeh, el servicio quee, adecuado, que debería ser, eeeh, parecería, parecería mirando desde una óptica un poco lejana no muy profunda, pero parecería que no tenemos garantizado el derecho a la salud en nuestro país.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUALES POR EJEMPLO?.

Bueno, en la materia que yo me desenvuelvo, que es el código del trabajo, efe, que también es una materia social, hay alguna vinculación con respecto a los derechos del trabajador, con

respecto a la salud, por ejemplo vemos eeeh, el caso de la mujer embarazada, que tiene sus garantías y que generalmente no son respetadas, pues se, se resuelven muchísimos casos, en que las empresas les despiden especialmente empresa particulares, mas que las empresas públicas, porque en las empresas públicas se ve que se respetan mucho más, pero en las empresas particulares nuevamente, la mujer embarazada ya no rinde igual; ni antes ni después del parto y entonces se conocen muchísimos casos en que se despide a la mujer, necesariamente sin respetar sus derechos constitucionales, consagrados a la ley, también se ve esto oo, en los casos en que el trabajador, tiene alguna enfermedad, generalmente no concurre a su trabajo y a pesar de que justifica posteriormente, que se yo, el patrono le tiene el visto bueno, porque ha faltado más de tres días, entonces yo si veo en la práctica, dee, en el desenvolvimiento de la materia, que me toca resolver, que las empresas públicas, si se respeta el derecho a la salud del trabajador, pero no se puede decir lo mismo de las empresas privadas, porque realmente le interesa que la empresa produzca.

3.- JUZGADO TERCERO DEL TRABAJO

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?.

Yo entiendo por derecho a salud, la obligación que tiene tanto el Estado como las personas en general, a tener la atención correspondiente de salud, especialmente en la prevención, para evitar problemas futuros de enfermedades; es un derecho que podría llamarse inalienable, irrenunciable, que tiene todo ser

humano para, mantenerse en un estado de salud lo más posible normal.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A SALUD?.

Realmente, la Constitución en forma general, si reconoce muchos derechos, incluso el de salud, pero, en la practica realmente, existe un descuido, por parte de los Estados, del Estado y de los gobiernos en general, por cuanto eeeh, como premisa básica sería de atender primero a la salud, porque, teniendo un pueblo con salud, se tiene un pueblo en mejores condiciones, para poder soportar los abatares de la vida y tanta circunstancia no?. Entonces si se podría dedicarse más, primero a la salud, después a la educación y después al resto de necesidades, sería un éxito de cualquier gobierno.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUALES POR EJEMPLO?.

Si, por ejemplo, en mi area laboral, existe un capítulo muy extenso y grande sobre los riesgos del trabajo, en donde necesariamente esta incorporada la parte fundamental, que es el mantenimiento de la salud del trabajador, entonces en; en el aspecto laboral, si se ha contemplado muy bien, a pesar de que debe haber sus falencias, pero en general, yo pienso que si se preocupó el Estado y las organizaciones, los entes como la función judicial yy, se plasmó en un Código del Trabajo en donde existe un capítulo muy, muy grande sobre los riesgos del trabajo y que se relacionan en contra, para precautelar la salud.

4.- JUZGADO CUARTO DEL TRABAJO

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?.

Bueno, el derecho de salud lo sabe más usted antes que yo, no?. Generalmente el derecho de salud, pues es, el buscar y encontrar medios y normas para brindar esta salud al pueblo, que necesita y más no a la ley.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A LA SALUD?.

Claro que si, claro que sí y tal es así que la reconocen que, por eso, es que están en paro los médicos y los empleados de la medicina, no?. Del área de medicina.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUALES POR EJEMPLO?.

Bueno noo?. El Estado nada tiene que ver en esto no?, porque es la ley, es el Código de Trabajo, el que rige ahora, como le dije enantes pues no?, mientras la persona sea afiliada al Instituto Ecuatoriano de Seguridad Social y este al día, es quién paga, la Institución le paga, todos los daños ocasionados en enfermedades profesionales o accidentes.

5.- JUZGADO QUINTO DEL TRABAJO

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?.

Si, le agradezco la entrevista realmente, nuestras leyes específicamente en el Código del Trabajo eee..., están incorporadas;

el derecho a la salud, el derecho es prácticamente a cuidar de las personas eeee..., en sus lugares de trabajo, que gocen de los elementos necesarios. con el fin de que no se pueda perjudicar su salud.

p._ CREE USTED QUE LA CONSTITUCION DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A SALUD?.

Si, lógicamente, en nuestro, en el ámbito que yo le estoy contestando en el Código de Trabajo hay, protege.

P._ DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUALES POR EJEMPLO?.

Si, realmente, eeaa, hay muchos casos que een, en los casos que a mi me há tocado defender mm...., conocer juicios ee..., que han sido las personas pues, que por largos años han trabajado en lugares no apropiados y que prácticamente han perdido la vista por ejemplo, entonces nuestro Código de Trabajo: él prevé y sanciona en esos casos, cuando han sido, hay riesgos de trabajo o han perdido la vista, inclusive, se protege a los herederos, entonces eee, esta en vigencia, esta en el Código de Trabajo.

ENTREVISTAS PRIMERA FASE

(Junio - 1997)

1.- JUZGADO QUINTO DE LO CIVIL

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?.

El derecho de salud, es el derecho que tenemos todos los ciudadanos, para recurrir al Estado, a fin de que sea el Estado, el que nos proporcione todas las, todos los medios para satisfacer, en ciertos casos ee..., o., solucionar, en ciertos casos laa, la o la, como le explico, como le digo, las necesidades médicas, a los que uno se ve abocado, por diferentes situaciones o por diferentes enfermedades que puede adquirir una persona ya!.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A LA SALUD?.

La Constitución de la República del Ecuador si reconoce, no le puedo decir taxativamente, cuál es la disposición constitucional, pero si hay una norma que ampara al ciudadano, para que tenga, no solamente, tenga derecho a la salud, sino, derecho a la educación, derecho a vivir dignamente, tendríamos que involucrar a la salud, porque la persona no sería digna, sino tendría acceso a que alguien se preocupe a su salud y su bienestar.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUALES POR EJEMPLO?.

No, ninguna, ninguna como antes de la entrevista, le explicaba nosotros, nosotros le diríamos, directamente con la salud no, sino,

con cierto tipo de enfermedades, que le llevan a una situación de incapacidad a una persona para administrar bienes por ejemplo no?, entonces por ejemplo: el caso de un demente, en ese caso los familiares tienen que recurrir al juez, para que sea el juez que le nombre un tutor o a un curador, ennn, en una tercera persona, para que administre los bienes del interdicto, que seria el demente, que no puede administrar sus bienes, o en el caso de un menor incapaz, pero eso en cambio, eso sería y, po, por, por la incapacidad legal del menor, por su edad, pero en este outro, que le acabo de indicar, es por la situación de enfermedad propia.

(Enero - Junio 1998)

2.- JUZGADO CUARTO DE LO CIVIL

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?.

Entiendo yo, el derecho que tiene, pues, la persona humana, a que se le atienda, pueees, eeh, se le prevenga, primero, sobretodo del clima o vicio, para que pueda desenvolverse, pues, eeh se, con bienestar no?, y si es que, si está enfermo, que tenga todos, tenga acaso todos los medios adecuados, para que el individuo se atienda y pueda recobrar la salud esto!.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A LA SALUD?.

Eee, no recuerdo exactamente, si hay disposiciones expresas, pero ya en la práctica, pues, como esta dentro de los programas general del bienestar social, está pues contemplado, este derecho a la salud, ya, porque hay un Ministerio, que se dedica pues, justamente a esto, a

atender pues, la salud de los ciudadanos o verles establecimientos y hospitales, casa de asistencia y vienen regulando, digamos los, los remedios, no los, los, yo entiendo pues, que se puede pues, conseguir los remedios necesarios, en términos adecuados y en precios adecuados de tal manera que de esa forma.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUALES POR EJEMPLO?

Eeeh, muy defectuosamente no?. Tenemos la Caja del Seguro en que, el Estado, pues, cada vez que ha tenido déficits fiscales ha aplicado, ha ido pues al Seguro, pues, ha obtener pues, préstamos pues, que formas, ni el capital peor los intereses ha pagado, no?. Justamente, razón por la cual, el Seguro está pues, en una situación pues, calamitosa económicamente no?. Naturalmente eso pues, refulge en que esta entidad ,no puede pues, atender los intereses de salud, de sus afiliados, eso por, por una parte y por otra pues, ni siquiera paga cumplidamente los, los aportes patronales no?, que le corresponden según la ley y si eso se va pues, cada vez, pasa algún tiempo, donde ya pues, el Seguro no quiere atender pues, a los empleados públicos, pues consolida la deuda no?, pero jamás paga, como ve solo aquí, hay una deficiencia formidable.

3.- JUZGADO SEXTO DE LO CIVIL

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?

Muchas gracias, ...eeeh. Para mí, el objeto primero y principal de toda la organización, en el mundo, es el hombre, el ser humano;

esté, por su naturaleza intrínseca es susceptible de sufrir las influencias del medio que lo rodea y por, por consecuencia está expuesto a sufrir que, quebrantamientos, de los más diversos órdenes, de su bienestar y desarrollo, tratan, todas las Instituciones que se crean, por tanto, el aspecto de salud, aparece como un pilar fundamental, para el progreso del hombre en su fase individual y colectiva, toda vez que un pueblo enfermo no puede avanzar, consecuentemente, la salud se constituye en un derecho, que es el más sensible de las organizaciones del Estado dada su masificación.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A SALUD?

La salud, en el marco jurídico ecuatoriano; contempla, concreta, un derecho inherente a su nivel de vida, así lo determina en el artículo 14 de la Constitución Política. Y se encuentra regulado de conformidad, con las normas del Código de la Salud, en combinación, con los Tratados Internacionales aprobados bilateralmente, especialmente con las Organizaciones mundiales, como: la OMS, UNICEF, ONU y demás.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUALES POR EJEMPLO?

Mmm, por desgracia, la salubridad en el Ecuador, si bien, se reconoce como un derecho, sin embargo no cuenta, no tiene el alcance necesario para llegar con oportunidad a todos los estratos

sociales y se convierte en una atención deficitaria y que ha propiciado a su vez el surgimiento de una cultura, por el desdén, por la salud, en los sectores, más deprimidos de la población, que acuden en cuanto a la provisión de insumos, instrumentos, materiales necesarios, para, para el ejercicio de la Salud, yy, por otra parte eel, el sector profesional de la salud, es absolutamente mal pagado y por otra parte ee, se, seee imponen políticas mal orientadas, que también afectan el desarrollo de la salud, como se debería.

4.- JUZGADO SÉPTIMO DE LO CIVIL

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?

El derecho a salud, significa, de que las personas, estén amparados, por una disposición legal, que ampare; con respecto a las relaciones, que existen con la salud de las personas no?.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A SALUD?

Yo pienso que si, lo que realmente es, debía hacerse un estudio, más a fondo por parte de los señores congresistas, dar más protección aaa, lo que respecta a salud no?. Hay cantidad de problemas que existen, violaciones incluso con la salud de las personas, pero, no hay realmente una disposición legal o un Código, realmente, conozco, creo, no sé, si existe un código de salud no?. Realmente no estoy enterado.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUALES POR EJEMPLO?

Sinceramente no, porque aquí no se tramita juicios de eeeh, con respecto al derecho a la salud, por lo tanto, no pudiera contestarle, yo creo que eso debería contestarle un juez, de lo penal tal vez no?.

5.- JUZGADO OCTAVO DE LO CIVIL

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?

Bueno, el derecho a salud, nosotros entendemos, dentro del ámbito judicial, especialmente, a lo que ha nosotros nos compete, de que, es todo aquello que tiende a dar atención a los usuarios del juzgado, que son especialmente las madres y los hijos, con ellas mismas, en beneficio y en procura de su estado, en todos los ámbitos sean estos sociales, morales y educativos para lo cual, es indis, es indispensable, total y absolutamente el factor económico, el mismo, que si las madres frente de las judicaturas, luego de divorciarse o de separarse legalmente, solicitan alimentos para ellos, dentro de los cuáles también, se comprende eeh, parte, la parte eee..económica, lo que servirá para la salud. Atención, que es ante los médicos, ante las clínicas y los hospitales, de que disponemos en nuestra ciudad, es lo mismo para los hijos y con mayor razón para los menores, que son quienes nacen de esa relación, indispensable entre marido y mujer, a quiénes los padres y las madres están obligados a atenderlos: tanto en la educación, en la alimentación, que es una de las partes, factores de la salud, a lo que los jueces, como autoridades y en

competencia que nos permite la ley. Tenemos que obligar al padre y al alimentante, para que, se atienda a los alimentarios, en lo que se comprende, la salud especialmente, sino hay salud, no puede hacerse uso ni de la educación, por esta razón, nosotros como autoridades de jueces, estamos viendo que esto conlleve en un variamiento, para que se les atienda, es uno de los criterios que le puedo dar, darle como autoridad en este caso.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A SALUD?

Evidentemente si, la Constitución es la que primero predica que es el derecho, derecho de todos y con todos los que comprenden la Constitución de cada país, yo hablo por el país mio, que es el país el Ecuador, en donde la Constitución fue a preveer esto, el legislador para que se atienda a todos sus conciudadanos, todos los ecuatorianos.

P.- DENTRO DE SUS ACTIVIDADES DIARIAS EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUALES POR EJEMPLO?.

Bueno en realidad nosotros, como jueces estamos observando queee, en lo que nos compete a nosotros, dentro de la judicatura, hacemos que se cumpla con lo que ordena la Constitución, con lo que ordenan nuestras leyes, está a nuestra mano, pero también, observamos, con un poco de tristeza, digamos así, quee quienes estan administrando fondos del herario nacional, dirigidos al Ministerio de Salud, sin poder profundizar en el asunto, miro con pena, aqui no se lo hace totalmente, cosa que, se debería incentivar

un poco más en los colegios de, médicos, los principales directivos de los poderes, como son: el mismo ejecutivo, el poder legislativo y tal vez el poder judicial, aún cuando el poder judicial al que me pertenezco. Nosotros hacemos, que se cumpla lo, lo que esta prescrito en la Constitución y los deberes de la República.

6.- JUZGADO DÉCIMO DE LO CIVIL

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?

Bien señorita, buenas tardes, lo que yo entiendo, por derecho a salud en: primer lugar un conjunto de normas dictadas por el legislador, como responsables de estructuras, reglamentos dictados por los funcionarios competentes, especializados en la rama de la salud, por medio de la cuales, se pretende proteger, cuidar, velar, por la salud de todos los ciudadanos que habitamos en unaaa, una nación, estado, una región, y como consecuencia deee, la aplicación estricta de este derecho; por Código de la Salud, que beneficia a la salud, obviamente, se puede conseguir y se consigue que el Estado, en si progrese y surja para, que a la vez redunde en beneficio de todos los gobernados.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A SALUD?

Si, es un derecho constitucional que esta reglado, normado y contemplado en la Constitución Política de, de la República del Ecuador, incluso a mi entender, existen Tratados Internacionales, de los cuales el Ecuador es suscriptor, en donde puedo decir, que el derecho a la salud, es un derecho universal e inherente, propioo, connatural, al ser humano.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO, EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUALES POR EJEMPLO?.

Ya, bueno siendo yo, juez de una área civil, existen casos en los cuales como juez, recurro ante un perito médico, especialista en una, ssees..., rama o materia dentro de la medicina, para quee, coadyuven al xustito a administrar justicia, de esa manera pues, no se lesionan los intereses de ninguna de las personas, yyy, haya en la sociedad, confianza en este tercer Poder del Estado, que es la administración de justicia. En los casos, en que me auxilio de médicos legistas en las diferentes áreas o ramas, tenemos los juicios de investigación de la paternidad, la impugnación de la paternidad o de la maternidad, en otros casos eeeh, tratándose de juicios de divorcio, por la causante maltrato físico, para probar esas causales, se tiene que recurrir a un examen médico legal, siempre y cuando las lesiones de la víctima esten todavía visibles, visibles o hayan sido permanentes en la persona del agredido, en donde el médico pueda realizar su pericia, si es que ya han desaparecido esas huellas o vestigios del maltrato físico, ya no habría razón de ser. Entiendo que el Estado, el Estado trata de cumplir, coon la protección a los ciudadanos; para garantizar la salud y el derecho a la salud. Aquí en la función judicial tenemos un dispensario médico a los cuáles recurrimos, paraa quee nos auxilien, en la tarea de administrar justicia, a través del Director del Departamento Jurídico que cumple también, las veces de perito especializado, en los diversos casos. En, tratándose de otras diligencias especializadas, bueno, esos

médicos legistas especializados, que son nombrados peritos por los juzgados, creo, que ninguno ha hecho su trabajo en forma gratuita, entiendo, que les cobran una cantidad de dinero tomando en cuenta tal vez la situación económica del que requiere su servicio, pero en todo caso pasan a ser servicios particulares que el Estado no brinda, no brinda, eeeeh, tal vez, si es que, el Estado asignará mayor presupuesto a la función judicial, para que la función judicial, se auxilie con un Departamento Médico Legista propio de la función judicial, que dependa de la función judicial, es obvio, que esos médicos atenderán los requerimientos de los juzgados, en sus diversas áreas: sea civil, penal o de tránsito, en donde hay este tipo de problemas, eeh, incluso del área laboral por accidentes de trabajo, entonces, estos médicos legistas ganarían un sueldo por el trabajo que devengan. Actualmente, también, existe el Departamento Médico legal de la Policía Nacional, pero creo, no me consta, que los señores también eeh, los señores peritos, cobrarán alguna cantidad de dinero por el uso deeeel, material médico próprio, para reemplazarlo. Cosas especializadas que ellos requieren, no quiero juzgar, me imagino, que ya la Universidad Central, a través de la Facultad de Medicina puede hacer, pero han de cobrar una cierta cantidad de dinero, para recuperar los dineros e implementos que hayan invertido, en realizar esa pericia.

7.- JUZGADO DÉCIMO PRIMERO DE LO CIVIL

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?

El derecho que tiene toda persona, para concurrir a los organismos dedicados a la salud, a recibir atención, no solamente deee, en lo que se refiere a la enfermedad, sino a laaa, la prevención, a loos primeros auxilios, a los tratamientos, hasta, la recuperación total, en nuestro medio gran parte de los hospitales son de carácter privado, es decir, clínicas y no hospitales, hay muy pocos hospitales, son de carácter público, unos estan regidos por el Instituto Ecuatoriano de Seguridad Social y otros por el Ministerio de Salud y tenemos grandes problemas por la falta de recursos.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A SALUD?.

Está, garantizada en la Constitución Política del Estado, la salud de los ciudadanos del Ecuador, es un derecho desde antes, desde el período prenatal, inclusive y toda la vida.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUALES POR EJEMPLO?.

En mi calidad de juez de lo civil, me toca conocer tres cosas fundamentales: personas de estratos más pobres, me refiero a las personas, obligadamente, conocemos todo lo relacionado con la familia, y en modo muy particular, los asuntos legales, en donde el juez, de alguna manera se reclama, si le asisten el subsistimiento de los rublos, especialmente de la salud para los niños.

8.- JUZGADO DÉCIMO SEGUNDO DE LO CIVIL

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?

Es un derecho, pues que, está realmente reconocido dentro de los derechos humanos no?, está reconocido en la Constitución Política del Ecuador y muchas leyes de menor valor jurídico, ya que, porque es una parte importantísima de la vida eeh, de todos los seres humanos; el tener este parámetro básico, para el desenvolvimiento de la vida no?. Con la salud, usted tiene un fundamento, con el cual, usted puede desarrollarse en todos los ámbitos: puede luchar, capacitarse, eeh, al principio intelectualmente, en una ciencia, en un arte, en un oficio y eso traduce pues: en un rendimiento, en un trabajo, en un bienestar personal y en un rendimiento no?, en un provecho.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A SALUD?

Claro que si, expresamente.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUALES POR EJEMPLO?

Realmente no, no, no, no; el ámbito de desenvolvimiento de un juez civil, tiene que ver sobretodo, con el aspecto patrimonial y muy colateralmente coon, la salud, digamos en el caso de los alimentos, probablemente de la madre o a los hijos y se supone que con eso van a invertirlo en la buena alimentación, el vestido, que redundará en la buena salud mental y física, pero, pero, realmente un

seguimiento, deee expreso, dee las condiciones de salud de los niños menores, de las madres de los litigantes, de ninguna manera.

9.- JUZGADO DÉCIMO TERCERO DE LO CIVIL

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?.

El derecho a la salud, es un derecho garantizado en la Constitución, que asegura que cada ecuatoriano, tenga, eeeh, un derecho, no solamente a un nivel de vida digno sino, a una vida saludable, a una vida, a una vida de que se va a respetar, su salud.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN RECONOCE EL DERECHO A SALUD?.

Sii.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUALES POR EJEMPLO?

Realmente miii, mi trabajo, tiene mucho que ver con asuntos comerciales y de familia probablemente, los asuntos de familia hay ciertos, ciertas cosas, sobretodo: en asuntos de niños, que tienen que ver con la salud, pero, como es, un campo netamente de lo civil, no se trata de la salud de estos casos.

10.- JUZGADO VIGÉSIMO DE LO CIVIL

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?.

Derechoo, derecho a la salud, lo que todos, todos los humanos requerimos, esol.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A SALUD?

Sii, en uno de los principales postulados de la Constitución reza así.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUALES POR EJEMPLO?.

Es un derecho, pero el Estado, nunca, ha cumplido, ni este derecho, ni, el resto de derechos.

11.- JUZGADO VIGÉSIMO PRIMERO DE LO CIVIL

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?.

Al bienestar de toda la colectividad no?, que esta legalizada por la Constitución de la República.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN RECONOCE EL DERECHO A SALUD?.

Al menos, en palabras, esta estipulada en la Constitución de la República, el derecho a la salud pública de todos los ecuatorianos.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUALES POR EJEMPLO?.

Entiendo, que dada la crisis económica, por la que atraviesa el país, no se cumple en su totalidad, porque dentro de este marco a nosotros, todos los empleados, nos descuentan, somos afiliados al Seguro Social, por lo tanto, tendríamos el derecho, en el momento de sufrir, sufrir, cualquier enfermedad o accidente a que se nos

atienda inmediatamente, pero usted ve, que dada la crisis económica, ni siquiera, a los afiliados se les atiende como debería ser, mucho menos a la gente que no tiene recursos para asistir a una clínica particular, etc.

ENTREVISTAS PRIMERA FASE

(Junio de 1997)

1.- JUZGADO SEGUNDO DE LO PENAL

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?.

Bueno, para dar, contestación al derecho de salud, primeramente, tengo que partir, pues, e o tenemos, que, partir desde el punto de vista del concepto de derecho, en este caso, pues, dentro de la Constitución de la República, digo pues, obliga, a la administración de justicia, a los jueces de derecho, hacer, prevalecer, lo que dice expresamente la palabra derecho: dentro del ámbito social, dentro del ámbito de la salud; es decir, pues en dictaminar los procedimientos, que tienen relación dentro del ámbito jurídico, relacionado con la salud.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A SALUD?.

Si, porque en este caso pues ee..., la Constitución de la República, si mal no recuerdo en el artículo 22 eee., da el grado de atribuciones que tiene el Estado ecuatoriano para garantizar los fundamentos jurídicos, de nuestroo, se va ha encontrar la salud, incluido.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUALES POR EJEMPLO?.

Así es..., e haber ,...a respecto pues, del derecho, digamos de los procedimientos jurídicos, dentro de la salud, está garantizado, como se dijo en la Constitución, pero en lo que respecta aal área

netamente penal, no se ha dado en este caso, pues, no se han dado actos peculiares, en este caso al respecto.

(Enero - Junio 1998)

2.- JUZGADO TERCERO DE LO PENAL

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?.

Contesto a la uno, que, yo manifiesto que es el derecho, a un nivel de vida, que asegure la salud, la alimentación, como el vestido y la vivienda; la asistencia médica y servicios sociales necesarios.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A SALUD?.

Eeeee, een cuanto, a la segunda pregunta le manifiesto a usted que nuestra Constitución, si, reconoce el derecho a salud.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUALES POR EJEMPLO?.

Consta, en nuestra Constitución, el derecho de vivir en un ambiente libre de contaminación, es deber del Estado, velar para que este derecho no sea afectado y tutelar la preservación de la naturaleza, postulados que se cumplen en forma mínima.

3.- JUZGADO CUARTO DE LO PENAL

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?.

El derecho a salud, yo entiendo, como un aspecto, en el que se debe proteger a las personas, que tienen enfermedades graves, eeh,

contagiosas, crónicas, por decir, el caso de los enfermos del SIDA, que debería eeeh, regularse para que el Estado pueda romperlos no?.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A SALUD?.

Estimo que no, e e.. noo, no se ha regulado, así por el congreso, no ha habido algún, digamos, entusiasmo por parte de las autoridades, por tratar dee. velar por la salud, se ha tratado de otro tipo de cosas.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTÁ SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUALES POR EJEMPLO?.

Si yo tuviera algún caso, yoo caracterizaría y y ayudaría aa, la gente que este enferma, lo que sucede es que hemos, no he, yo no he tenido ningún caso, aquí dentro del juzgado, el tiempo que estoy y por lo tanto no le podría comunicar no?.

4.- JUZGADO QUINTO DE LO PENAL

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?.

Ya, el concepto de derecho de salud, es para mi, el ordenamiento jurídico legal con respecto a lo que debe ser el bienestar eeeh, en el término de salud, no? Eso, es el derecho a salud, para mi.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A LA SALUD?.

A nivel mundial, todas las Constituciones, a lo mejor hasta en forma lírica, reconocen el derecho de salud, en nuestro país si se reconoce, en nuestra Constitución el derecho a salud. Jurídicamente, si existe

el derecho de salud, hay normas, preceptos, leyes, reglamentos, sobre esta cuestión, de la mejor organización de la salud a nivel nacional.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUALES POR EJEMPLO?.

En forma lírica, puede ser, porque en la vida práctica eem, lamentablemente no se da, una por falta de medios económicos, otro por falta de preparación de la gente, entonces en forma teórica puede ser su pregunta, en forma práctica no!.

5.- JUZGADO OCTAVO DE LO PENAL

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?.

Considero, que el derecho a salud protege eeh, realmente la prevención de enfermedades, que puede tener una persona y que le causaría graves trastornos en su salud y muchas de ellas eeh, hasta la muerte.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A SALUD?.

Totalmente.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUALES POR EJEMPLO?.

Específicamente, en el área penal, no he conocido yo, realmente, que el Estado ecuatoriano, este haciendo alguna modificación; en

beneficio, en prevención del derecho a salud, no conozco yo, realmente la participación de ya, para el caso, de un estudio a nivel nacional de radio y televisión, para participar en este tipo de modificación.

6.- JUZGADO NOVENO DE LO PENAL

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?.

El derecho a salud, considero yo que es..., el derecho a que todos los seres humanos quee, comparten un mismo territorio eeh, tengan eeeh, facilidades para prevenir las enfermedades eeh, ya sean físicas y psicológicas para el bienestar común no?.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A SALUD?.

Yo, si cre yo, yo creo que, la Constitución de la República eeh, no solo reconoce el derecho a salud, sino que, dispone que, todas las personas, que están en el territorio ecuatoriano, tienen el derecho a la asistencia pública dentro de todas las situaciones, a tal punto que, tenemos hospitales públicos, no con los medios necesarios y requisitos sinequanom para que la atención sea óptima, pero si, el Estado a través de la Constitución, eeemm, da las facilidades para que las personas que lleguen al Ecuador, tengan todos los medios necesarios, para que conserven su salud; ya sea como una medicina preventiva o con una medicina curativa.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUÁLES POR EJEMPLO?.

Por supuesto, uno de los problemas mas graves es la infraestructura, en los Centros de Rehabilitación Social, tanto de varones como de mujeres, existe una promiscuidad a nivel de salud increíble eeh, una suciedad, enfermedad, especialmente venéreas como el SIDA, enfermedades de la piel, enfermedades de pulmón, ee..mm, que dan abasto, no solamente, por el hecho del espacio tan reducido que tienen que compartir con un sinnúmero de personas, sinoo además eeh, la falta de que, los médicos, realmente hagan un tratamiento eee.. sino de prevención, por lo menos la, la curativa sea un tratamiento real, cierto, verdadero, com, no solamente un chequeo y una aspirina, sino que, además se tomen radiografías, se concientize la cuestión médica y además de ello se den los medicamentos al momento apropiado Otro de los problemas graves que dentro de la cuestión de la medicina, en el derecho, es la situación de la infraestructura y la falta de peritos médicos especializados en la materia, que estén a órdenes de la función judicial eeeh,. como departamentos especializados, en materias, para que estos sean peritos, en los informes dentro de los juicios. Otra de las cosas, es que el único departamento médico legal que existe en el, en, en la ciudad en la provincia de Pichincha, realmente, con cierto tipo de normas, que se reúnen pero no todas, porque la cuestión económica no permite, es el de la policía y sino se cuenta con esos médicos, no se tiene absolutamente ninguna otra actividad

a realizar. Los organismos no gubernamentales están implementados como por ejemplo: el CEPAM, departamentos médicos, pero exclusivamente, solamente para las mujeres violentadas y dando otro tipo de trato a esta mujer violentada, otro tipo de espacio físico, para que no solamente además de haber sido violentada, también sea violentamente violentada, durante un chequeo en el espacio en que se encuentra que sea mejor, mas aceptada con médicas mujeres yyy, con respecto a, al departamento médico de la policía es pssss, una barbaridad eeeh, existen eeeh, no existe las refrigeradoras necesarias, los frigoríficos necesarios para mantener los cadáveres, siempre están eeeh, con falta de médicos y de recursos para hacer un mantenimiento de, de limpieza en los centros, no?.

7.- JUZGADO DÉCIMO TERCERO DE LO PENAL

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?.

Haber.. En salud Pública, el derecho a la salud, consiste en la fase, en la obligación, que tienen los seres humanos: de alcanzar la asistencia del Estado hacia su salud. En materia penal es la forma punitiva de castigar o sancionar a quienes infringen la facultad, que tienen los seres humanos, para alcanzar laa salud. En materia Constitucional el derecho de la salud, es el derecho que tienen los seres humanos de alcanzar la protección del Estado, en relación a su estado de salud.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A SALUD?.

Esta únicamente tomado desde el punto constitucional, mas no desde el punto de vista penal, ni desde el punto de vista de la salud. La Constitución hace una meraa, enumeración de los derechos que tienen los ciudadanos sobre la salud, más ni en el Código de procedimiento penal, ni el Código de penas, ni en las leyes primitivas establecen facultades para castigar a quienes infringen la norma de la salud, regulada en la Constitución de la República.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUALES POR EJEMPLO?.

En ninguna forma, ya que nosotros trabajamos, con el Código penal y en el Código penal, como repito, no está tipificado como infracción los, los delitos o el quebranto a la ley, que contravenga con estas disposiciones legales.

8.- JUZGADO DÉCIMO CUARTO DE LO PENAL

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?.

Bien, por derecho a salud, se entiende en forma general, de que todo ciudadano ecuatoriano, tiene el derecho y el Estado tiene la obligación de darles salud, protección al niño desde su nacimiento, hasta su desarrollo completo, tiene inclusive ee, inclusive, hasta cuando muere definitivamente. Dice el ecuatoriano, porque el Estado, una de las funciones que debe mirar es la salud completa del ser humano, que puede desarrollar en todas las áreas: área

educativa, área deportiva, área intelectual, en fin cualquier área , en fin sin salud, no se puede estudiar, sin salud no se puede trabajar, sin salud no se puede crear, sin salud no se puede hacer nada, de tal suerte queeee, así lo entiendo yoo, que la salud, el Estado debe proporcionar a todos sus conciudadanos.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A SALUD?.

La Constitución Política del Estado ecuatoriano efectivamente, contempla que la salud es un derecho, desgraciadamente, en la práctica vemos el paro de los médicos, que lo hacen porque no tienen los mecanismos necesarios, no cuentan con los fondos necesarios, paraaa poder dar salud al pueblo, que es el que más necesita, de tal suerte que la letra de la Constitución emitida no se la cumple en la práctica y ahí tenemos las consecuencias, deee una juventud que se esta criando débil, desnutrida, porque los hospitales y las casas de salud que son regentadas por el Estado no atienden como es debido, no por capacidad o incapacidad de los médicos, sino definitivamente, porque si el profesional no cuenta con los medios necesarios y el presupuesto necesario, mal podría dar una atención eficiente a los ciudadanos ecuatorianos.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUALES POR EJEMPLO?.

En este tema, yo creo que, no solamente dentro del área que yo me desenvuelvo, el área penal, sino también, dentro de todas las áreas que se desenvuelven los ecuatorianos, debemos garantizar la salud

de todos los que concurren a pedir servicios, sea en el área civil, en el área penal, en el área laboral, o en cualquier otra área, deportiva, educativa, todos debemos pretender a que la salud sea un derecho de todos los ecuatorianos.

ENTREVISTAS SEGUNDA FASE

(Diciembre de 1998 - Febrero de 1999)

1.- ÁREA DE SALUD # 1

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?

Que entiendo, como derecho a salud?, pero sis, se quiere, no podemos retroceder?, yo entiendo, como derecho a salud, la facultad que tiene todo ecuatoriano a ser atendido en las Unidades de Salud, del Ministerio, del Seguro Social, de cualquier otra Institución, de forma eficiente, oportuna, para allí resolver su problema, para prevenir enfermedades y otras situaciones que pueden devenir en el transcurso de la vida, en cada ciudadano.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A SALUD?

Yo pienso, que la Constitución, no he estudiado, yo con detenimiento la Constitución, en este capítulo, pues pienso, que existen muchos capítulos, muchos documentos y estudios realizados por el Congreso, por el Ministerio y otras Instituciones, que tratan en lo posible de atender a la población ecuatoriana, en la mejor forma, pero de esa situación a que se de en la práctica, esto es muy difícil, por múltiples causas, una de las causas fundamentales: factor económico, necesitaríamos, un presupuesto que comprenda siquiera un 20% del presupuesto nacional, para atender eficientemente la población ecuatoriana, en todo lo que se compete, haaa, a atender, la salud: tanto física, mental, social y esto prácticamente no se da por esta situación, además hay otras causas, por decirlo, existen múltiples Instituciones que hacen salud y que no

lo hacen en forma coordinada, inclusive dentro de una misma situación, no se coordina eficientemente para ee, en forma matemática y sincronizada hacer estas acciones de salud y podríamos ir enunciando muchas causas, que no es el momento, analizarlas.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUALES POR EJEMPLO?.

Yo diría, que estamos cumpliendo parcialmente, porque hay que reconocer que el Estado ecuatoriano, a través de sus Instituciones esta atendiendo a una población, yo puedo pensar, que el modelo de salud, que ha sido realizado anteriormente, a lo mejor, no era el adecuado, porque, porque las tasas, diga usted de mortalidad infantil y otras tasas quee, comparando las nuestras con la de otros países: por decirle con la de Chile, con la de Canadá, las tasas de mortalidad materna es ocho veces menor y la nuestra es la mitad de la tasa latinoamericana, entonces pienso yo, que el Estado ecuatoriano, todas las Instituciones que hacen salud, necesariamente tienen que re-estudiar este capítulo, para atender en una mejor forma a la población, para mejorar la situación de salud, la situación social y otros aspectos, por consiguiente, hay que hacer áreas, estudios y sobre todo análisis coordinadas, en forma mancomunada, conjuntamente con la comunidad y con todas las Instituciones que colaboraren este capítulo y resolver esta problemática.

2.- ÁREA DE SALUD # 3 y 7

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?.

Bueno, derecho es, derecho a la salud, es una palabra muy amplia, que nosotros le manejamos actualmente, porque es prácticamente decir, el derecho a la vida, desde, desde que nace un ser humano, esta inmerso en una sociedad, que tiene muchos deberes que cumplir, pero también muchos derechos: derecho a tener, a tener ee, bienestar, en la parte psíquica, bienestar en la parte física, bienestar en un ambiente social; que le proteja, que le permita desarrollarse como individuo, como ser humano y que pueda producir para la sociedad.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A SALUD?.

Actualmente, la Constitución actual, en el capítulo cuarto, ya se ha ampliado, se habla mucho del derecho eeeh, lo que importa, ahora es legislar, sacar adelante todoo un proyecto de Ley, de Ley de salud, que está en el Congreso. Pienso, que es un gran adelanto, no es unaa, no creo, que han llegado todavía a un nivel bastante óptimo, pero de todas maneras constituye un gran paso de salud.

P._ EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUALES POR EJEMPLO?.

Bueno, realmente, ahora nosotros estamos eeh, sacando adelante un par deee, dee ítems de trabajo en salud, como son: el cubrir ee, la parte de salud a la población, ítems de trabajo en salud , como son el cubrir ee, la parte de salud a la población escolar y a la población laboral, además de la atención, que nosotros hemos venido dando

durante toda la vida, ha este binomio materno-infantil de manera que, nosotros dentro de estos programas, sobre todo estamos elaborando unos sub-programas de educación, capacitación en todo lo que es, a los derechos contra la violación y contra la protección sobre todo del trabajo y del desarrollo del niño escolar, del niño del colegio, del adolescente, pienso, que si, estamos iniciando un trabajo.

3.- ÁREA DE SALUD # 4

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?

Bueno ee, yo creo, que el derecho a salud, es uno de los derechos fundamentales del hombre y en ese sentido, pues es, es obligación del Estado satisfacer las necesidades de salud de la población, en forma gratuita.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A SALUD?

Eee, en el país vivimos, ahorita, un proceso de transición, la Constitución vigente hasta, hasta, hace dos años, garantizaba el derecho a salud, aunque en teoría, porque, en el país no hay acceso de toda la población a los servicios de salud, no es universal, entonces, el acceso, sin embargo, la gente que accedía a los servicios del Estado recibía atención gratuita, en ese sentido, pues, por lo menos el 30 % de la población eeeh, satisfacía o, o tenía acceso a los servicios de atención, pero actualmente el año anterior hubo las reformas constitucionales yy pues, una de las cosas que el Estado, esta intentando hacer es, privatizar los servicios de salud, igual que todo el sector social no es cierto?, la educación y la salud, en ese

sentido, pues, se está atropellando el derecho a la salud de la población, actualmente ya algunos servicios de salud cobran por la atención no es cierto?. Este servicio, mismo, esta cobrando por la atención de parto, sin embargo, el costo es apenas de 50.000 sucres no?, son 12 dólares más o menos, en ese sentido pues eeeh, se habla de queee, no es, que se cobre la atención, sino que, la comunidad esta colaborando, con el sostenimiento de los servicios de salud, sin embargo, las Políticas Nacionales del Estado, en todo lo que se refiere al frente social estan fundamentalmente encaminadas a recortar presupuesto y recursos, hoy mismo, en esta área de salud habían 100 gentes con contrato, de las 100 gentes las 80 han sido resididas del contrato; entonces en ese sentido, la única posibilidad de seguir brindando servicios a la población, es aumentar las tarifas para poder pagar personal con ingresos propios, entonces, se esta terminando con lo que es el derecho a la salud, en un plazo mediano pues, los servicios de salud serán privados y ya no habrá derecho a la salud no?. Porque, se supone que el derecho a la salud, implica que el Estado te brinde: actividades de fomento, protección, curación y rehabilitación vivimos esta etapa de transición, creo que se ha terminado el IESS.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUALES POR EJEMPLO?.

Si, como mencionaba hace rato, eeh, las actividades de fomento: control de niño sano, control de embarazo, vacunas, son actividades que se mantienen en los servicios del Estado y noo cuesta entonces,

en ese sentido, el Estado, está parcialmente, brindando atención. En lo que respecta, al resto de actividades como son: atención complementaria; por ejemplo, atención de parto, odontología, servicios de rayosX, laboratorio, todo eso, tiene un costo actualmente, sin embargo, en los servicios públicos, el costo apenas está recuperando eeh, digamos parte de lo invertido, por decirte algo, en este servicio el costo de atención es de 50.000 sucres por paciente so, solo implica recuperar, recuperar los suministros, no estamos recuperando dinero para pago de personal, sino que apenas un 80% de, de lo que gastamos en el parto se recupera con eso y con ayuda a que el servicio siga funcionando, porque el Estado no nos da, el presupuesto fácilmente no?. Y en cambio, las actividades de fomento, si están siendo atendidas todavía, todavía especialmente en lo que se refiere a inmunizaciones, parece que a la larga las únicas actividades que se van a mantener en términos de, de gratuidad digamos, es: las inmunizaciones, el control prenatal, el resto de actividades se, se están siendo tarifadas ya!.

4.- ÁREA DE SALUD # 5

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?.

Derecho a salud, es el derecho, que tenemos todos los ecuatorianos, a tener una atención, un acceso, a los servicios de salud .

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A SALUD?.

Creo que si, reconoce el derecho a salud

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUALES POR EJEMPLO?

Si, nosotros ee, principal atención, que nosotros tenemos es fomento, prevención de las enfermedades, en nuestra área, igual que el área de servicios, de control de niño sano, el fomento de enfermedades, y yo creo que, en cada una de las actividades que realizamos estamos garantizando el derecho, estamos sirviendo a los, a los usuarios yy estamos garantizando el derecho, del servicio de salud si?. Las diferencias económicas de cada uno de los pobladores, debe haber y yo creo, personalmente, que debe haber una recuperación de costos, pero al mismo tiempo, debe haber un sistema de esse, de exoneraciones, los servicios que prestamos aquí, pues, control de niño sano, vacunaciones, odontología, todos esos, son ejemplos de que se tiene, el derecho a la salud y que el Estado brinda atención para la salud.

5.- ÁREA DE SALUD # 8

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?.

Por derecho a salud, yo entendería, el cumplimiento fiel del artículo constitucional, en el cual el Estado esta con la obligatoriedad de atender a todos sus habitantes, proveyéndoles de todo lo que rodee, realmente, para una buena conservación de salud, entendiéndose por salud, lo que la definición moderna en laa cual no?, salud, no es solo la ausencia de enfermedad, sino es el bienestar físico, psíquico, intelectual de las personas, de manera que, incluso, hay que

considerar a esta, esta definición amplia como para pensar que una sociedad esta sana o no!.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A SALUD?.

Así, lo había manifestado anteriormente, esta reconocida en la Constitución.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUALES POR EJEMPLO?.

Si, digamos, aquí en nuestros servicio, como somos, un servicio del Ministerio de Salud Pública, parte del gobierno, obviamente, nosotros pues, trabajamos en función de los programas, que tiene el Ministerio de Salud y dentro de los programas, que tiene el Ministerio de Salud. Justamente, uno de ellos es promover la atención médica a todos los afiliados a este sector y nuestras funciones básicas son acciones preventivas y acciones curativas. Poniendo más énfasis en lo que es preventivo porque, consideramos y eso lo conoce todo el mundo, de que, preferible es prevenir antes que remediar y justamente nosotros prevenimos pues, una cantidad de enfermedades infecto-contagiosas a través de las inmunizaciones y también tenemos programas preventivos, sis es, que así se los puede llamar, programas de planificación familiar: como, para que la madre pues cuide su salud y no vaya a quedarse embarazada muy seguidamente, programas de despistaje oportuno de cáncer, programa de atención de la dentadura de los niños, de las madres

de manera, que este servicio, si cumple realmente con la norma constitucional de dar atención gratuita a las gentes que vienen.

6.- ÁREA DE SALUD # 9

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?.

Derecho a salud es, la, la digamos laaa, la cantidad de componentes que, que tienen los, que tienen nuestros pacientes, a ser bien atendidos, a recibir una atención médica a tiempo, en el momento actual estamos propendiendo a una atención de calidad.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A SALUD?.

En igual, a lo que, a lo que está descrito en la nueva, en la nueva Constitución, hay un, hay un cambio digamos, a lo que se refiere al derecho de la salud, derecho de la salud, en cuanto a lo que hay considerado al individuo, desde que nacen como ciudadanos no?. Entonces, consta el derecho, a la buena atención integral, a una atención, reconoce la medicina tradicional como parte de, del tratamiento, digamos de ciertos aspectos de salud.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUALES POR EJEMPLO?.

Bueno si, eem, considero que el derecho a la salud es gratuito, no?, siempre ha estado considerado eso, pero el grave problema, es que no se destina el suficiente presupuesto a la salud, como debería ser, por lo tanto, en la última Constitución, de lo que tengo conocimiento eeh, lo menos que se pudo hacer es establecer eeh,

que no se baje el presupuesto actual y si ya no se cumple el porcentaje adecuado para la salud, por lo menos el presupuesto mínimo que tenemos que no se baje, entonces, aquí si tratamos de dar atención de acuerdo a la demanda y de acuerdo a las programaciones, por ejemplo: tenemos el control, prevención en salud escolar y todo digamos, en este punto, hay cosas como la maternidad gratuita, por ejemplo que esta, estamos tratando de implementar un nuevo servicio que es la maternidad, pero como no se tiene suficiente presupuesto, tenemos que entrar en otros programas, como es la co-gestión, que ya se esta dando en otras Instituciones, eeeh, existir obviamente los parámetros, en cuanto se refiere al cobro, de acuerdo a la capacidad del individuo para pagar, pero creo que si, si, nosotros estamos cumpliendo, en cuanto se refiere a dar atención a los, los, los individuos que lo requieren.

7.- ÁREA DE SALUD # 10

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?.

Derecho a salud, mm, bueno, derecho a salud, es la, yo no sé si sea, son las características propias del individuo no?. Para tener, lo que le refiere la Constitución, en acceder siempre de la buena calidad de vida y por lo tanto pues, a un nivel de atención correspondiente en salud, porque el nivel de atención se le va ha dar.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A SALUD?.

Si, si reconoce, lo que pasa es que, seguramente no tiene, no tiene una difusión adecuada quee, para que, la gente pueda conocer estos pormenores, entonces, faltaría difusión y también aplicación.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUALES POR EJEMPLO?.

Aasi, pero no en su totalidad, por ejemplo, de acuerdo a los programas prioritarios que tiene el Ministerio de Salud, dentro de sus políticas, que es la atención materno-infantil, pero no en su totalidad, o sea justamente, en el período actual estamos tratando de hacer una re-ingeniería de los programas, para nosotros tener unaa, uun mejor calidad de atención al paciente y cumplir con ese objetivo.

8.- ÁREA DE SALUD # 19

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?.

El derecho a la salud, es parte de un derecho humano consustancial al ser humano, que, como esta, como, es el derecho a la vida, esta un, es inherente a este derecho, derecho a vivir y no a cualquier vida, sino a una vida saludable, una vida positiva, digamos, a una vida creativa, una vida humana, trascendente a esa vida y no a cualquier vida, entonces, el derecho a la salud, pienso que esta por ahí.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A SALUD?.

Si, ee, la última Constitución, justamente acaba de refrendar, en introducir un capítulo entero sobre salud, cosa que no existía anteriormente, en ese sentido, es un avance de que la Constitución haga constar dentro del cuerpo jurídico legal nacional ee, el, la

salud poniéndole en un lugar importante, sin embargo, esa importancia no es coherente, no se le responde con la práctica de la salud institucionalizada desde el Ministerio, pues todos los planteamientos, que se han hecho ee, son muy similares también a la letra de la Constitución, no así en la práctica concreta, mas bien ocurre un desfase porque el modelo de atención sigue siendo tradicional, sigue siendo curativo, las propuestas desde los diferentes proyectos FASBASE, MODERSA, convertidos como política, erigidos como política nacional y a veces de gobierno no han sido asimilados por los servicios de salud y el ejemplo es claro que después de 7 años de proyecto FASBASE; en donde se plantea el desarrollo y fortalecimiento de los sistemas locales de salud, no ha pasado nada en este país, después de 7 años, entonces, son muy bonitos discursos, teorías, en los proyectos también, la declaración en la Constitución , por lo tanto también es muy bonita, muy agradable, muy parecido al discurso de las armonías no es cierto?, del Presidente, pero en la práctica hay tremendas desarmonías yy por más que la salud este ahora en la Constitución, muy probablemente correrá la misma suerte de la letra muerta, de los otros articulados de derechos.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUALES POR EJEMPLO?.

Yo creo, que en las actividades cotidianas, este derecho a la salud, no esta siendo garantizado por el Estado, no, definitivamente no lo está, porquee las cosas son evidentes desde el año 79 donde se tenía

el 10% del presupuesto, del presupuesto general del Estado para la salud, 10%, 79, este ha ido disminuyendo hasta ahora que estamos en el 99, dramáticamente al 3% entonces, donde esta el alma, la base del sustento, para garantizar este derecho, a título de modernización del Estado, se plantea una reducción indiscriminada del tamaño del Estado, no hay re-ubicación de personal, sino eliminación de partidas, hay compra de renuncias y lo último para este año, la eliminación de los contratos ocasionales desde el Ministerio y eliminación, reducción a, a cerca de un 60% de los contratados vía FASBASE y FONIM, entonces, de que garantía estamos hablando de la salud no?, estas medidas en el caso específico de Guamaní, le han cercenado por orden del Subsecretario General de Salud, el 54% de los recursos humanos, 44 personas han sido eliminadas, de tal manera, que aquí esta cerrada la maternidad y emergencias por ejemplo, ahorita no esta funcionando, hemos tenido que cerrar, porque no hay con quién atender, no tenemos odontólogos, cero contratos, se eliminaron todas las obstetrices, se eliminaron todas las auxiliares de enfermería, si. Entonces, esto torna la situación completamente crítica y que ee, no es más que un pálido reflejo no?, de la verdadera actitud que tienen las burocracias doradas del Ministerio y que hacen toodo, hasta lo imposible por no garantizar el derecho a la salud, nos recortan el presupuesto y claro cobran a la gente, le llaman autogestión si!, entonces, hay que cobrar y meter la mano al bolsillo de la gente, para poder sobrevivir, subsistir entonces, el Estado desliga más bien sus obligaciones no?. A título de descentralización y desconcentración, también desliga sus

responsabilidades, el Ministerio de Salud pretende dentro de la Reforma convertirse en un ente regulador, normador, elaborador de políticas nacionales y cumplidor y hacedor, cumplidor y hacer cumplir, etc, pero, eso no ocurre, la misma burocracia, la misma ineficiencia de siempre, la misma ausencia de iniciativas, de creatividad, de innovación, no existe nada entonces, no existe un sustento, una base sobre la cual se pueda desconcentrarse, descentralizarse y eso deviene, en un, más bien, en una, en una más bien desarticulación o en un desmantelamiento de la Institución: Salud. Es por eso, con todo esto, yo, me ratifico de que el Estado no garantiza definitivamente; acceso no es parte del Estado, sin embargo, entonces ocurre que este derecho para la salud nosotros, si procuramos al máximo defenderlo, pero más bien con una actitud cuasi personal, la voluntad unida del equipo de conducción de esta área, su, su, su compromiso ideológico, digamos con el pueblo, es lo que hace, en esta área de salud, si luchemos realmente por defender ese derecho efectivo, ese derecho por velar por ese derecho un a, a la salud entonces, acá creamos sistemas de desfinanciamiento solidario, por ejemplo, nosotros acá buscamos de tener un enfoque integral de la salud, no solo curativo, sino curativo- preventivo, de todo el fomento, un modelo de atención con enfoque de riesgo, con enfoque epidemiológico, en la práctica el enfoque familiar de la atención se efectiviza en la visita domiciliaria programada y la ejecución de carpetas familiares, entonces, ya no queremos ver al número de historia clínica o al individuo, sino a la familia con apellidos y nombres con tantos niños que viven en determinados barrios y con determinado contexto urbano y

socioeconómico y entonces, todos, estamos haciendo acá , tenemos una red de 10 comités locales de salud, tenemos una red de 10 farmacias comunitarias, los compañeros comunitarios participan en la toma de decisiones de, de, de, acá de este, esta área entonces ahí puede, si puede velarse, podemos decir que el pueblo, la comunidad y los servicios de salud en esta imbricación funcional, estamos, estamos, garantizando el derecho a la salud, en la práctica lógicamente, esto, es terreno desconocido para la burocracia del Ministerio y en premio y estímulo a lo que venimos haciendo, esto a lo largo de 4 años y medio, nos acaban de recortar 44 personas, ellos garantizan de esa forma el derecho a la salud, nosotros de esta forma.

ENTREVISTAS SEGUNDA FASE

(Diciembre de 1998 - Febrero 1999)

1.- JUZGADO PRIMERO DEL TRABAJO

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?.

Bueno, el derecho de la salud, esta contemplado en nuestra Constitución, tenemos el Código de la, de la Salud y prácticamente en la nueva Constitución, que actualmente, se encuentra en vigencia, esta contemplado, el derecho a salud.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A SALUD?.

Si, realmente, desde el artículo 23, que tenemos en la Constitución de los derechos civiles, hay algunos, algunos numerales sobre el derecho a salud, la inviolabi, la inviolabilidad de la vida, la pena de muerte, todo eso, entonces, tenemos ahí algunos capítulos en la Constitución, que estan contemplados, en nuestra Constitución, el derecho de salud.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUALES POR EJEMPLO?.

Bueno, eeh, prácticamente, aquí en el juzgado de trabajo, tenemos: los accidentes de trabajo que, prácticamente sii, si, se ha cometido algún accidente de trabajo eeeh, las personas tienen todo el derecho a reclamar, aquí, en el juzgado de trabajo, ya he tenido algunos casos de accidente de muerte y se les ha indemnizado, a

todas las personas que han solicitado, entonces, prácticamente esta en vigencia y esta en práctica.

2.- JUZGADO TERCERO DEL TRABAJO

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?.

Pues, yo entiendo, por derecho de salud, todo el conjunto de facultades que tienen los individuos eeh, que abarca pues, no solamente a la salud física sino también a la salud mental, que considero que, para nuestro caso es muy importante, puesto quee, que ella se han despreocupado y no existe realmente, creo ya, no existe absolutamente nada, que nos lleve, nos ubique eeh, que tengamos, unas pautas para estas situaciones, aquí la Función Judicial, sufrimos mucho de estrés, presiones de un lado, de otro lado, político y de todo el mundo, quee yo no se que promedio de vida tengamos los judiciales, pero los que han salido de aquí han salido a morir.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCEN EL DERECHO A SALUD? .

La Constitución de la República reconoce el derecho a salud, yo considero, que tratándose de la salud física, pues, sería bueno, que alguna vez pensamos y que hay un solo tipo de hospital, no de primera, ni de segunda, ni de tercera, no de pobres ni de ricos, porque todos tenemos, derecho a vivir.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUALES POR EJEMPLO?.

Eee, simplemente, estan expresados, estan enunciados, esos derechos, por así decirlos, pero desgraciadamente ninguno de esos derechos se cumple y mas bien vivimos en un estado de abandono, eeh, siempre a los funcionarios, especialmente a los judiciales se nos tilda de X o Y razones para desprestigiarnos, cosa que no es así, es diferente la situación en la que vivimos, es totalmente distinta y es cre no, nooo, no se han tomado la molestia de mirar sus ojos para acá, para darnos una mano.

3.- JUZGADO CUARTO DEL TRABAJO

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?

En realidad existen definiciones, que estan dados en los foros internacionales y de ello en esta Constitución Política ha tomado en forma muy general, para establecer, en nuestra Constitución de los artículos 42 al 46 sobre esta temática, lo que el, la 42 señala es que el Estado garantiza el derecho a la salud, su promoción, protección, por medio del desarrollo, de la seguridad alimentaria, la provisión de agua potable y saneamiento básico; el fomento de ambientes saludables en la familia laboral y comunitaria, de esto se puede deducir, que el derecho a la propia vida, que esta vinculada con elementos fundamentales y que la nueva Constitución agrega este elemento, de la seguridad alimentaria, como parte de este derecho, este criterio de la seguridad alimentaria, fue introducido por los movimientos sociales, que han venido viendo que es

importante, el de no desabastecer el mercado interno, sino que al contrario, el de primero resolver lo que significa las posibilidades alimentarias al interno del país, para que su excedente juegue papel en el mercado externo, desde ese punto de vista, yo quisiera adherirme a este criterio y lo hice en varias oportunidades, cuando estos grupos sociales conformaron comisiones y pedían criterios sobre esto, creo yo, que, el derecho a salud comienza por allí, en que el Estado ecuatoriano, de, las posibilidades para garantizar la seguridad alimentaria, como parte fundamental de la efectivización de este derecho.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A LA SALUD?.

Así lo hace y lo hace justamente, poniendo los elementos fundamentales, para que este derecho sea, produzca y existen al punto de que el artículo 43, señala que los programas y acciones de salud pública serán gratuitos, para todos los servicios de atención médica, lo será para las personas, que lo necesiten, por ningún motivo se negará la atención de emergencia en los establecimientos públicos o privados y algo más el Estado promoverá la cultura por la salud y la vida, entonces, yo creo, que este derecho está consagrado, lo que me parece es, que no es suficiente, que una Constitución consagre el derecho. Creo que hay que trabajar, en lo que la propia constitución ha hecho, que es diseñar un conjunto de políticas, para efectivizar ese derecho, por eso me refería enantes a lo que es la seguridad alimentaria, creo que este es un asunto que debemos trabajar todos los ecuatorianos, porque es ahí, depende de que comemos, depende si tenemos para

comer, si, si hay, si el pueblo tiene acceso a los alimentos, entonces, estamos garantizados para que se efectivice ese derecho, pero yo creo, que en la Constitución Política, esto, esta garantizado.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUALES POR EJEMPLO?.

Yo pensaría, que el derecho laboral, siendo una parte fundamental del derecho social y entendiendo que, las lides laborales, llevan al final de una situación de carácter económico, porque todo juicio fundamentalmente en materia laboral, termina en una liquidación, en el caso de que esa demanda proceda y esa liquidación termine, en un resultado económico y ese resultado económico, indiscutiblemente, que será parte para efectivizar la posibilidad de quien reciba una indemnización, en algunos casos indemnizaciones, con sanciones especialmente, cuando se trata de terminaciones unilaterales, en el contrato del trabajo ,que estan gravadas o cuando han habido por ejemplo: diferencias de salarios o rubros no pagados, durante temporadas bastante extensas, al ofertar el Estado a través de los juzgados de trabajo, en la administración de justicia, en este sentido yo creo, que el Estado esta cumpliendo un papel que tiene relación también, con la salud, porque el hecho económico esta vinculado con la salud, lo que además no he pedido ver mucho, es por ejemplo; el hecho de que se presenten asuntos, por ejemplo, en los cuales se demande, por ejemplo rubros para mejorar la situación eeeh, de la vida del trabajador, porque, porque esto es propio del derecho colectivo, que ya no es de competencia de

los juzgados del trabajo, donde se tramitan los conflictos colectivos, ahí tiene el derecho laboral, otro papel, el papel es, no siempre, por ejemplo el, de directrices, ciertos rubros de carácter económico, sino, el de hablar sobre mejoras, en las condiciones de vida y de trabajo y por lo tanto ahí jugaría otro papel, en todo caso, en el campo del derecho individual, ya lo que se litiga, fundamentalmente, por estas indemnizaciones que yo le comentaba.

4.- JUZGADO QUINTO DEL TRABAJO

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?.

De acuerdo con el artículo 42 de la Constitución de la República, eeh, señala que el Estado garantizará el derecho a la salud, su promoción y protección por medio del desarrollo de la seguridad alimentaria, la provisión de agua potable y saneamiento básico, el fomento de ambientes saludables en lo familiar, laboral y comunitario y la posibilidad de acceso permanente e ininterrumpido a servicios de salud, conforme: a los principios de equidad, universalidad, solidaridad, calidad y eficiencia.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A SALUD?.

Esta reconocido, lo que pasa, es que en forma práctica, no se ven los resultados.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUALES POR EJEMPLO?.

Vuelvo y repito, el derecho esta, esta en las leyes, esta garantizado, lo que no se lleva es a la práctica y no puedo entender, si es por falta de recursos económicos, esto yo creo que es un impedimento, que obliga al Estado a no cumplir su obligación.

ENTREVISTAS SEGUNDA FASE

(Diciembre de 1998 a Febrero de 1999)

1.- JUZGADO PRIMERO DE LO CIVIL

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?.

El derecho a la salud, no es otra cosa, quee la posibilidad, que tiene el ciudadano ecuatoriano, dee recibir, el tratamiento adecuado; en lo que se refiere a la parte física, al debido cuidado y mantenimiento, eeeh, vigilancia, si se quiere, mantenimiento yy en el caso de presentarse alguna dolencia, alguna falencia, al tener derecho. para que sea tratado adecuadamente y en forma inmediata, para evitar cualquier daño o lesión posterior de mayor gravedad.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A LA SALUD?.

La actual Constitución reconoce el derecho a la salud, en forma muy amplia,

a todos los niveles de edad, niños, vejez, en general, para todas las personas eel, el problema radica, en que la norma superior no esta siendo aplicada, en toda su magnitud, en toda su expresión, por los niveles ejecutivos, valga decir y el propio Estado, por intermedio de todas sus asociaciones, fundaciones y por el propio Ministerio de Bienestar Social, el Instituto Ecuatoriano de Seguridad Social y por looos distintos Ministerios o Instituciones de Servicios Públicos no?. Inclusive, escuelas en donde, de forma muy superficial, se realiza el control médico de todos los trabajadores, de niños, de servidores públicos en general.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUALES POR EJEMPLO?.

Eeeh, la supervigilancia al derecho a salud, puede estar dentro de nuestro trabajo judicial, debidamente respaldado, pero, la aseveración de recursos legales, podría ser un recurso de amparo constitucional, a fin de, reclamar la vigencia, la acusación deee, de este derecho, de todos los ciudadanos ecuatorianos oo, en el caso de que haya sido lesionado alguna, algún trabajador o alguna persona se se lesione, que corresponde puede ser: en el área civil o en el area laboral.

2.- JUZGADO SEGUNDO DE LO CIVIL

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?.

El derecho a la salud, es la garantía constitucional, que el Estado da a todos sus habitantes, en el país, para que sean beneficiados de ese servicio básico, para el desarrollo del país, de la sociedad y en beneficio del propio Estado, pues, para del estado en que se encuentra.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A LA SALUD?.

Reconoce, el derecho a la salud, esta reconocido en las Constituciones anteriores, entonces, como repetí es un derecho constitucional, que tenemos todos los habitantes del Ecuador, para reclamar justamente, que el Estado nos de, el servicio, eses, se nos proteja, en lo que respecto a la salud se refiere.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUALES POR EJEMPLO?.

Entendiéndose, el derecho a la salud, es tan amplio, el concepto esteee, de la palabra salud, pues, porque salud no es solamente: el aspecto físico, biológico, también, hay salud mental, salud intelectual, salud espiritual, entonces, dentro de este aspecto, amplio, en mi trabajo, que es en el área eminentemente civil, se cuida el derecho a la salud, enn, tratándose de asuntos de menores, de asuntos de menores en juicios de divorcio, de alimentos, de tenencia de menores, de visita que tiene derecho a los padres para con sus hijos, pues, se cuida, pues obviamente, de una forma abstracta, se cuida la salud mental, la salud intelectual, la salud física, biológica de los menores, pero como digo, si bien es cierto, no se pone, en una forma concreta, peero ese derecho a la salud, pero indirectamente encierra, no?, encierra, digamos, esa es la filosofía del fallo, la filosofía del fallo, el gran concepto de la salud, estaría reflejado en ese aspecto, que es el caso que se me viene a la mente en este momento como ejemplo, pueden haber otros casos no?. Bueno hay otros casos, obviamente, termina con un fallo, en que se declara que X señor o señora es padre o madre de taaal persona, ahora igualmente se puede declarar que tal persona no es hijo del padre o de X padre, o de X madre, que seguramente esta atribuido en la partida de nacimiento, ahí también se cuida pues, una salud mental que le lleva justamente en el fallo de esa naturaleza, a tener estabilidad o inestabilidad emocional.

3.- JUZGADO TERCERO DE LO CIVIL

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?.

Derecho a salud, bueno derecho a salud se entiende, puesto que, inclusive esta amparado por la Constitución en términos generales, no dice, que toda la población, debería tener derechos aa y acceso aaa, todos los beneficios no?, el Estado puede dar; ya sea en medicamentos, hospitalización, fármacos, etc, etc.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A SALUD?..

Si, esta reconocido legalmente, pero, pues, entiendo, que hay muchas falencias, respecto, ya sea; el problema de índole económico y problemas de orden administrativo, inclusive, como es el caso del IESS, que por el momento al menos se encuentra eeh, con el problema de, de modernización del Estado, el cual, las autoridades estan tratando principalmente dee, de velar por el afiliado en definitiva no?.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTASIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUALES POR EJEMPLO?.

Bueno, eeh, por la materia misma del despacho, al, al cual, mee, del cual, yo me encuentro al frente, no podría, yo darle un diagnóstico al respecto, puesto que, son muy pocas las causas, eeeh, a menos que haya una excepción, como es el caso de los juicios de interdicción, los cuales, se, se requiere, de profesionales eeh ya sean: psicólogos, psiquiatras, otros también, en los de la paternidad

aveces no?, pero pues, como es mandato inclusive de la ley see, se nombra peritos respectivos pa, para que puedan desempeñar los cargos a él encomendado, no?.

4.- JUZGADO CUARTO DE LO CIVIL

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?

El derecho esta contemplado y garantizado en la Constitución de la República del Ecuador, mejor dicho en la nueva Constitución elaborada por los constituyentes de, de aproximadamente un año, se entiende que el Estado debe garantizar no solo la salud, sino, el bienestar de todos los ecuatorianos.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A LA SALUD?

Si, bien como ideal, esta plasmado en la Constitución de la República, pero, en la práctica este, este aspecto tan importante y vital de la salud, no se cumple, usted ve que en los Hospitales y Centros de Salud, los pacientes o la persona que necesita ese servicio, tiene que llevar por decirle algo; hasta los esparadrapos, los remedios y todo lo demás, cuando es el Estado quien debe suministrar y mas que todo, a la gente pobre, que es la mayor parte de población en el Ecuador.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUALES POR EJEMPLO?.

En general, de quienes trabajamos, para el servicio público, en este caso, como empleado o funcionario judicial, se entiende que si

algún accidente de trabajo, si tiene alguna cosa, nosotros normalmente eee, tenemos, que acudir, es al Seguro Social, porque más allá de eso no tenemos ninguna otra protección, por parte dee, de la función judicial o de sus autoridades, no se diga del Estado, entonces, tenemos que, valernos como auxiliarnos, como mejor podamos, cuando este vuelvo y repito debería ser un derecho, garantizado, en el 100%, por la Constitución de la República y por quienes nos gobiernan.

5.- JUZGADO QUINTO DE LO CIVIL

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?.

Derecho de salud, es un derecho que esta consagrado en la Constitución y es un derecho, definitivamente, trata de la protección del ser humano, como tal, el mismo que; tiene derecho a tener una educación integral, dentro de esta educación integral precisamente, esta el principio de salud que es el consagrado de todos los pueblos, es decir, los habitantes de una nación, tenga derecho a una medicina gratuita, tengan derecho a los hospitales, tengan derechos, el derecho, en definitiva, a ser atendidos médicamente en los Centros que el país cuente, para esto se necesita lógicamente, que el Estado en su presupuesto, haga constar las partidas presupuestarias, necesarias para atender la salud del pueblo, que es uno de los requisitos principales para la supervivencia y el progreso de los pueblos.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A LA SALUD?.

Yo considero que si, reconoce el derecho a la salud, la Constitución como principio, lo fundamental, esta en la implementación, que tienen que dar los Estados, es decir, el Poder Ejecutivo y el Congreso Nacional, el principio consagrado en la Constitución, esta reconocido, ahora, lo esta, en que este principio, tiene que ser ejecutado, por el gobierno Central.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUALES POR EJEMPLO?.

Bueno, dentro de la materia civil es un poco difícil, no?, porque digamos que aquí, lo único que se puede enfocar concretamente, es el asunto, de los juicios de alimentos, o los incidentes de alimentos, dentro de los juicios de divorcio, dando por ejemplo, al alimentante, al progenitor, se le obligue a, que vele por la integridad absoluta del menor, dentro de esta integridad absoluta, esta precisamente el derecho a la salud, pero que tengamos alguna resolución específica, sobre eso no, porque no es nuestro trabajo.

6.- JUZGADO SÉPTIMO DE LO CIVIL

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?

Buenooo, como es un tema a nuevo a mi entender, pues, en forma general, mi criterio, sería al respecto de que, es el derecho que protege pues, a la, en forma general, a la salud de los ecuatorianos, no? y que involucra pues, naturalmente, hechos que, tienen que ver con situaciones, a lo mejor no estan ni protegidos por todos los otros, con la salud de todos nosotros yy., esaa, tal

vez, es la razón por la que, últimamente nos hemos visto abocados aaaa, un montón de situaciones que hemos oído por la prensa, por la radio, por la televisión, que ha sucedido en circunstancias....., circunstancias y hechos que lamentables, no?. Para muchas personas, que en muchos de los casos, noooo, no han encontrado una respuesta jurídica, para sentirse protegidos, por esos hechos, que han sucedido en perjuicio de la salud de los ecuatorianos y en pocos casos hemos sabido y he tenido conocimiento de que algo, algo se ha hecho, algo se ha intentado hacer, pero podemos concretar de que, en la mayoría, de los casos ha quedado, eem, impugne, estos, estos hechos lamentables, ha veces hasta dolosos, que podemos catalogarlos porque?. Porque, no se ha legislado, es un derecho que, debe ser tomado muy en cuenta, muy en cuenta, porque si se ha legislado por ejemplo, sobre otras áreas: medio ambiente que se yooo, eee, porque no legislar algo, que tiene que ver mas directamente con nuestra salud, eso, es lo que yo pienso y ojalá pues, hago votos de que, a lo mejor usted, este haciendo un trabajo, que tiene relación a laa salud ee, esto sirva como influencia, para que pronto se legisle y nosotros sintamos, que estamos protegidos, en nuestra salud.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A SALUD?.

Nuestra actual, actual Constitución, que ha dado en muchos campos, en que, ha hecho, en muchos campos una revolución, prácticamente, a muchos de los derechos no reconocidos en las Cnstituciones anteriores, algo, algo se reconoce al respecto, pero como principio constitucional, que es, tiene que especificarse y

dictarse las normas ya legales correspondientes, para que el derecho oo, de la salud reconocido en la Constitución este amparado legalmente, porque de lo contrario queda, queda flotando, porque cuando quiere reclamarse algo, siempre se alega de que no hay una normativa legal, yy eso es lo que ha sucedido hasta el momento, si bien es cierto, que, como principio constitucional, esta amparado el derecho de la salud, en nuestra actual constitución, pero, para que se haga efectivo todo eso, tiene que dictarse pues las las leyes y normas legales respectivas, para que este regulado y podamos hacer ejercicio de ese derecho.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUALES POR EJEMPLO?.

Bueno, como juez de lo civil, eeh, tal vez no sería el campo, en que entraría esto, posiblemente, posiblemente, al estar ya concretamente legislado, esto, tal vez, tendríamos en lo posterior, que conocer por ejemplo, como daños y perjuicios no?. Pero en forma concreta, actualmente, con lo que ya le acabo de decir eeh, no se ha conocido todavía algún trámite o juicio que se haya planteado como daños y perjuicios como tal, frente a un quebrantamiento o un dolo, que haya sucedido en contra, del, del, derecho de la salud, no?. Pero pienso yo, que, encontrándose como principio constitucional y legislándose ya, existiendo las leyes, correspondientes que deberían dictarse, pienso que aquí, se tramitaría a lo mejor en el futuro, eeeh, procesos o demandas eeea, que tendrían que ver con indemnizaciones de perjuicios no?. Al

existir un daño, por ejemplo, pero actualmente, al menos yo le soy sincero, no se ha dado todavía esta situación, considero que, al legislarse ya en forma legal esto y tener una ley, quien tendría en forma directa a lo mejor, forma directa, directa que ver esto, tal vez, es a lo mejor el campo penal, porque si usted se siente afectada ya sea en forma dolosa o ya sea por negligencia, por cualesquier de estas situaciones, a lo mejor esta situación cae en el campo del delito a cuasi delito, no?. Y entonces, tendría, tal vez, que ver, ya el campo penal esta situación, a pesar de, que el cuasi delito, también, o sea, es propiamente civil no?. Pero, considero, en forma particular, de que esto tendría, tal vez, que ver mas con el campo penal, porque si uno se siente afectado, en alguna situación, en nuestra salud, pues siempre, pues siempre, lo que reclama es la actitud de la otra persona, si ha habido o no ha habido dolo en esta actitud verdad.? y eso va al campo de lo penal, fruto de eso, al existir un, una actitud dolosa por ejemplo; comprobado eso, vienen los daños y perjuicios verdad?, y ahí es, entonces, posiblemente entraría el campo civil, pero como le digo, que esto todavía, tenemos al momento como principio general, pues, posteriormente aseguro yo, que de verdad, esto se legisle y podemos conocer algo al respecto, para proteger también, jurídicamente, y dentro del campo de la justicia pues, el derecho a la salud.

7.- JUZGADO NOVENO DE LO CIVIL

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?.

Es el derecho que todo ser humano, que requiere y necesita ser administrado por los órganos del sector público.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A SALUD?.

La Constitución lo reconoce y establece en estrictas normas legales, lamentablemente, no son aplicadas correctamente.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO, EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUALES POR EJEMPLO?.

El derecho, esta establecido en la Constitución y en otras normas legales, los organismos del sector público, han creado medios, que permiten alcanzar el derecho a la salud, pero no son atendidos correctamente y necesitamos que se incentive y se promueva la conciencia suficiente en nuestros organismos, a efecto, de que ese cumplimiento sea adecuado a las necesidades, de cada uno de los trabajadores o ciudadanos.

8.- JUZGADO DÉCIMO PRIMERO DE LO CIVIL

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?.

Yo entiendo como derecho a salud, tal vez, un principio universal, que la salud, igualmente, es una forma de, del ser humano, debe ser protegido, por parte de los Estados pertinentes no?, a efectos de que todos los individuos, que vivan en una determinada sociedad correspondiente, el Estado garantice la salud para vivir. Es por esto, que en la Constitución Política de nuestro país existe, en uno de los sectores, en donde, que el Estado, debe poner mayor atención, pero lamentablemente, en nuestro país, la poca o casi nada importancia que se da realmente a la salud, realmente no existe, no existe, un

apoyo debido, lo que existe en la Constitución, tan solo es letra muerta ya que realmente no hay, no hay los espacios, debido, o sea, no hay los debidos recursos, para realmente proteger la salud de los ecuatorianos.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A SALUD?.

Vuelvo a reiterar, si lo reconoce, pero lamentablemente, eso esta solo escrito en la Constitución, ya que en la práctica, no, no, no hay un apoyo debido por parte del Estado, el Estado, yo creo que, debería preocuparse mas en sectores, tanto como: la salud, la educación, asunto deee vialidad, yo creo que es uno de los parámetros tan importantes, yo creo prioritaria la salud, sin salud, yo creo que un ser humano no puede funcionar, por más que se tenga recursos, pero si no hay la salud, en tal virtud considero que la salud, tal como esta concebida, en nuestra Constitución, porque realmente, incluso hay un porcentaje, se me escapa este momento, no me recuerdo, de que el Estado destina para la salud. Pero, lamentablemente, vuelvo a reiterar asunto tan prioritario, el Estado y mas aún, si esta contemplado en la Constitución se debe respetarla, ahí esta, los señores legisladores son quienes elaboran las leyes, la última asamblea que se dio acá en el país, reform, hizo reformas a la carta política del Estado, así mismo tengo entendido, que se introdujo artículos importantes para el beneficio de la salud, pero, esperemos que el nuevo gobierno, que se acaba de instalar hace 4 o 5 meses, realmente, haga, lo que algunos gobiernos no lo han hecho.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUALES POR EJEMPLO?.

Vuelvo a reiterar, yo creo que, la pregunta mas o menos, todo se centra a la pregunta anterior, que le conteste. Yo creo, que el Estado no esta realmente, definitivamente, cumpliendo el papel, realmente que debe ser, más aún, lo que esta escrito en la Constitución debe centrarse mas, yo creo, que los sectores sociales, involucrados en los organismos no gubern, no gubernamentales, incluso, deben, incluso en países amigos en fin tratar, tratar de que realmente, hacer entender esto aal país en este caso a los gobernantes. Ecuador realmente debe ponerle atención mas al asunto salud.

9.- JUZGADO DÉCIMO SEGUNDO DE LO CIVIL

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?.

El derecho a la salud, es un derecho que esta consagrado dentro del ámbito de la Constitución, es un derecho común, como los demás derechos, que tiene el hombre dentro de la sociedad.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A SALUD?.

Yo creo que si, dentro de los parámetros, no en forma precisa, enfática, pero, tiene el, el encuadre político, dentro de lo que es la Constitución, respecto a esta situación, el derecho a la salud.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN

DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUALES POR EJEMPLO?

Bueno, muy difícil no?, poder darle una respuesta tan precisa y muy extensa, podría entender a lo mejor una respuesta tan precisa, pero en todo caso se denota cierta actitud sobre los derechos de salud, dentro de nuestra actividad jurídica, porqueee sin salud quien vive, sin salud quien existe, entonces, el que tiene salud, por lo menos imparte justicia o colabora con la administración de justicia, como lo hacemos nosotros no?.

10.- JUZGADO VIGÉSIMO DE LO CIVIL

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?

El derecho primordial que tenemos todos los habitantes del país, para see, para que, para estar garantizados de la salud, que merecemos.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A SALUD?

Como no!, reconoce efectivamente.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUALES POR EJEMPLO?

No, eeeh, see, se cumple a cabalidad porque, todos los gobiernos se quejan de falta dee medios económicos, para que los hospitales funcionen como deben funcionar.

11.- JUZGADO VIGÉSIMO PRIMERO DE LO CIVIL

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?

El derecho a la salud, se entiende, la facultad de la persona, desde antes de nacer hasta cuando fallece pues, a gozar y disfrutar de la salud, porque la ley del código de menores establece queeee, la mujer cuando se encuentra embarazada, debe ser sometida a los chequeos médicos, que sean necesarios, por consiguiente, es de tomar muy en cuenta que el niño que lleva en su vientre ya debe ser cuidado no?. Y debe ser, con todos los conocimientos de la actual ciencia médica, tratado cualquier aspecto negativo que puede tener el niño eso, por una parte, eeeh, por otra parte, desde cuando nace hasta el día en que fallece la persona, tiene derecho a una salud completa, a una salud total, si bien es cierto, quedará estas circunstancias, pues, hay que tomar en cuenta el aspecto económico, porque si la persona no disfruta de una situación económica óptima o de una situación económica holgada, puede privarse de muchas de las atenciones médicas a las que la persona tiene derecho, de manera que el derecho a la salud parte de la persona, esta regido con el aspecto económico. Porque, si la persona disfruta de una holgada situación económica, esa persona puede ser atendida por el médico o puede ser atendida en el hospital o en una clínica no así, la persona de los estratos sociales eee, que no tienen dinero para comprarse una receta médica, quizás ni para la misma consulta, peor, para llegar hasta la botica, pues y ser atendido con una receta que en la actualidad cuesta decenas de miles de sucres, de manera que en mi criterio es, que toda persona en definitiva, pues, tiene el derecho a que sea atendido su salud por parte del Estado, por parte del Municipio, por parte de la comunidad, por

parte del padre, de la madre o de cualquier otra persona allegado, a lo que puede influir y decidir sobre la situación de la salud de la persona, eso es doctora.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN RECONOCE EL DERECHO A SALUD?.

Como no, si, el hecho, de que la Constitución de la República protege la vida de los ciudadanos, en, en la Constitución de la República, esta reconociendo el derecho a salud de todos y cada una de las personas, sin discriminación de ninguna naturaleza, es decir, sin hacer excepciones de ninguna forma ,no?. Ni por, se poor raza, credo político, religioso o aspecto económico, toda persona tiene derecho a ser cuidado de su salud, de manera que la actual Constitución Política y aún la anterior no?, el hecho de que la, el hecho de que la Constitución Política de la República protege la vida del estuu..., del ciudadano, no?, quiere decir, que la Constitución Política, efectivamente, esta protegiendo la salud del estu, del ciudadano, sin embargo, pues, para estee aspectoo no hay necesidad de establecer, de establecer mayores requisitos o de establecer reglas, por las cuales el ciudadano pueda ser atendido en su salud, porque para estos, estan los organismos pertinentes; como: el Ministerio de Salud, que es el encargado de brindar la salud, a la ciudadanía.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUALES POR EJEMPLO?.

Dentro del trabajo diario ees, nosotros, lo que aquí tenemos que hacer, es trabajar y cumplir con nuestras, ocho, ocho horas de trabajo, de manera que, podemos decir, pues, que no tenemos tiempo quizás ni para enfermarnos, pero, cuando esto acontece, obviamente, que nosotros tendremos que acudir ante un médico, que es, este es mas cercano, para poder ir a la consulta, ssser atendidos y regresar pronto a nuestro trabajo, porque usted comprenderá, que si bien, es cierto, que una persona enferma, tiene el derecho de unas horas o quizás días, deeee permiso o de autorización, sin embargo, pues, tenemos la obligación moral, la obligación de trabajo, de presentarnos a cumplir con nuestras funciones específicas, de manera que, en lo que, a la función judicial concierne, yo pienso, que hasta este momento, se ha dejado mucho que desear en el aspecto de la salud, porque aquí no tenemos un consultorio dee quizá, podríamos decir, especializado no?. No tenemos un consultorio médico pues, que podamos ser atendidos, eeeh, nuestras dolencias, o, a, pueda haber algún consultorio ahí, pero a lo mejor aquel consultorio carece, de los mas elementales, dee los más elementales implementos, para atender en una forma técnica y científica, como la actual civilización la exige, de manera, quee, en ese aspecto, yo pienso, sin ánimo de menoscabar, la dignidad de la función judicial a la que yo me pertenezco, pós, deja mucho que desear esto, porque debe contar, que claro, que para eso, hay necesidad de los suficientes recursos económicos, sin embargo, pues, sería buen, sería lo deseable, sería lo ideal de que la función judicial, en cada unoo de sus distritos de sus judicaturas,

cuenten con atención médica, que sea adecuada para el requerimiento de las dolencias de las personas.

ENTREVISTAS SEGUNDA FASE

(Diciembre de 1998 - Febrero 1999)

1.- JUZGADO SEGUNDO DE LO PENAL

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?.

El derecho a la salud, es el derecho, que la Constitución de la República, esteee, trata a todos los ciudadanos, derechos inmersos de la convicción de, que todo individuo nacional o extranjero, tengaaa facilidades de acceso a mantener atención médica, en los diferentes Centros de Salud, eea, en forma gratuita los de servicio público y en forma pagada como se sobreentiende en los centros médicos particulares, para así resguardar la conservación del individuo.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A SALUD?.

Como uno de los derechos eminentes del hombre, claro que si, es si, eso es primordial, porque caso contrario, el individuo eeh que gozaa digamos, que no goza de una salud buena, indudablemente, esta siendo circunscrito dentro de afecciones, no solamente de índole física, sino también de índole psíquica, porque usted sabe que el organismo influye básicamente en el desarrollo psíquico del individuo, para esto, tenemos que tomar en cuenta: circunstancias exógenas y endógenas, propias del ser humano y de la sociedad, no es verdad?

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN

DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUALES POR EJEMPLO?

Eee, En, dentro del ejercicio mismo de nuestra profesión, como es el administrar, administrar justicia, esta siendo reconocido el derecho a salud, en tanto, en cuanto, como afectados que son, por tal o cual circunstancia, eeh provenientes eeh, en circunstancias exógenas, la autoridad esta autorizada y facultada para arreglar tal o cual diligencia, con relación a preservar la salud del individuo, eeh, por ejemplo, digamos, en circunstancias que se da una riña y se producen lesiones, estas lesiones, el individuo solicita los servicios en un Centro de Salud, debe ser atendido con mayor prioridad y de hecho estan siendo atendidos, tanto mas cuanto, nosotros, para poder proceder a resolver una situación de lesiones, nos basamos básicamente en los informes de los médicos peritos, en este caso, dentro del ámbito legal, peritos médicos de la policía, quienes luego de reconocer, el afectado, el lesionado, el agraviado, eeeh, son sometidos a tratamiento y muchas veces muy largos dentro de, de Instituciones como el IESS básicamente, aquellos que tienen la suerte de ser afiliados, no?, verdad?. Caso contrario son: los Centros de Salud, como el Eugenio Espejo, el Enrique Garcés, creoo y otras Instituciones hospitalarias eeh, brindan, todo el apoyo dentro del ámbito de salud, a mi entender!.Es mi criterio ese y de hecho creo, que la salud esta respaldada dentro del ámbito constitucional, está amparada como dije anteriormente, en aras de, que la salud del individuo ee, como don especial, eeh, tenga su carácter deee cuidado eminente, eso es lo que yo puedo decir.

2.- JUZGADO TERCERO DE LO PENAL

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?.

Bueno, derecho a salud, ees, entendiendo que, es el derecho que tiene todo ser humano, aaa, ee, tener, ee, que todo ser humano tiene: que ser atendido, revisado por un médico, pero noo, cuando se produce la enfermedad, sino en forma preventiva, para evitar ee, que la situación sea mas calamitosa, tiene que ser lo mas pronto posible.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A SALUD?.

Esta, si, si, si, la Constitución si reconoce, el derecho a la salud, pero de que reconozca a la práctica, esta muy distante, pos ee sabemos y y conocemos que los hospitales, médicos que se encuentran, ee que se encuentran e a órdenes digamos del Estado, no tienen ni los más mínimos medicamentos, insumos y lo que necesita u un Centro de salud y es por eso que últimamente, eee en los últimos años, se ha dado tantos conflictos, de salud, de médicos, no bien pagados, por falta de medicamentos y por eso, esta en el papel, esta en la Constitución pero en la práctica no, no se cumple.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUALES POR EJEMPLO?.

Eee, mire, ee aquí dentro de la función en la cual me desempeño, esto es de juez, ee, no, no, no se lleva mucho a la práctica, esta situación, de los exámenes, de la prevención en general, de los medicamentos, pero nosotros eeh, en el momento en el que se

práctica algún examen médico, porque necesitamos, requerimos la colaboración de los médicos de la policía, de la policía o del control para los psicosomáticos, médicos legales, entonces eso, ee, le corresponde al Estado, en cuanto tiene que ver a la policía.

3.- JUZGADO CUARTO DE LO PENAL

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?.

El derecho a salud, no es precisamente, el derecho a vivir sanos, es más bien el derecho, que tiene todo ser humano, de vivir exento de enfermedad, por una atención oportuna, que el Estado debe brindar, para todos los miembros de una sociedad.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A SALUD?.

Nuestra Constitución Política vigente, en el capítulo cuarto, sección cuarta desde el artículo 42 hasta el artículo 46, inclusive, reconoce, el derecho a la salud, manifiesta que el Estado, garantiza este derecho, su promoción y protección, por medio del desarrollo de la seguridad alimentaria, la provisión de agua potable, saneamiento básico, el fomento de ambientes saludables, en lo familiar, laboral y comunitario y la posibilidad de acceso permanente e ininterrumpido a los servicios de salud, conforme a los principios de equidad, universalidad, solidaridad, calidad y eficiencia, si bien es cierto que, en el precepto declarativo de la Constitución Política se reconoce el derecho a la salud, dista mucho en la práctica, porque no se ha emprendido una verdadera política de defensa de este sector de la salud, consecuentemente, hay falencias y se evidencian de forma permanente, diaria, cuando en los

Centros de Salud, especialmente de aquellos que están destinados para atender a los sectores de escasos recursos económicos, no pueden acceder, precisamente, porque deben pagar, de ahí que, si bien es verdad, el precepto declarativo consagra como un derecho fundamental, en la práctica no se cumple.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTÁ SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUALES POR EJEMPLO?.

En el caso de los jueces, tenemos también, que tutelar derechos fundamentales de las personas, básicamente el derecho a la vida, el derecho a la libertad, también, hay, hay en ciertas circunstancias, hechos que tienen que ver con la salud, el juez está llamado por todas las cosas a: proteger los derechos de las personas, a tutelar los derechos de las personas, esto significa a cumplir con la ley, para que se garantice, efectivamente, este derecho.

4.- JUZGADO SÉPTIMO DE LO PENAL

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?.

El derecho a la salud, es repetitivamente, el derecho a que tenemos todos los ciudadanos, habitantes de este país, como de todos los países del mundo, a ser protegidos, en tanto en cuanto, se refiere a la salud personal, individual y familiar.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A SALUD?.

La nueva Constitución, si reconoce como también las anteriores, solo que ahora, específicamente, ya determina el, ya determina el,

el, los trámites a seguirse y la protección esencial, que se debe dar a la salud de los ecuatorianos.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUALES POR EJEMPLO?.

El, el Estado, protege a la salud, a través, primero de la Constitución de la República, en segundo lugar de acuerdo a las leyes especiales y específicas, como por ejemplo: el Código de la Salud, a través, de la Institución Ministerio de Salud Pública y de todas las, los departamentos, diría yo, que se involucran y que dependen de este Ministerio.

5.- JUZGADO DÉCIMO SEGUNDO DE LO PENAL

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?.

El derecho a la salud, es lo que tienen todos los seres humanos, sin distinguoo de género, de condición, de raza, de oficios o actividad quee tenga en este medio, en que se reúne una sociedad que esta amparada en la Constitución de la República.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A SALUD?.

Si, porque esta amparando todas las disposiciones que noo, solamente se eee, reflejan eee, las instancias del país a nivel nacional, sino también a nivel internacional, a través, de los tratados y convenios con los organismos internacionales, especialmente con la OMC, sino me equivoco, creo, que es OMC a nivel internacional porque son uno de los primeros suscriptores en

todos los convenios y tratados que se hacen a nivel de la Organización de las Naciones Unidas, de la OEA, acuerdos que están firmados en Ginebra, con respecto a que no solamente se debe respetar y considerar a las personas que viven en el país, sea de la condición que sea, sino que además está el Estado obligado a dar salud, vivienda, educación.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTÁ SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUALES POR EJEMPLO?

Bueno, dentro de las disposiciones legales, en materia penal, tenemos tanto en cuanto, en las contravenciones, no es cierto?, que tienen: los Intendentes, subintendentes, comisarios, tenientes políticos en donde hablan sobre cuestión de salud, de contravención, no es cierto?. En materia penal, más bien, la cuestión de salud se da a nivel de los reconocimientos médico-legales, en las autopsias, en lo que el juez está obligado en definitiva a cumplir, con las disposiciones de salud, para poder tramitar un proceso donde la persona es el objeto, materia de la infracción.

6.- JUZGADO DÉCIMO QUINTO DE LO PENAL

P.- ¿QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?

Entiendo por derecho a salud, laa, el derecho, que tiene cierto, todo ciudadano ecuatoriano, a ser atendido en su salud, en su aspecto físico ee, por el Estado ecuatoriano; el Estado ecuatoriano está en la obligación dee, en el presupuesto del Estado, hacer constar una partida significativa para que se atienda al pueblo ecuatoriano de la

insalubridad, a fin de evitar las enfermedades ee, que sufre la población.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A SALUD?.

Eee, espero, de que haya planeado, el reconocimiento del derecho a la salud del ecuatoriano, lo que sucede, es que el Ministerio de Salud, no pone en práctica el derecho establecido en la Constitución.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUÁLES POR EJEMPLO?.

Ee, no compete eel analizar a la función judicial sobre lo preguntado, eso tendría que contestar las autoridades pertinentes.

7.- JUZGADO DÉCIMO QUINTO DE LO PENAL

P.- QUE ENTIENDE USTED POR DERECHO A SALUD?.

Estee, es un derecho natural, que toda persona tiene, en el convivir nacional y mundial.

P.- CREE USTED QUE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR RECONOCE EL DERECHO A SALUD?

Eee, sería interesante que esa pregunta lo haga a los legisladores.

P.- DENTRO DE SU TRABAJO DIARIO EXISTEN ACTIVIDADES QUE GARANTICEN O DEMUESTREN QUE EL DERECHO A SALUD ES UN DEBER QUE ESTA SIENDO CUMPLIDO POR EL ESTADO, CUÁLES POR EJEMPLO?.

Nosotros ejercemos y aplicamos el derecho, que esta en las leyes, si estos no existen, repito e insisto los legisladores, son los que tienen que darnos respuestas sobre eso.